



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A COPARENTALIDADE E O APOIO SOCIAL, EM SITUAÇÃO DE  
RUTURA CONJUGAL E O AJUSTAMENTO DOS FILHOS: ESTUDO  
COM FAMÍLIAS MULTIDESAFIADAS, COM FILHOS EM IDADE PRÉ-  
ESCOLAR

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Católica Portuguesa,  
para obtenção do grau de mestre em Ciências da Família, na especialidade de  
Orientação e Mediação Familiar.

Por

Ana Rita Ventura Verças

Faculdade de Ciências Humanas - Instituto de Ciências da Família da  
Universidade Católica Portuguesa

Outubro de 2012



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A COPARENTALIDADE E O APOIO SOCIAL EM SITUAÇÃO DE  
RUTURA CONJUGAL E O AJUSTAMENTO DOS FILHOS: UM ESTUDO  
COM FAMÍLIAS MULTIDESAFIADAS, COM FILHOS EM IDADE PRÉ-  
ESCOLAR

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Católica Portuguesa,  
para obtenção do grau de mestre em Ciências da Família, na especialidade de  
Orientação e Mediação Familiar.

Por

Ana Rita Ventura Verças

Faculdade de Ciências Humanas - Instituto de Ciências da Família da  
Universidade Católica Portuguesa

Sob orientação da Professora Doutora Ana Isabel Pereira e sob a co-  
orientação da Professora Doutora Rita Francisco

Outubro 2012

## Resumo

Esta investigação consiste num estudo misto, cujo objetivo principal é perceber a relação entre a coparentalidade e o apoio social no ajustamento da criança, em famílias multidesafiadas em situação de rutura conjugal. Participaram no estudo quantitativo 98 crianças em idade pré-escolar e 78 pais (48 mães e 30 pais), que frequentavam uma IPSS do Concelho de Cascais. O protocolo de investigação foi constituído por um questionário sociodemográfico, o questionário da coparentalidade de Margolin et al. (2001), o questionário *medical outcomes study social support survey* (MOS-SSS; Sherbourne & Stewart, 1991) e o questionário de capacidades e dificuldades (SDQ; Goodman, 1997). Desta amostra, foi selecionado um sub-grupo de 10 mães, que constituíram, numa segunda fase, a amostra do estudo qualitativo, respondendo a uma entrevista semiestruturada e preenchendo o esquema “convoy model” (Kahn & Antonuci, 1980).

Os resultados de ambos os estudos permitiram perceber que existe influência da coparentalidade e do apoio social no ajustamento da criança ao divórcio. As crianças cujos pais apresentam níveis mais elevados de conflito têm maiores dificuldades, comparadas com crianças cujos pais apresentam níveis mais elevados de cooperação e comunicação. As mães cujas redes de apoio são maiores e que fornecem tipos de apoio mais diversificados apresentam níveis mais elevados de cooperação, e os seus filhos não apresentam dificuldades, de acordo com o SDQ. Percebeu-se que os fatores relacionados com o ajustamento da criança ao divórcio ou separação dos pais são diversos e o seu impacto é visível, quando estes atuam em conjunto. A idade da mãe revelou-se um fator de influência na coparentalidade e ajustamento dos filhos, no sentido em que as mães com mais de 30 anos apresentam maiores níveis de cooperação e comunicação com o ex-cônjuge, quando comparadas com mães com menos de 30 anos. As dificuldades económicas da mãe, o apoio material e ao nível dos tempos livres (da parte do pai) e o tempo que a mãe passa com a criança são alguns dos indicadores importantes para a adaptação da criança à separação/divórcio. Foram definidas algumas linhas de orientação no âmbito da mediação social e familiar nestes contextos de pobreza.

**Palavras-chave:** Rutura conjugal, divórcio, separação parental, famílias multidesafiadas, coparentalidade, apoio social, ajustamento da criança, mediação social e familiar, idade pré-escolar.

## Abstract

The main objective of this mixed research is to understand the relationship between coparenting and social support in the adjustment of children in situations of marital dissolution multi-challenged families.

Ninety eight preschool children and 78 parents (48 mothers and 30 fathers) were recruited in an IPSS of Cascais and took part in the quantitative study. The research protocol consisted of a sociodemographic questionnaire, the questionnaire of coparenting (Margolin et al., 2001), the Medical Outcomes Study Social Support Survey (MOS-SSS; (Sherbourne & Stewart, 1991) and the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ; Goodman, 1997). In a second step, a sub-group of 10 mothers, from the original sample, were selected for the qualitative study. This sub-group answered to a semistructured interview and completed the "convoy model" scheme (Kahn & Antonucci, 1980).

The results from both studies suggest an influence of coparenting and social support in the child adjustment to divorce. Children whose parents have higher levels of conflict have greater difficulty, compared with children whose parents have higher levels of cooperation and communication. Mothers whose support networks are larger and provide more diverse support have higher levels of cooperation, and their children have no difficulties, according to the SDQ. It was noticed that the factors related to child adjustment to divorce or parental separation are various and their impact is visible when occurring together.

Maternal age proved to be a factor influencing the coparenting and child adjustment, in the sense that mothers with more than 30 years have higher levels of cooperation and communication with the ex-spouse, compared to mothers under 30 years. Mother's economic difficulties, father's financial support and support during leisure time, combined with the time that the mother spends with the child are some of the important indicators for the child's adjustment to separation/divorce. Some guidelines were defined about social and family mediation in poverty contexts.

**Key-Words:** Marital Dissolution, Divorce, Parental Separation, Multi-challenged Families, Coparenting, Social Support, Children's Adjustment, Family and Social Mediation, Preschool Children.

## **Agradecimentos**

À orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Pereira, pela disponibilidade, pelo conhecimento, pela exigência, pela orientação que me iluminou o caminho, pela ambição que me fez querer sempre o melhor, e pelo silêncio, nos momentos certos, que me fez refletir sozinha.

À co-orientadora, Professora Doutora Rita Francisco, pela disponibilidade, pela paciência, pelo conhecimento, pela co-orientação que fez a diferença, e pela simpatia que me confortava o espírito.

Ao meu querido Ricardo, pela revisão das palavras, pelos passeios que não demos, por acreditar sempre e me acompanhar em todos os momentos.

Aos meus pais e ao meu irmão, pelas visitas que não lhes fiz, pela atenção que ficou adiada, e pela força do coração que me guia todos os dias.

Ao CESP, pelos recursos que me disponibilizou e pelo voto de confiança.

Aos meus companheiros de trabalho, Cidália e Carlos, pela disponibilidade, atenção, e amizade, que partilhamos todos os dias.

A todos os pais, pela intimidade que partilharam, pelas emoções e pelos acontecimentos que me confiaram.

A todos os amigos, pelas palavras de motivação e pela compreensão nos momentos, em que não estive presente.

À Sofia e ao Nuno pela disponibilidade e colaboração.

A todos os professores deste mestrado, pela excelência do ensino, pela preparação e pelo incentivo.

A todas as colegas de mestrado, pelas conversas, debates e reflexões, que partilhámos juntas.

# Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<b>I Enquadramento Teórico</b> .....	3
1. As Famílias Multidesafiadas .....	3
2. O Divórcio e os Efeitos para a Criança .....	6
3. Fatores de Risco .....	9
3.1 Sress parental .....	9
3.2 Características Individuais da Criança .....	10
3.3 Conflito Interparental e Contacto com Progenitor Não Residente .....	11
4. Fatores de Proteção.....	14
4.1 Temperamento da Criança .....	15
4.2 Coparentalidade.....	15
4.3 Apoio Social .....	20
5. Mediação Familiar e Social .....	23
<b>II Metodologia</b> .....	26
1. Objetivos e Mapa Conceptual.....	27
2. Opções Metodológicas .....	32
3. Amostra .....	32
4. Instrumentos .....	36
5. Procedimentos de Recolha de Dados .....	41
6. Procedimentos de Análise de Dados .....	43
<b>III Resultados</b> .....	44
<b>1. Estudo Quantitativo</b> .....	44
1.1 Situação de Divórcio/Separação dos Pais .....	44
1.2. Adaptação da Criança ao Divórcio/Separação .....	45
1.3. Coparentalidade – Pais Casados/União de Facto e Pais Divorciados/Separados ..	46
1.4 Apoio Social - Pais Casados/União de Facto e Pais Divorciados/Separados .....	47

1.5 Dificuldades e Capacidades da Criança, em Casais Casados/União de Facto e em Casais Divorciados/Separados.....	49
1.6 Relação entre Coparentalidade e Apoio Social .....	49
1.7 Relação entre Apoio Social e Dificuldades e Capacidades da Criança .....	51
1.8 Relação entre Coparentalidade e Dificuldades e Capacidades da Criança .....	54
<b>2. Estudo Qualitativo</b> .....	<b>55</b>
2.1 Adaptação da criança à Separação .....	56
2.2 Coparentalidade .....	57
2.3 Parentalidade das Mães .....	59
2.4 Relação com o Pai .....	61
2.5 Tempo da Criança .....	61
2.6 Apoio Social .....	62
2.7 Número de Pessoas .....	62
2.8 Tipos de Apoio Solicitados .....	62
2.9 Tipos de Pessoas que Prestam o Apoio .....	63
3. Círculos de Proximidade .....	63
<b>IV Discussão dos Resultados</b> .....	<b>64</b>
1. Discussão do Estudo Quantitativo .....	64
1.1 Situação de Divórcio/Separação dos Pais e Adaptação da Criança a partir das percepções das Mães e das Educadoras de Infância .....	64
1.2 Coparentalidade, em Casais Casados/União de Facto e em Casais Divorciados/Separados .....	66
1.3 Apoio Social em Casais Casados/União de Facto e em Casais Divorciados/Separados .....	68
1.4 Relação entre Coparentalidade e Apoio Social .....	69
1.5 Relação entre Apoio Social e Dificuldades e Capacidades da Criança .....	70
1.6 Relação entre Coparentalidade e Dificuldades e Capacidades da Criança .....	71
2. Discussão do Estudo Qualitativo .....	71
<b>V Conclusão</b> .....	<b>79</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>87</b>

## **Apêndices**

**A** Pedido de Autorização à Instituição

**B** Consentimento Informado do Estudo Quantitativo

**C** Questionário Sócio-Demográfico

**D** Consentimento Informado do Estudo Qualitativo

**E** Guião de Entrevista

**F** Árvore de Categorias

## **Anexos**

**I** Questionário da Coparentalidade (CO)

**II** Questionário Medical Outcomes Study Social Support Survey (MOS-SS)

**III** Questionário de Capacidades e Dificuldades da Criança (SDQ)

## **Índice de Figuras**

<b>Figura 1.</b> Relação entre Fatores de Risco e Protecção no Ajustamento da Criança .....	8
<b>Figura 2.</b> Mapa Conceptual .....	31
<b>Figura 3.</b> Convoy Model Após a Separação .....	41
<b>Figura 4.</b> Convoy Model Anterior a Separação .....	41
<b>Figura 5.</b> Relação entre Coparentalidade e a Perceção das Mães sobre a Adaptação da Criança à Separação dos Pais .....	58
<b>Figura 6.</b> Relação entre Coparentalidade e Idade Atual da Criança .....	58
<b>Figura 7.</b> Relação entre Parentalidade e a Idade Atual da Criança .....	60
<b>Figura 8.</b> Relação entre Parentalidade e Adaptação das Crianças a partir da Perceção das Mães .....	61

## Índice de Quadros

<b>Quadro 1.</b> Caracterização Gerais da Amostra – Estado Civil dos Pais .....	33
<b>Quadro 2.</b> Caracterização Gerais da Amostra – Pais .....	34
<b>Quadro 3.</b> Características Gerais da Amostra - Crianças .....	35
<b>Quadro 4.</b> Características Gerais da Amostra - Mães .....	35
<b>Quadro 5.</b> Características Gerais da Amostra – Crianças .....	36
<b>Quadro 6.</b> Variáveis Relativas ao Divórcio/Separação dos Pais .....	44
<b>Quadro 7.</b> Adaptação das Crianças ao Divórcio/Separação dos Pais .....	46
<b>Quadro 8.</b> Coparentalidade nos Pais Casados/União de Facto e Pais Divorciados/Separados .....	47
<b>Quadro 9.</b> Apoio Social em Pais Casados/União de Facto e Pais Divorciados/Separados	48
<b>Quadro 10.</b> Dificuldades e Capacidades das Crianças nos Pais Casados/União de Facto e Pais Divorciados/Separados .....	49
<b>Quadro 11.</b> Correlações entre Coparentalidade e Apoio Social nos Pais Casados/União de Facto e Pais Divorciados/Separados .....	50
<b>Quadro 12.</b> Correlações entre Coparentalidade e Apoio Social nos Pais Casados/União de Facto e Pais Divorciados/Separados .....	51
<b>Quadro 13.</b> Correlações entre Apoio Social e Capacidades e Dificuldades das Crianças nos Pais Divorciados/Separados .....	52
<b>Quadro 14.</b> Correlações entre Apoio Social e Capacidades e Dificuldades das Crianças nos Pais Casados/União de Facto .....	53
<b>Quadro 15.</b> Correlações entre Coparentalidade e Capacidades e Dificuldades das Crianças nos Pais Divorciados/Separados .....	54
<b>Quadro 16.</b> Correlações entre Coparentalidade e Capacidades e Dificuldades das Crianças nos Pais Casados/União de Facto.....	55



## **Introdução**

A história da família é, cada vez mais, uma história que se conta de forma surpreendente. Os conflitos conjugais não são hoje muito diferentes do que sempre foram. É a dimensão estatística do fenómeno que os transforma atualmente num problema de sociedade. A família nuclear deixou, há muito, de ser o núcleo de referência, outro tipo de famílias estão a aumentar, como é o caso das famílias monoparentais femininas.

A experiência do divórcio e da separação, na vida dos filhos, com particular atenção às suas implicações mais negativas, tem motivado vários autores, desde há muito tempo, a uma reflexão mais profunda. Afinal, já não é só o fim de uma relação, mas o início da parentalidade após o divórcio e separação. A reflexão que se procurará fazer ao longo deste trabalho, tem por base a consideração de que a separação, em si, tem menos relevância, do que a forma como os pais se separam e como continuam a exercer a sua coparentalidade. Esta teoria é consensual entre os autores, no sentido em que a relação conjugal é hoje mais instável, quando o casal não encontra as energias necessárias para fazer face aos constrangimentos e tensões, acabando por haver uma dissolução da sua coparentalidade.

O divórcio dos pais associa-se a problemas transitórios de ajustamento nas crianças, os quais diminuem os seus resultados desenvolvimentais, fazendo com que estas crianças estejam, duas vezes mais, em risco de desenvolver problemas, do que as crianças de pais casados/união de facto. A maioria dos estudos revistos aponta para que a magnitude e a duração dos problemas que a criança pode exibir decorrem, não diretamente da mudança na estrutura familiar, mas dos conflitos que a acompanham, assim como do modo como os pais se ajustam ao divórcio e separação, o que largamente interfere na sua competência parental. Os conflitos interparentais constituem para as crianças um dos stressores mais significativos, com efeitos tipicamente negativos ao nível do seu ajustamento, nomeadamente, se tais conflitos forem inadequadamente resolvidos. Desta forma, neste acontecimento de vida, sempre causador de sofrimento, o que parece importante é que, mesmo havendo rutura conjugal, esta não implique rutura entre os pais e a criança.

Os contextos de pobreza estão cada vez mais presentes nos dias de hoje, dificultando e bloqueando, por vezes, a tarefa dos pais e, por consequência, o desenvolvimento das crianças, o que torna ainda mais premente a reflexão, da parte dos profissionais, sobre a rutura conjugal e as consequências na vida das crianças inseridas nestes contextos.

Estas constatações levam a que se deva inferir sobre as implicações dos efeitos do divórcio e separação, na vida da criança, a partir da caracterização da coparentalidade após o divórcio e separação e do apoio social recebido pelos pais, após a rutura conjugal. Assim, o presente estudo propõe-se estudar a relação da coparentalidade e do apoio social no ajustamento da criança, em família multidesafiadas em contexto de pobreza, que se encontrem em situação de rutura conjugal.

O trabalho será estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo corresponde ao enquadramento teórico, onde serão explorados os estudos mais relevantes sobre a parentalidade, o contexto social e as famílias multidesafiadas, os fatores protetores e de risco do divórcio na vida da criança, a coparentalidade, o apoio social e a mediação familiar e social. O segundo capítulo abordará a metodologia utilizada, no estudo quantitativo e qualitativo, serão definidos os objetivos de cada estudo, a amostra utilizada e respetiva caracterização, o mapa conceptual, os instrumentos utilizados para cada estudo e os procedimentos de recolha e análise de dados. No terceiro capítulo serão apresentados os resultados, em primeiro lugar, do estudo quantitativo e, posteriormente, do estudo qualitativo. No quarto capítulo, será apresentada a discussão, individualmente, de cada um dos estudos, em articulação com a revisão teórica e empírica, anteriormente apresentada. No quinto e último capítulo apresenta-se a conclusão, articulando os resultados de ambos os estudos, realizando-se as devidas considerações sobre os resultados obtidos, apontadas as limitações e os contributos do presente trabalho e ainda procurar-se-á delinear algumas implicações dos estudos para a mediação familiar e social.

# Capítulo I

## Enquadramento Teórico

### 1. As Famílias Multidesafiadas

A pobreza é um factor de risco que pode ameaçar o bem-estar da criança e pôr em causa a parentalidade que é exercida pelos pais, contribuindo para uma maior vulnerabilidade destas famílias. O conceito de vulnerabilidade pode ser expresso de várias formas, segundo Hogan e Marandola, (cit por Sousa, 2008), pode querer dizer condições de vida precárias, necessidades básicas insatisfeitas, restrição de direitos sociais e económicos, incapacidade ou impossibilidade de alcançar oportunidades e inexistência de algo num contexto social específico. A pobreza não é a única condição de vulnerabilidade, mas é um forte indicador, quando diferentes problemas tendem a ocorrer, particularmente, quando os recursos das famílias são limitados e improvisados, porque na verdade os problemas sociais, raramente, têm, apenas, uma única causa (Sousa, 2008).

Ainda são poucos os estudos realizados nesta área, contudo, prevalece algum consenso entre os autores, no sentido em que os contextos de pobreza influenciam a parentalidade devido aos enormes desafios que colocam aos pais, frequentemente, a nível monetário, físico, social e emocional, dependendo os efeitos destes contextos, da severidade dos stressores. De acordo com Ceballo e Mcloyd (2002), as dificuldades económicas sentidas por estes pais, aumentam os níveis de ansiedade e angústia, o que por vezes está associado a uma parentalidade mais punitiva e inconsciente. As crianças, tornam-se assim, particularmente, vulneráveis em contextos de pobreza.

De facto, as famílias de baixos recursos constituem apenas o grupo de maior visibilidade, razão pela qual a investigação se tem centrado nas famílias multiproblemáticas pobres (Matos & Sousa, 2004). De acordo com a literatura, estas famílias têm sido descritas como aquelas em que não existe apenas um problema mas múltiplos problemas graves, que afetam os vários elementos da família, sendo por isso, caracterizadas pela maior probabilidade de instabilidade na estrutura e nas relações. Na tentativa de se construir uma nova representação destas famílias, mais centrada nas competências, surge a designação atual de famílias multidesafiadas, que segundo Summer, McMann e Fuger (cit por Sousa, 2007), são famílias que enfrentam múltiplos desafios ou múltiplas necessidades de mudança. Estas famílias têm maior probabilidade de ter de

enfrentar condições mais adversas ao seu bem-estar mas, tal como todos os outros tipos de famílias, têm capacidades e forças que lhes permitem ultrapassar os riscos a que estão sujeitas.

O estudo da resiliência permite destacar a necessidade de que estas populações possam ser vistas não como simples vítimas de um sistema social injusto, mas como indivíduos capazes de ultrapassar, o determinismo social, o preconceito e os estereótipos macrossistémicos, marcados por um discurso que ressalta e supervaloriza deficiências e prejuízos e que está pouco atento às estratégias utilizadas por estes sistemas familiares para superar as adversidades enfrentadas. São muitos os fatores de risco que afectam a capacidade de resiliência da família e dos indivíduos. As condições de pobreza e ruturas na família, a vivência de algum tipo de violência, experiências de doença no próprio indivíduo ou na família e perdas importantes, são alguns exemplos. Considerando-se que as experiências de vida, negativas, são inevitáveis para qualquer indivíduo, sobressai a questão dos níveis de exposição e dos limites individuais de cada um. Assim, a visão subjetiva de um indivíduo a determinada situação, ou seja, sua percepção, interpretação e sentido atribuído ao acontecimento stressor, é que o classificará, ou não, como risco. Por essa razão, uma situação pode ser enfrentada como perigo por um indivíduo e para outro, ser apenas um desafio.

A literatura acerca da resiliência sugere a necessidade de se considerarem diversas estratégias no âmbito da prevenção e da intervenção familiar, especificamente focadas nos fatores de risco, nos recursos e nos processos. Segundo Pessanha e Nóbrega (2008), os fatores de risco poderão ser eliminados ou prevenidos, da mesma forma que a sua influência pode ser reduzida. O acesso das famílias aos recursos poderá ser melhorado, assim como novos recursos poderão ser colocados à disposição das crianças. Finalmente, será importante promover os sistemas adaptativos das crianças, associados à competência através, por exemplo, da qualidade dos contextos de prestação de cuidados da família.

A resiliência é um conceito multifacetado, contextual e dinâmico (Masten, 2001), no qual os fatores de proteção têm a função de interagir com os eventos de vida e acionar processos que possibilitem incrementar a adaptação e a saúde emocional. Resiliência não é uma característica fixa, ou um produto, pode ser acionada e desaparecer em determinados momentos da vida, bem como estar presente em algumas áreas e ausente em outras.

Vários estudos sobre as competências das crianças face a situações stressantes e a

momentos de crise, como a pobreza e o conflito parental, referem que a capacidade de resiliência situa-se principalmente em dois fatores, as relações saudáveis e positivas e o funcionamento intelectual positivo. São estes os fatores que mais contribuem para a resiliência (Masten & Coatsworth, 1998).

De acordo com Hawley e DeHann (1996), várias características estão relacionadas com a resiliência, entre elas, o vínculo positivo entre a criança e seus pais (ou cuidadores), a ausência de discórdia conjugal severa e o enfrentamento positivo dos problemas. Famílias que apresentam coesão, cuidado, estrutura funcional e estabilidade, nas quais as relações são caracterizadas por afeto, equilíbrio de poder, cuidados adequados, e por um funcionamento consistente, são mais propensas a ter elementos emocionalmente saudáveis. Torna-se assim claro, que as famílias possuem múltiplos fatores de risco e recursos que influenciam as suas vidas e concretamente a sua capacidade para serem resilientes.

Nestes contextos mais desafiantes, destacam-se as famílias monoparentais, que se definem, conceptualmente como “ (...) *maternidade e paternidade simples, isto é, faz-se referência à relação com os filhos por parte da mãe ou pais solteiros, viúvos ou divorciados.*” (Relvas & Alarcão, 2007). São famílias onde a geração dos pais está apenas representada por um único elemento, o que pode acontecer porque um dos progenitores abandona a casa e o outro não volta a casar-se, ou porque a mãe solteira fica com o(s) filho(s) (Alarcão, 2002). Os estudos são consensuais quando identificam estas famílias como um dos tipos de famílias mais vulnerável aos riscos associados aos contextos de pobreza. Ceballo e Mcloyd (2002) referem que este tipo de famílias enfrentam, particularmente, riscos mais elevados, no sentido em que estão expostas a maiores situações de stress provocado principalmente pela diminuição do rendimento familiar e pelo peso de gerir as responsabilidades parentais de forma individual pois torna-se difícil não partilhar tarefas e funções educativas e assumir todos os papéis.

Habitualmente, o ciclo vital destas famílias é marcado pela figura feminina, uma vez que, em caso de rutura conjugal, são maioritariamente os homens que transitam da família, sendo a mulher o centro do sistema familiar, no sentido da responsabilização, dos papéis e funções desempenhadas (Sousa, 2007), o que está de acordo com o facto de, estatisticamente, existir, cada vez mais, um maior número de famílias monoparentais femininas.

## **2. O Divórcio e os Efeitos Para a Criança**

### **Fatores de Risco e de Protecção**

Importa perceber mais concretamente o processo de rutura conjugal impulsionado pelo divórcio ou separação, pois desencadeia em todos ou parte dos membros da família, dificuldades de adaptação à nova forma de vida. Esta rutura nem sempre é bem aceite pelas crianças, ou bem gerida pelos próprios progenitores, podendo gerar algum desajustamento psicológico e emocional nas mesmas, sendo o divórcio descrito como um evento stressante para as famílias, nomeadamente porque implica uma série de mudanças e ajustamentos na vida dos pais e das crianças. As mudanças podem surgir ao nível económico, social, físico e emocional. Como outras situações familiares stressantes, o divórcio aumenta a probabilidade de pais e crianças evidenciarem mal-estar psicológico. Reações adversas em vários níveis, assim como sintomas que são comuns nessa fase de transição, têm sido descritas nos mais variados estudos.

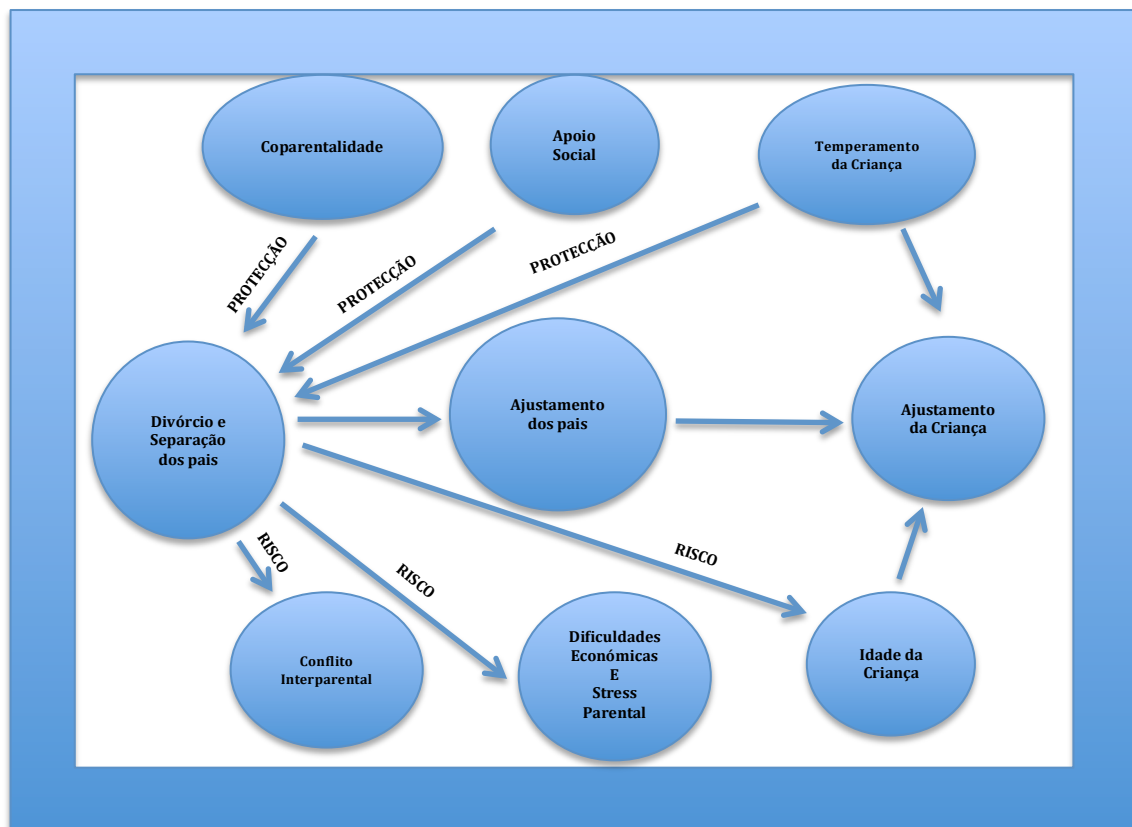
Os estudos têm comprovado que a qualidade negativa da relação conjugal e o conflito conjugal grave e persistente está associado a problemas na criança e no adolescente e, particularmente, a comportamentos anti-sociais do adolescente (Emery Grych & Fincham, 1990; Amato & Keith, 2001). A literatura aponta para o facto de que crianças de famílias divorciadas estão em maior risco de apresentar problemas de ajustamento. A metanálise de Amato e Keith (2001), realizada a partir de 67 estudos, demonstra que as crianças de pais divorciados, quando comparadas com crianças que vivem em famílias intactas, exibem indicadores de menor bem-estar, incluindo pior realização académica, ajustamento psicológico, autoconceito, relações sociais e qualidade de relacionamento com o pai e com a mãe. Posteriormente, o autor realizou novas análises, englobando os resultados dos estudos publicados nos anos 1990 e comparando-os com os resultados da metanálise anterior, que sugerem que os filhos de pais divorciados, em comparação com os filhos de pais casados, continuam a exhibir piores resultados: no ajustamento psicológico, na realização académica, no comportamento, do autoconceito e relações sociais. Mais recentemente, Amato e Keith (2001) referem ainda que as crianças que crescem com pais casados têm menor probabilidade de experienciar uma grande variedade de problemas cognitivos, emocionais e sociais, não somente durante a infância,

mas também na idade adulta. Questionando-se sobre a origem dessas diferenças, o autor sugere que as crianças que crescem em famílias estáveis, com ambos os pais, apresentam níveis mais elevados de qualidade de vida, beneficiam de maiores níveis de efetividade parental, coparentalidade, proximidade emocional com ambos os pais, e estão sujeitas a menos acontecimentos e situações stressantes.

No modelo biopsicossocial do impacto da dissolução conjugal, proposto por Troxel e Matthews (2004), a separação é considerada como um stressor familiar que tem, por um lado, um efeito desorganizador das práticas parentais, e origina, por outro lado, a redução da segurança económica da família. Essas dimensões, associadas a fatores de vulnerabilidade biológica, familiar, interpessoal e social, contribuem para a desregulação e insegurança emocionais da criança. Reações comuns podem traduzir-se em problemas de saúde física e psicológica na presença dessas vulnerabilidades. No entanto, os estudos revelam igualmente que o divórcio não constitui por si só um fator para o desajustamento da criança, mas sim um conjunto de stressores e fatores que derivam do processo de divórcio, como a capacidade de resiliência e os recursos da família, que influenciam negativamente as crianças no pós-divórcio. (Vaughan-Cole et al, 1999). Menos claro é perceber como estes fatores, em conjunto com o divórcio, contribuem para o desajustamento da criança. Alguns autores, ao debruçarem-se sobre esta questão, perceberam que os efeitos destes fatores não são só diretos, como indiretos, através do bem-estar psicossocial da mãe e do comportamento do pai (Vaughan-Cole et al, 1999). A permanência de crises, como a falta de dinheiro, emprego, perspectivas de futuro e problemas com a criança, influenciam negativamente o bem-estar da mãe e logo a sua relação com a criança, assim como o comportamento da mesma. De acordo com Flowerdew e Neale (2003), a investigação sobre o divórcio tem revelado que os efeitos negativos no ajustamento da criança são na maior parte das vezes transitórios e a sua magnitude e extensão no tempo, dependem de variadas circunstâncias e fatores, assim como o seu impacto não é o mesmo em todas as crianças. Deste modo, os recentes desenvolvimentos na área têm introduzido uma perspectiva de risco e protecção, que defende a ideia de que o divórcio não é apenas penoso e difícil para a criança, mas que, por outro lado, a partir de um conjunto de fatores, pode ter impacto no bem-estar da mesma. Neste sentido, a partir desta perspectiva, são indicados alguns fatores de risco na literatura, com maior impacto negativo no ajustamento da criança. Enquadrando-os na finalidade

proposta para esta tese, considerar-se-ão como principais fatores de risco, o contexto de pobreza em que se situam as famílias que se pretendem estudar, o conflito interparental provocado pela rutura conjugal, a ausência do pai não residente com a criança, e algumas características individuais da criança e dos pais, como a idade e o género. Como fatores de protecção, serão aprofundados a coparentalidade dos pais, o apoio social e duas características individuais, o temperamento da criança e a idade das mães.

Esta perspetiva, referida por vários autores (por ex. Vaughan-Cole et al., 1999), considera que estes fatores têm um impacto no ajustamento da criança, não apenas direto, mas, sobretudo, indireto através do bem-estar psicossocial da mãe e do comportamento parental. A ilustração desta perspetiva pode observar-se na Figura 1, que segue em baixo.



**Figura 1** – A Relação dos Fatores de Risco e Protecção no Ajustamento da Criança ao Divórcio/Separação.

### **3. Fatores de Risco**

Segundo Koller e Poletto (2008), a evidência de que existem determinados fatores, que se podem constituir em risco ou não, não depende do comportamento e dos mecanismos por meio dos quais os processos de risco operarão os seus efeitos negativos na criança. Uma vez que a relação das pessoas com eventos stressantes passa por distintos graus de ocorrência, intensidade, frequência, duração e severidade, assim, o impacto destes eventos, é ainda, determinado pela forma como eles são percebidos. Hetherington et al (1998) define na sua investigação, cinco fatores que explicam o ajustamento da criança ao processo de divórcio. De seguida, abordaremos três desses fatores.

#### **3.1 O Stress Parental**

O principal fator de risco para este tipo de famílias que irão ser incluídas na amostra dos estudos são as dificuldades económicas e sociais, consequências dos contextos de pobreza onde estão integradas e, que muitas vezes, ainda são agravadas pelo divórcio ou separação. Este constitui um fator de risco, na medida em que dificulta o ajustamento ao processo de divórcio e separação, pois como refere Hetherington et al (1998), as mudanças económicas e sociais podem interferir negativamente no bem-estar dos pais e da criança, com principal enfoque nas mães monoparentais, que sofrem um enorme declínio económico, agravado ainda pelo facto deste, estar associado a condições de vida mais difíceis, na medida em que estas mães têm a seu cargo as responsabilidades financeiras e a garantia dos cuidados aos filhos, que, normalmente, deveria estar a cargo dos dois progenitores.

Segundo Hetherington et al (1998), os fatores de risco afetam o ajustamento da criança através do stress parental e da diminuição do bem-estar dos pais. Nesta, mais importante do que a causa do stress dos pais, é a resposta que os pais dão para colmatar o mesmo. O stress parental torna-se num problema, quando origina sentimentos como a ansiedade, depressão, isolamento, impulsividade e instabilidade emocional, que provocados pela redução do rendimento familiar pode corresponder a uma quebra no seu bem-estar real e subjetivo, traduzido no decréscimo de recursos financeiros disponíveis para a saúde, educação, atividades extracurriculares, acesso a bens culturais e de entretenimento e aquisição de produtos utilizados diariamente. Para além de uma consequência imediata nos níveis percebidos de qualidade de vida, as dificuldades

financeiras trazidas pelo divórcio e separação, caso se tornem persistentes e duradouras, poderão também ter um impacto a longo prazo, uma vez que não permitem que a criança tenha acesso a atividades essenciais ao seu desenvolvimento cognitivo e social. Num estudo recente, Fischer (2007) concluiu que a elevada condição financeira paterna amplifica as consequências negativas da separação no rendimento académico da criança, enquanto que a elevada condição financeira da mãe – detentora, na maioria dos casos, do poder paternal da criança – diminui os efeitos adversos do divórcio e separação. Por sua vez, alguns estudos têm evidenciado que filhos de pais separados que não viram diminuídos os seus meios financeiros não diferem, quanto aos níveis de adaptação, das crianças que possuem suas famílias, intactas.

### **3.2. Características Individuais da Criança**

Um primeiro fator que incide no risco individual e na vulnerabilidade individual da criança é a idade. Embora mais inconclusivos, os estudos nesta área indicam a idade pré-escolar como a mais propícia ao risco perante o processo de divórcio, no sentido em que estas crianças estão menos preparadas para lidar com as consequências de forma realística, demonstrando-se mais ansiosas com a possibilidade de abandono e sentindo-se mais culpadas pela rutura dos pais. Amato e Keith (2001) afirmam que crianças em idade pré-escolar apresentam um maior risco ecológico e desenvolvimental para trajetórias sociais e emocionais desadaptadas, em comparação com crianças de mais idade. Algumas tarefas desenvolvimentais podem ficar comprometidas pela incapacidade da criança, relacionada com a idade, de compreender as mudanças e o significado do conflito e do divórcio parental. A imaturidade das suas estruturas cognitivo-emocionais faz com que sejam menos capazes de avaliar realisticamente as causas, os processos e as consequências da separação e que centralizem em si a responsabilidade pela rutura entre os pais, ao que se alia uma menor competência para conseguir o suporte necessário à diminuição do seu nível de aflição. É referido na literatura, que a criança na idade pré-escolar: “Não sabe ainda integrar espontaneamente um dado novo que possa modificar uma situação habitual ou a utilização de um objeto. Saberá antecipar uma reacção se já a tiver experimentado várias vezes, (...) porque o seu funcionamento é totalmente egocêntrico, não conseguindo saber o que os pais sentem, as consequências para os mesmos e os motivos que levaram à

situação” (Poussin & Lebrun, 1997, p. 91). Desta forma a criança pré-escolar apresenta um maior risco de se sentir culpada por uma situação que não entende. Outros autores concluíram a partir dos seus estudos que as crianças mais novas, principalmente até aos 5 anos, são mais afetadas negativamente, quando comparadas com crianças mais velhas (Kalter & Rembar, Allison & Furstenberg, & Howell et al, ( cit por Clarke-Stewart et al., 2000).

Ainda, no que diz respeito às características individuais da criança, o género surge, também, como um fator importante, pois embora não existam conclusões claras, existem certas reacções que parecem variar em função do sexo, apontando os estudos para uma influência mais nociva para os rapazes. Através de um estudo realizado por Block e Gjerde (cit por Poussin e Lebrun, 1997), percebeu-se que os rapazes manifestam uma forte tendência para apresentarem comportamentos de externalização, tendo maior dificuldade em obedecer e controlar os impulsos e apresentando também maior hiperatividade motora e comportamentos irrefletidos. Por outro lado, as raparigas reagem menos, apresentando mais problemas de internalização, tendo maior tendência para comportamentos de isolamento, devendo neste caso ser a inibição o alvo de preocupação dos profissionais.

### **3.3. Conflito Interparental e Contacto com o Progenitor Não Residente**

O conflito interparental é considerado, pelos vários investigadores na área, o fator de risco com maior impacto no ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. O conflito interparental – manifestado pela raiva, hostilidade, desconfiança, linguagem agressiva, agressão física, dificuldades de cooperação nos cuidados e comunicação com os filhos, entre outros. – cria um ambiente familiar stressante, suscitando reacções de stresse, tristeza e insegurança na criança. Esse ambiente não é propício ao desenvolvimento adequado da criança e tem um impacto negativo no ajustamento psicológico dos pais e por consequência da criança.

Amato e Keith (2001) consideram o conflito interparental como um fator de risco, dando especial enfoque, à intensidade, tonalidade e frequência do conflito, antes e após o divórcio e separação dos pais. Isto é defendido também por Grych e Fincham (1990), que referem que a avaliação da influência do conflito parental no ajustamento da criança deve ter em conta as várias dimensões em que este pode ocorrer. Uma das dimensões a ter em

conta é a frequência com que ocorre o conflito, no sentido em que quanto maior é a frequência do conflito, maior probabilidade tem a criança de evidenciar problemas de comportamento. A intensidade do conflito, quando ligada a formas de agressão mais intensa entre os pais, está associada também a maiores problemas na criança. Por seu lado, o conteúdo do conflito, quando relacionado com a criança, está mais associado a maiores problemas na criança por comparação a outros tipos de conflito. Por fim, deve ter-se em conta a resolução do conflito, ou seja, a forma como os conflitos são resolvidos que pode moderar o seu impacto na criança.

Relações parentais conflituosas em que os problemas conjugais se sobrepõem à relação parental têm não só efeitos diretos no funcionamento psicológico da criança, mas também, efeitos indiretos, dado que interfere na qualidade do comportamento parental. O conflito interparental coloca os pais numa posição menos efetiva para lidar com os filhos. Além de que, quando as crianças são envolvidas nos conflitos parentais, a relação pais-filhos deteriora-se. Práticas e rotinas contaminadas pelo elevado conflito entre os pais, traduzem-se, na maioria das vezes, em disciplina permissiva e inconsistente, volatilidade emocional, elevados índices de hostilidade, impulsividade educativa, menor responsabilidade por parte dos progenitores e menor disponibilidade emocional.

Compreende-se, desse modo, porque as crianças de famílias intactas, em que existem elevados níveis de conflitos, tendem a mostrar problemas similares aos das crianças de pais divorciados, e porque os conflitos parentais pós-divórcio estão associados a baixos níveis de bem-estar nas crianças.

A investigação ilustra que a percepção da criança acerca do grau de conflito interparental funciona como um mediador na presença/ausência de sintomas psicopatológicos (quanto maior a percepção da destrutibilidade dos conflitos entre os pais, maior o risco para problemas de ajustamento na criança) (Grych & Fincham 1990). Crianças envolvidas em separações altamente conflituosas apresentam mais problemas de externalização, quando comparadas com crianças que experienciam separações parentais com baixos níveis de conflito.

De acordo com Kelly (2003), uma das consequências do conflito interparental, é o surgimento de psicopatologia nos pais, como a depressão e problemas de abuso de substâncias psicotrópicas, que podem conduzir à diminuição do envolvimento parental, do tempo dos pais com as crianças e por, outro lado, o aumento de uma disciplina mais rígida

e fria.

O contacto com o pai não residente pode constituir um fator de risco para a criança, associado à rutura conjugal, uma vez que, após a separação ou divórcio, o tempo da criança é dividido entre ambos os progenitores, o que significa, para a maioria das crianças, a diminuição do contacto com o pai, quando é a mãe que, habitualmente, fica com o poder paternal da criança. O tempo é, também, uma das principais disputas entre os pais em situação de ruptura e uma das principais fontes de conflito. Com maior frequência, um dos pais assume-se como o principal cuidador, frequentemente aquele que reside com a criança, enquanto que o outro é considerado o “visitante” ou o pai não residente. A divisão do tempo da criança, não espelha muitas vezes a preocupação com o seu desenvolvimento, as suas necessidades e a qualidade da relação com os pais. Diferentes estudos têm observado que as crianças que passam pouco tempo com os pais não residentes revelam maior sofrimento e desajustamento ao divórcio, do que as crianças que passam mais tempo com os pais não residentes, (Sigal, Sandler, Wolchik & Braver, 2011).

Os estudos revelam que as crianças mais pequenas têm, habitualmente, um maior contacto com os pais não residentes, do que os adolescentes, pois este contacto tende a diminuir ao longo do tempo. Um estudo realizado por Braver e O’Connell, (cit por Sigal, Sandler, Wolchik e Braver, 2011) revelou que entre 8% e 25 % das crianças não tem qualquer contacto com os pais não residentes, após dois a três anos do divórcio. Esta ausência de contacto com um dos progenitores é agravada quando existem conflitos parentais.

A maior parte dos estudos refere que existe uma relação positiva entre o contacto com o pai não residente e o ajustamento da criança Amato & Keith, (cit por Sigal, A. Sandler, I. Wolchik, S. & Braver, S. 2011). É importante referenciar que esta relação é influenciada, sobretudo, pela natureza da relação entre os progenitores e destes com a criança. De acordo com a investigação de Fagan e Palkovitz (2007), os progenitores podem manter três tipos de relação após a separação - uma relação de tipo romântico; de amizade e de conflito. Gavin et al (cit por Fagan e Palkovitz, 2007), revelam que o envolvimento parental do pai não residente é maior quando existe entre os pais uma relação de tipo romântica. Segundo Fagan e Palkovitz (2007), os pais não residentes que não tenham condições económicas para suportar as despesas com os seus filhos após a separação, tendem a estar menos envolvidos com os mesmos, de forma a evitarem o confronto com as

suas necessidades. As mães também incentivam a um maior envolvimento dos pais quando estes as apoiam economicamente.

#### **4. Fatores de Protecção**

Se em algumas famílias, pais e filhos têm dificuldade em elaborar o sofrimento que acarreta a rutura conjugal, noutras, a separação ocorre num clima mais sereno. É indispensável identificar o que numa família possa conduzir a uma solução menos conflituosa da crise familiar (Poussin & Lebrun, 1997). De acordo com o estudo de Lamela, Figueiredo e Bastos (2008), as possibilidades de mudança positiva, face ao divórcio e separação, estão dependentes de múltiplas características individuais e contextuais, das quais fazem parte os factores protetores para a criança, associados ao processo de rutura conjugal. Os factores de protecção, “referem-se a influências que modificam, melhoram ou alteram, respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação” Rutter, (cit por Poletto & Koller, 2008, p. 409 ). A característica essencial destes factores é a modificação catalítica da resposta da pessoa à situação de risco. Esses factores podem não apresentar efeito na ausência de um stressor, pois o seu papel é o de modificar a resposta em situações adversas, mais do que favorecer directamente o desenvolvimento. Também estes factores de protecção devem ser abordados como processos, nos quais diferentes factos interagem entre si e alteram a trajectória da pessoa, produzindo uma experiência de cuidado, fortalecimento, ou de prevenção ao risco. Alguns factores de protecção são fundamentais para o desenvolvimento, concretamente os atributos disposicionais das pessoas, tais como a autonomia, auto-estima, bem-estar subjectivo e orientação social positiva, competência emocional, a representação mental de afecto positivo e a inteligência. Este factores permitem, também, desenvolver a rede de apoio social, com recursos individuais e institucionais, que encoraje e apoie a gestão eficaz das circunstâncias de vida, promovem a coesão familiar e previnem a negligência. Segundo o mesmo autor, estudos sobre famílias destacam a importância das relações intrafamiliares e o modo como as experiências vividas na infância, neste contexto, influenciam o funcionamento psicológico ao longo do ciclo vital. As interações familiares devem ser entendidas com dinamismo e sendo influenciadas por factores internos e externos a elas, bem como por mudanças no decorrer da sua história. Ao longo dos tempos, aspetos

ambientais, sociais, políticos, transgeracionais, culturais e económicos exerceram influência sobre as famílias e a história dos seus elementos.

A família pode constituir não só um fator de proteção, mas também um fator de risco. Esta aparente ambiguidade é justificada quando se considera a família como o grupo social básico da pessoa, cuja função e estrutura são determinantes para o seu desenvolvimento. As relações entre pais e filhos, por exemplo, são caracterizadas por uma enorme complexidade, sendo, então, indispensável a promoção, por parte dos cuidadores, de um ambiente incentivador, protetor e seguro, no qual as pessoas possam aprender e desenvolver-se. A família protetora proporciona o alicerce necessário para a socialização.

#### **4.1. Temperamento da Criança**

O temperamento e o nível de desenvolvimento são dimensões intrínsecas à criança, essenciais na compreensão do processo de adaptação à separação ou divórcio parental. De acordo com Hetherington et al (1998), crianças com temperamento fácil, inteligentes, responsáveis e socialmente sensíveis, evidenciam mais competência de adaptação positiva a este processo de transição familiar. Dimensões como a autoestima, a competência cognitiva e a autonomia da criança, associadas ao sistema de suporte social, também estão positivamente ligadas a uma maior adaptação da criança ao processo de divórcio.

#### **4.2. Coparentalidade**

Kelly (2003) e Sbarra & Emery (2008) referem como fatores protetores, a competência e a adequação dos pais na disputa pela regulação das responsabilidades parentais, a qualidade das práticas parentais, a parentalidade apropriada do pai não residente e a diminuição dos conflitos parentais durante o divórcio. Estes podem amenizar e amortecer o impacto do divórcio ou separação, e com maior probabilidade, promover uma adequada adaptação desenvolvimental da criança. Whiteside-Mansell, Bradley e Mckelvey (2009) enfatizam esta questão, referindo que nos dois anos posteriores ao divórcio, o ajustamento positivo da criança está relacionado com uma parentalidade autoritativa, coparentalidade positiva, baixo conflito entre os pais e bom ajustamento pessoal dos pais da criança. Considera-se, assim, no presente estudo, a coparentalidade

como possível fator de proteção no ajustamento da criança ao divórcio e separação dos pais.

Constata-se, a partir da literatura, que a visível emergência da coparentalidade enquanto construto psicológico, foi primeiro associada ao estudo das relações familiares após o divórcio, tendo apenas nesta última década, este construto assumido um estatuto universal e independente da configuração estrutural da família e das características individuais e diádicas dos parceiros coparentais. (Belsky, 1995).

Parte da terminologia científica usada no estudo da coparentalidade, sustenta-se nos conceitos e nos princípios teóricos da teoria estrutural dos sistemas familiares de Minuchin. Refutando uma perspectiva organicista sobre a adaptação do ser humano, esta proposta teórica preconiza a existência de uma associação significativa entre os padrões de funcionamento da pessoa e as características das suas redes relacionais. Neste sentido, a família assume-se como a principal rede relacional dos indivíduos, sendo que a sua dinâmica processual e estrutural permite compreender os níveis de ajustamento psicológico dos seus membros, assumindo particular poder na predição dos resultados desenvolvimentais das crianças. Para Minuchin, o sistema familiar é composto por um conjunto de subsistemas interdependentes entre si. Neste conjunto de subsistemas, o subsistema executivo assume-se como particularmente importante para a adaptação e funcionamento global das crianças. Este subsistema, formado normalmente pelos pais, tem como função, entre outras, tomar decisões sobre a educação dos filhos. Assim, a relação coparental é o produto da interacção entre dois adultos na condução e satisfação das necessidades das crianças que fazem parte do sistema familiar. De facto, o conceito de coparentalidade não é abordado directamente pelas formulações teóricas de Minuchin, sendo que a definição de subsistema executivo é a que mais se aproxima da definição contemporânea da coparentalidade (Schoppe-Sullivan et al., 2004). Apesar da relevância da teoria de Minuchin no estudo e compreensão das transacções dentro da família, as suas contribuições para operacionalização e especificação processual das relações coparentais são reduzidas.

Conceptualmente, a coparentalidade incide sobre as interacções interparentais em relação às funções e expectativas dos adultos no desempenho do seu papel de pais. A coparentalidade surge como um conceito essencial na explicação da adaptação das crianças à separação dos pais, sendo conceptualizada como a relação entre a díade mãe/pai na

planificação e execução de um plano parental conjunto para os seus filhos. Resumidamente, esse conceito é definido pelo envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais na educação, formação e decisões sobre a vida dos filhos (Feinberg, 2003). Os pais cooperantes dão prioridade ao bem-estar dos filhos, enquanto criam e mantêm uma relação construtiva, com novas fronteiras mais flexíveis e maleáveis entre si.

Maccoby et al (1991) identificaram três tipos de coparentalidade: cooperativa, conflituosa e descomprometida, havendo um maior risco para as famílias divorciadas ou separadas serem caracterizadas por relações coparentais descomprometidas, por comparação a família intactas. Para esse descomprometimento coparental contribuem, além da distância física entre os pais, as dificuldades em isolar a relação conjugal do passado da relação coparental do presente e o declínio do envolvimento do pai não detentor da guarda na vida da criança.

O modelo de Margolin, Gordis e John (2001) baseado na investigação empírica, sugere três fatores da coparentalidade: o conflito, a cooperação e a triangulação. A primeira dimensão é o conflito entre os pais relacionado com temas parentais. O conflito é caracterizado pela quantidade, frequência e severidade dos desentendimentos acerca da criança, pela tonalidade negativa (e.g. hostilidade, raiva, rejeição, frieza ou criticismo) utilizada na discussão das práticas educativas e pelo desacordo relativo aos princípios educativos utilizados na educação do filho. A cooperação, a segunda dimensão proposta por este modelo, é considerada o elemento-chave para uma aliança co-parental eficaz, avalia o grau em que os pais imprimem no esforço comum na partilha da prestação de cuidados à criança e na disponibilidade emocional e instrumental entre os pais nos temas parentais. O último pilar do modelo de Margolin é a triangulação. Esta dimensão corresponde à existência de uma coligação intergeracional entre um dos pais e o filho, que mina e leva à rejeição do outro membro da díade coparental. A triangulação ocorre mais frequentemente em díades mãe-filho e está associada a elevados níveis de conflito interparental.

Margolin (2001) considera que outros factores condicionam a coparentalidade, tais como a idade dos filhos, o género dos pais e o género dos filhos. Segundo esta formulação, a importância, forma e grau da cooperação coparental, varia de acordo com a idade dos filhos, no sentido em que quanto mais novos forem os filhos, mais unidos e cooperantes os pais devem ser. A gestão coparental positiva está subordinada à percepção de que cada pai

tem da qualidade da relação interpapental. De acordo com Margolin, esta percepção está associada ao gênero de cada pai e às funções esperadas que cada gênero desempenhe (Margolin et al., 2001). Os autores sustentam estes pressupostos num estudo, demonstrando que as mães que têm piores percepções da qualidade copapental são aquelas que pertencem a famílias em que as tarefas de cuidados não são partilhadas, e onde existe, concomitantemente, maiores índices de conflito interpapental e menor qualidade conjugal (Margolin, et al, 2004).

Van Egeren e Hawkins (2004) referem que existem quatro tipos de copapentalidade: (1) a copapentalidade solidária, caracterizada pela afetividade entre as figuras papentais, promovendo um crescimento conjunto da dupla e de uma execução papental unificada; (2) o apoio copapental, formado por estratégias e ações que potencializam os esforços dos parceiros para beneficiar a criança; (3) a copapentalidade destrutiva, na qual as estratégias e ações são no sentido de mitigar as tentativas do parceiro de atingir objetivos papentais, incluindo críticas e ausência de respeito; e (4) a papentalidade compartilhada, caracterizada pelo grau com que cada pai é responsável pela colocação de limites e pela justiça na divisão das responsabilidades.

Durante as últimas décadas, vários estudos tentaram demonstrar a relação direta entre a qualidade da relação conjugal, a papentalidade e as trajetórias desenvolvimentais das crianças no seio de famílias intactas. Neste pressuposto, os percursos (des)adaptativos dos filhos seriam explicados pelo funcionamento adequado da díade conjugal e papental em que, quanto melhor fosse a qualidade destas relações, melhor seriam os níveis de adaptação e bem-estar das crianças. Embora, seja mencionado na literatura, que foram demonstradas ligações moderadoras entre a qualidade conjugal e o funcionamento dos filhos, pesquisas mais recentes têm sugerido que os percursos desenvolvimentais das crianças podem ser melhor explicados a partir da qualidade da copapentalidade (Schoppe-Sullivan, Frosch, Mangelsdorf & McHale, 2004).

Os quadros teóricos sobre as relações familiares têm dado pouco relevo à copapentalidade como factor explicativo dos padrões de interacção nas famílias intactas. Em famílias com pais divorciados, pelo contrário, o papel da copapentalidade tem sido central no estudo das relações familiares após a dissolução conjugal.

No seu artigo de referência, Margolin, Gordis e John (2001) afirmam que a copapentalidade pode ter um efeito mediador entre a relação marital e as relações pai/mãe-

filho. Por efeito mediador considera-se que a coparentalidade tem um impacto directo na parentalidade e, indirecto, no ajustamento dos filhos. Este valor intermediário da coparentalidade tem poder preditivo na compreensão de como o conflito na díade conjugal tem repercussões negativas nos filhos.

Os autores Jia e Schoppe-Sullivan, (2011) referem no seu estudo que a coparentalidade atua como fator estabilizador e protetor no ajustamento da criança. Contudo, os autores não conseguiram ainda explicar a forma como esta protecção e prevenção é feita, sendo que os estudos apontam para o comportamento dos pais, como o fator mais importante na explicação do efeito da coparentalidade no ajustamento da criança. Ainda a partir dos mesmos autores, verifica-se que a coparentalidade pode atuar como fator protetor do desajustamento da criança, no sentido em que promove na criança a sensação de família segura, o que ajuda a que a mesma consiga auto-regular o seu comportamento e as suas emoções.

Segundo Van Egeren et all (2004) existem, diferenças entre pais e mães, na percepção da sua coparentalidade, no sentido em que os pais estão significativamente mais satisfeitos no que se refere à coparentalidade, quando comparados com as mães. O autor explica esta diferença, pelo facto das mudanças de vida, no momento da transição para a parentalidade, tenderem a ser maiores para a mãe (a amamentação; ter de ficar em casa e não estar a trabalhar, entre outras) ou pelo facto, desta diferença estar associada à divisão de tarefas domésticas (também associada à aliança parental) que, normalmente, são desigualmente distribuídas, ficando maioritariamente a cargo da mãe.

O estudo de Lamela, Figueiredo e Bastos (2008) realça uma questão importante na análise da coparentalidade, referindo que as relações coparentais estão dependentes do processo de desvinculação ao ex-cônjuge, no sentido em que a dissolução conjugal põe fim à trajectória prevista da relação de vinculação entre a díade, terminando projetos e metas de vida comuns. A dissolução conjugal, à semelhança da morte do cônjuge, implica lidar com a perda. Aliás, a perda da figura de vinculação por divórcio, pode ser mais desestruturante para a organização da vinculação, do que a perda por morte da figura de referência. Este pressuposto fundamenta-se na teoria de Bowlby, uma vez que, em situações de perda, por morte, sabe-se que a pessoa não providencia cuidados neste momento de stress, por não existir fisicamente. No divórcio, a figura de vinculação é, por um lado, ela própria responsável pelo stress do adulto e, por outro lado, continua

fisicamente presente, não providenciando deliberadamente cuidados ao ex-companheiro. Este quadro pode ser mais descompensador e desequilibrador para a relação coparental

### **4.3. Apoio Social**

O apoio social é uma área de investigação que, tanto abrange aspectos sociais mais objectivos tais como, número de amigos, frequência de contactos, intensidade de contactos, existência ou não de amigos íntimos, redes sociais (contactos sociais mesmo que não com amigos), como a aspetos subjetivos, por exemplo, a percepção que o indivíduo tem da adequação, e a satisfação com a dimensão social da sua vida.

O conceito de apoio social parece ser, segundo Sarason (1982), multifatorial, uma vez que inclui diferentes dimensões: a afeição (gostar; amor), a ajuda (assistência material; dinheiro), e a afirmação (aceitação; reconhecimento; aprovação). Sarason et al (1983) propôs que o apoio social fosse definido como a existência ou disponibilidade de pessoas nas quais podemos confiar, pessoas que sabemos que se preocupam, que nos valorizam e que gostam de nós. Thoits (cit por Fachado et al, 2007) introduz a percepção subjetiva e define suporte social como o conjunto de elementos funcionais ou estruturais, reais e percebidos, que os indivíduos recebem da sua comunidade, rede social ou dos seus amigos íntimos. Por seu lado, Bowling ( cit por Fachado et al, 2007) sugere que o apoio social é o processo interativo em que as pessoas podem obter apoio emocional, material ou económico, interacção positiva social e afetiva, da sua rede social.

De acordo com Sluzki (2010), o apoio emocional, é providenciado a partir do apoio presencial em momentos mais difíceis para os pais, transmitindo disponibilidade e empatia quando solicitado; o apoio material é dado em géneros, normalmente em dinheiro ou bens essenciais; a interacção social positiva implica ter companhia para momentos de lazer e de descontração, como passeios e outras atividades adequadas aos gostos pessoais de cada um; e o apoio afetivo é fornecido através da demonstração de sentimentos de afeto. O apoio em tempos livres, foi outra dimensão introduzida nos estudos que compõe o presente trabalho, implicando o cuidar e tomar conta, principalmente dos filhos, quando os pais necessitem.

O apoio social estrutural, focado na rede social, define a quantidade de relações do indivíduo e o número de pessoas às quais o indivíduo pode recorrer, com principal enfoque

no número de familiares e amigos, pois a rede social mais procurada pelo indivíduo, como fonte de ajuda, é a família. O apoio social funcional refere-se à percepção do indivíduo sobre a disponibilidade de suporte da sua rede social. Segundo Fachado et al (2007), este tipo de apoio está relacionado com um melhor ajustamento psicossocial, auto cuidado, e com os índices de qualidade de vida.

Intrínsecamente ligado ao conceito de apoio social, está a teoria da vinculação de Bowlby (Sarason, 1982), na medida em que os humanos de todas as idades ficam mais felizes e sentem-se mais eficazes quando têm a confiança de que alguém os vai ajudar perante as dificuldades. O que significa que o apoio social, sob a forma de uma figura de vinculação, torna as crianças mais auto-confiantes, tendo estas menor probabilidade de desenvolver problemas do foro psicossocial. O que faz com que, quanto mais segura for a vinculação da criança ao cuidador, mais facilidade terá a criança de conseguir a sua autonomização e desenvolver boas relações com os outros.

O apoio social é baseado na matriz individual dos relacionamentos com outras pessoas (Sarason & Sarason, 1982). Quando esta matriz é extensa e profunda, as necessidades dos outros sobrepõem-se às individuais, havendo uma maior tendência para sentir que essa ajuda está disponível. Assim, a pessoa que tenha elevados níveis de apoio social, sente ter outros que lhe podem dar o apoio necessário, nos momentos de maior carência de apoio social.

No estudo empírico do presente trabalho, considerar-se-á o apoio social como um fator de protecção na diminuição do stress parental, da promoção da coparentalidade positiva e conseqüentemente, num fator promotor do ajustamento da criança ao divórcio e separação dos pais.

Sandler (cit. por Sarason, et al., 1983), sugere haver uma relação significativa entre o apoio social e o ajustamento das crianças, demonstrando que a existência de desequilíbrio entre o stress parental e o apoio social, aumentaria a probabilidade de desajustamento para a criança.

Por seu lado, Green, Furrer & McAllister (2007) observaram que os pais que percebem e recebem suporte social positivo e que têm um trabalho seguro, têm melhores relações com os seus filhos e melhores capacidades parentais. Os mesmos autores indicam que o suporte social ao nível emocional e de assistência material está positivamente relacionada com o comportamento parental.

Famílias mais pobres encontram-se mais expostas a um stress crónico e a uma parentalidade disfuncional que afecta a família e principalmente a criança. No que diz respeito às famílias multidesafiadas, os estudos também referem que o apoio social pode ter um papel protetor dos efeitos do divórcio e separação nos pais e nas crianças, diminuindo, principalmente, ao stress parental a que estes pais estão mais sujeitos, tendo em conta as suas condições sociais e económicas. Armstrong (2005), sugere que o apoio social tem um efeito protetor no bem-estar dos pais, e um efeito mediador no impacto do stress, inerente à parentalidade, que no caso destas famílias é agravado pelas condições adversas a estão sujeitas, como as dificuldades económicas.

Atree (2004) refere que os estudos sobre famílias pobres são unânimes na afirmação de que o suporte social, informal e formal, é um importante recurso para este tipo de agregados familiares. O suporte pode incluir apoio material, com principal enfoque no dinheiro, cuidados às crianças, transporte, e alguns aspetos emocionais. As investigações segundo esta autora, sugerem que o suporte informal, que inclui a família e os amigos, é particularmente mais efetivo na diminuição das desvantagens relacionadas com o contexto em que habitam.

O suporte informal é, acima de tudo, centrado na mulher, sendo esta quem providencia e recebe o mesmo. O apoio dado pela família é, habitualmente, monetário e ao nível dos tempos livres, sobretudo para os cuidados às crianças, sendo o apoio emocional providenciado através de companhia e conversação (Atree, 2004). Por seu lado, os amigos são habitualmente solicitados para apoiarem em situações de maior stress emocional. Os pais que conseguem lidar com as exigências da parentalidade em contextos mais desfavorecidos percebem também níveis mais elevados de suporte social. Segundo os estudos de Ghate e Hazel, (cit por Atree, 2004), os níveis de suporte são geralmente mais baixos em pais que vivem em contextos de pobreza, pois para estes pais a sua dificuldade económica invalida, muitas vezes, o seu acesso ao suporte social. O suporte formal é habitualmente providenciado pelos serviços sociais e comunitários. Os estudos de Atree (2004) sugerem ainda que, o apoio material e emocional dado pela família e amigos, pode mediar o stress de criar crianças em ambientes mais desfavorecidos. A autora refere ainda que os pais não procuram maior apoio devido à preocupação em manter a sua independência, de forma a evitar interferências em relação aos seus assuntos privados.

O estudo de Ceballo e McLoyd (cit por Green, Furrer e McAllister, 2007) indica

que os processos de suporte podem atuar de forma diferente em famílias cronicamente stressadas, no sentido em que podem ter uma influência menos efetiva, face ao elevado número de stressores inerentes aos contextos de pobreza. Para as famílias multidesafiadas, a família constitui, segundo Sousa et al. (2007), o principal setor de apoio. No sentido positivo, os níveis de proximidade relacional mais elevados, permitem que a família faça um maior esforço no suporte fornecido aos elementos da família. Por outro lado, segundo os mesmos autores, pode-se interpretar que os elementos da família tenham falta de competências sociais e, por isso, tendem a ter uma rede mais centrada na família. Os amigos constituem o segundo setor de maior apoio por parte destas famílias (Sousa et al., 2007), o que, segundo os autores, pode ser explicado pelo facto dos problemas vivenciados por estas famílias mobilizarem mais facilmente o apoio da comunidade que, por sua vez, responde de forma protetora. Os amigos podem também constituir membros de famílias igualmente disfuncionais e, por isso, podem não ser um contributo útil para estas famílias.

O apoio emocional é o mais disponibilizado pela rede, relacionando-se com outras formas de apoio. Quem está disponível para prestar apoio emocional, está também disponível para prestar outro tipo de apoio.

Considerando-se que é premente a importância da coparentalidade no ajustamento dos pais e das crianças, assim como o apoio social, como mecanismo protetor dos efeitos mais devastadores dos contextos de pobreza, parece importante perceber-se como é possível promover a coparentalidade positiva e o apoio social, em conjunto com os pais. Neste sentido, pensa-se que a mediação familiar e social podem ser um mecanismo importante para a promoção da relação coparental e para o aumento das redes de apoio informal e formal.

### **5. A Mediação Familiar e Social**

A mediação familiar é um processo que permite capacitar as famílias na resolução positiva dos seus conflitos, com especial enfoque, na promoção da coparentalidade positiva, ajudando a regular e mediar as questões do divórcio e da separação e as responsabilidades parentais. Segundo Parkinson (2008), a mediação familiar define-se, sobretudo, como um “processo de colaboração para a resolução de conflitos, no qual, duas ou mais partes em litígio, são ajudadas por uma ou mais partes imparciais, com o fim de

comunicarem entre elas e de chegarem à sua própria solução, mutuamente aceite, acerca da forma como resolver os problemas em disputa”. Vezzula (2001) refere, ainda, que se constitui como um processo que permite manter um bom relacionamento e a construção de soluções mais benéficas, preservando as relações e a comunicação entre os indivíduos. Juridicamente é definida como um método de resolução alternativa de litígios, porém os autores são unânimes ao considerarem-na como um complemento aos outros métodos de intervenção familiar e não como uma alternativa.

A mediação, como processo de intervenção familiar, retira do modelo transformativo de Bush e Folger, (cit por Parkinson, 2008) várias premissas importantes e determinantes para a intervenção familiar. Destaca-se o facto de não se ter como objectivo imediato, e único, o acordo entre as partes, o que possibilita o alcance de objectivos que se centram na comunicação, relação e coparentalidade positiva. A mudança da relação entre os mediados potencializa os laços afectivos, que permitem em consequência a viabilização do acordo. É dada maior relevância à capacidade das partes para, em conjunto, solucionarem o conflito, sendo a intervenção do mediador mais passiva. O conflito é trabalhado de forma holística, tendo-se em consideração todos os aspectos inerentes. Reforça-se a tomada de consciência das partes face à sua capacidade de resiliência e de resolução do problema, os recursos pessoais dos mediados são também fortalecidos, assim como a sua autonomia.

Importa realçar que a riqueza do processo de mediação também incide no facto de poder pautar a sua intervenção a partir de várias abordagens teóricas, principalmente quando são tratadas questões específicas, como nas questões da regulação das responsabilidades parentais e do divórcio, na qual é essencial ter também por base o modelo ecossistémico. Concretamente quando se analisa a disputa dentro de um conjunto sistémico, as acções de cada membro da família, incluindo as dos próprios filhos, influenciam as acções e reacções dos outros membros da família de uma maneira recíproca.

O modelo circular narrativo, promove também estes objetivos, assegurando o desenvolvimento e a efetivação de uma coparentalidade responsável, tendo em conta os desequilíbrios de poder entre as partes e o tempo para a mudança de que a família necessita.

Do ponto de vista ideológico, deve ter-se em consideração que a mediação familiar assenta num conjunto de crenças, valores e ideias, cuja base, é a convicção de que os seres humanos são capazes de resolver, por si sós, os conflitos em que se encontram envolvidos. Tal como a perspectiva do postulado da competência de Guy Ausloos (2003), no qual, ver a família como competente, é dar à família a sua competência, antes de se ter em conta as suas falhas, modificando-se assim, totalmente, o foco e a perspectiva da intervenção familiar. Neste sentido, a mediação familiar torna-se num processo indispensável para as famílias, fundamentado no facto de permitir a procura de interesses mútuos, a capacitação das partes, a comunicação e a tomada de decisão partilhada, na qual as diferenças são reduzidas, estabelecendo-se pontes. Os processos são informais, voluntários, confidenciais e flexíveis, nos quais as decisões são consensuais, tendo assim maior probabilidade de perdurarem. O reconhecimento de que a resiliência não se encontra apenas relacionada com as características dos indivíduos, mas que representa processos dinâmicos que operam ao longo do tempo, conduz ao desenvolvimento de práticas preventivas. Deste modo, reconhecendo e valorizando o papel ativo que os indivíduos desempenham na construção do seu próprio desenvolvimento, a mediação familiar será, mais do que um processo dinâmico e importante para a resolução de situações de conflito, uma prática preventiva que contribui para o superior interesse da criança.

Quando situamos a mediação familiar, no contexto das famílias mais desfavorecidas economicamente e socialmente, encontramos projetos na área, específica, da mediação social e comunitária, que tem sido desenvolvida, principalmente, em contextos multiculturais e étnicos. Neste sentido, parece que este tipo de mediação seria um importante complemento na intervenção local e social, realizada com este tipo de famílias. Ao contrário da mediação familiar, a mediação social tem enfoque no contexto comunitário em que o procedimento de mediação de conflitos promove uma maior responsabilidade e participação da comunidade na solução dos seus conflitos, contribuindo desta maneira, favoravelmente, para a preservação das relações, a satisfação dos interesses de todas as partes e a economia de custos de tempo e dinheiro na solução do conflito. Neste sentido, a intervenção com estas famílias multidesafiadas, no âmbito da mediação social, daria um importante contributo e mais valia, na protecção da coparentalidade e do ajustamento da criança, através, essencialmente, da promoção do apoio social, como suporte parental. A partir da potencialização da comunidade, os pais e as crianças estariam

mais protegidos das desvantagens a que estão sujeitos frequentemente. Através do diálogo produtivo e da promoção das relações cooperativas entre os membros da comunidade, poderiam abrir-se novos caminhos para uma positiva transformação sócio-cultural, que traria mais coesão e protecção a estes contextos mais desafiantes para a família.

A mediação social e comunitária realiza-se nos bairros de periferia, com o intuito de propiciar à comunidade a consciencialização de seus direitos e deveres, além da resolução e prevenção de conflitos em busca da harmonia social. Essa mediação permite a criação de maiores laços entre os envolvidos, incentivando a participação ativa dos membros, daquela comunidade na vida social, ensinando-os a pensarem coletivamente e não, apenas, individualmente. Os mediadores são geralmente membros da própria comunidade, capacitados para realizar a mediação de conflitos e que, voluntariamente, decidiram dedicar parte de seu tempo para o bem-estar de toda a comunidade. Os objetivos da mediação prendem-se em desenvolver entre a população, valores, conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos que conduzem ao fortalecimento de uma cultura político-democrática e de paz; enfatizar a relação entre os valores, as práticas democráticas, a convivência pacífica e contribuir para um melhor entendimento de respeito e tolerância. A mediação comunitária ocupa-se de promover um caminho para a prática da cidadania, enquanto incentiva a participação ativa, na busca conjunta, pelas partes, de uma solução para os mais variados conflitos que surgem, a partir das relações familiares e de vizinhança.

## **Capítulo II**

### **Metodologia**

Neste capítulo, composto por seis partes, pretende-se descrever e fundamentar a metodologia do estudo, procurando-se, acima de tudo, descrever o caminho percorrido ao longo da investigação, pelo qual se foi construindo o conhecimento, as opções tomadas e o construto em torno da realidade estudada. A investigação teve como base o paradigma pós-positivista (Guba & Lincoln, 1994), que se caracteriza por assumir que o conhecimento da realidade se faz apenas de forma aproximada e não de forma absoluta (realismo crítico).

Na primeira parte, serão apresentados os objetivos e o mapa conceptual que descreve o esquema de variáveis que sustenta o estudo. Na segunda parte, a fundamentação

da metodologia e desenho de estudo, descreve as opções metodológicas que foram tomadas, justificando a necessidade de recorrer a uma investigação mista, usando a investigação quantitativa como metodologia principal e a qualitativa como complementar. No terceiro ponto será caracterizada a amostra do estudo. No quarto ponto serão descritos os instrumentos que permitiram a realização do estudo. No quinto ponto, abordar-se-á os procedimentos utilizados para a recolha de dados, por fim, no sexto ponto, apresentar-se-ão os procedimentos de análise de dados.

### **1. Objetivos e Mapa Conceptual**

A pertinência de estudar famílias em situação de rutura conjugal associada ao divórcio e separação, recai principalmente no facto deste constituir, segundo os autores, um fenómeno atual e um dos mais stressantes para a família. Estudar este fenómeno em famílias multidesafiadas, provindas de contextos desfavorecidos, tem particular importância por ser um fenómeno ainda mais desestruturante para a família, e em especial para a criança, sendo também alvo de poucos estudos e reflexão teórica. A coparentalidade surge como a variável central deste estudo, por ser considerada no âmbito da literatura, um fator protetor do impacto do divórcio/separação no ajustamento da criança. O apoio social é referido na literatura, como um fator de protecção, de situações de stress e de maior dificuldade para os pais, habitualmente associadas ao contexto social em que se situam estas famílias, por isso um elemento importante a ser analisado.

A presente investigação teve como finalidade a caracterização da coparentalidade e do apoio social em famílias multidesafiadas em situação de rutura conjugal, assim como o estudo da sua relação com o ajustamento da criança.

Neste sentido, a realização de um estudo misto, iniciado pela análise de dados quantitativos e, numa segunda fase, complementado pela análise de dados qualitativos, surgiu como a metodologia mais adequada aos objetivos de estudo.

De uma forma exploratória procuraram-se algumas respostas e reflexões sobre estas questões. Propuseram-se para a investigação, no estudo quantitativo e no estudo qualitativo, os seguintes objetivos.

**O estudo quantitativo** teve por base os seguintes objetivos gerais e específicos:

### **Objetivos Gerais:**

1. Proceder à caracterização sócio-demográfica dos pais, da sua situação de divórcio/separação e da regulação das responsabilidades parentais;
2. Analisar a relação entre a coparentalidade, o apoio social e o ajustamento da criança;
3. Caracterizar e analisar as diferenças entre casados/união de facto e divorciados/separados na coparentalidade, apoio social e nas capacidades e dificuldades da criança.

### **Objetivos Específicos**

1. Caracterizar os tipos de agregado familiar e a sua composição em termos da caracterização sócio-demográfica, (idade, sexo, nacionalidade, tipo de agregado familiar, situação profissional e económica, estado civil);
2. Caracterizar a família, em situação de rutura conjugal, em relação ao número de horas que os pais passam com o seu filho, a adaptação da família e da criança ao divórcio/separação e a regulação das responsabilidades parentais;
3. Caracterizar a coparentalidade, ao nível da cooperação, triangulação e conflito entre os pais, nos casais casados/união de facto e nos casais divorciados/separados;
4. Caracterizar o apoio social dos pais, ao nível estrutural, do número de pessoas que constituem o suporte do progenitor e ao nível funcional, do tipo de apoio emocional, material, afetivo e de interação social positiva, nos casais casados/união de facto e nos casais divorciados/separados;

5. Caracterizar o ajustamento da criança a partir da identificação das suas capacidades e dificuldades, em ambiente de jardim de infância, nos casais casados/união de facto e nos casais divorciados/separados;
6. Analisar as relações entre a coparentalidade, apoio social e o ajustamento dos filhos, nos casais casados/união de facto e nos casais divorciados/separados;
7. Analisar as diferenças entre casados/união de facto e separados/divorciados na coparentalidade, apoio social, capacidades e dificuldades da criança.

**O estudo qualitativo** teve por base os seguintes objetivos gerais e específicos:

**Objetivos Gerais:**

1. Perceber que fatores contribuem para a adaptação da criança à separação;
2. Caracterizar as mudanças que ocorreram na vida das crianças após a separação dos pais;
3. Caracterizar o tempo que as crianças passam com cada progenitor e outros elementos da família;
4. Caracterizar a coparentalidade positiva e negativa dos pais;
5. Caracterizar a parentalidade exercida pelas mães;
6. Caracterizar a rede social das mães.

### **Objetivos Específicos:**

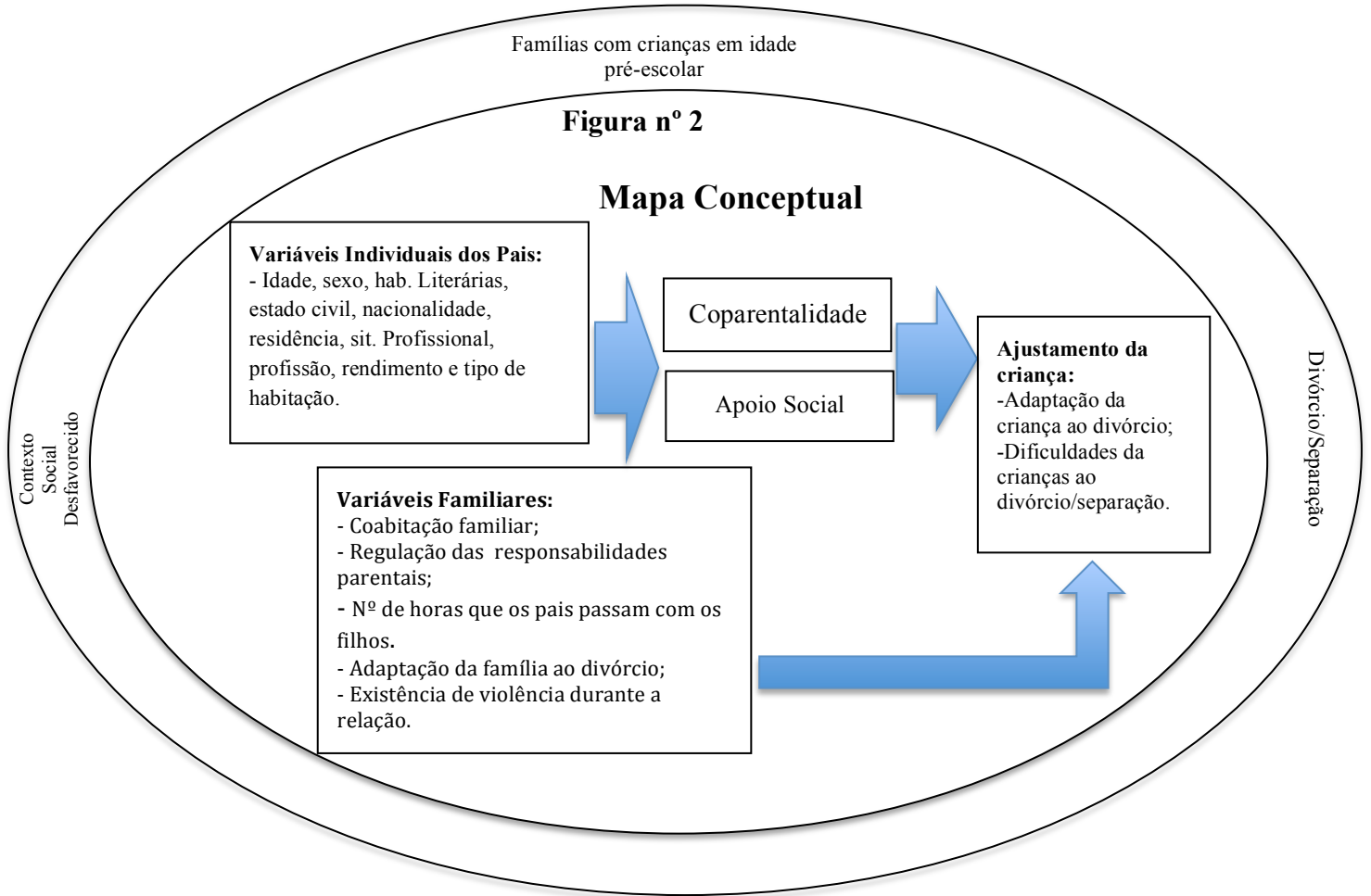
1. Analisar a relação entre a adaptação da criança à separação, a idade atual da criança e a coparentalidade dos pais;
2. Identificar as mudanças que ocorreram na vida das crianças após a separação, a partir das percepções das mães e considerando a avaliação das dificuldades por parte das Educadoras de Infância;
3. Perceber de que forma o tempo que os pais estão com a criança se relaciona com a adaptação da mesma à separação;
4. Perceber quais os fatores que contribuem para uma coparentalidade positiva e negativa;
5. Perceber quais os fatores facilitadores e opositores que influenciam a parentalidade exercida pelas mães;
6. Explorar com maior pormenor o apoio emocional, afetivo, material e de tempos livres recebido pelas mães, a partir do esquema de *convoy model*.

O mapa conceptual constitui uma representação dos construtos em estudo, permitindo ter uma visão sobre a forma como se relacionam. Assim, como podemos verificar na Figura 2, a investigação tem como contexto as famílias multidesafiadas em situação de rutura conjugal, provindas de um meio social mais desfavorecido, com filhos em idade pré-escolar. Neste contexto, supõe-se que, as variáveis individuais dos pais e as variáveis familiares, influenciem a forma como os pais exercem a sua coparentalidade e como percebem o apoio social recebido. Estas duas variáveis, por sua vez, deverão estar relacionadas com o ajustamento da criança.

Famílias com crianças em idade pré-escolar

Figura nº 2

### Mapa Conceptual



## **2. Opções Metodológicas**

O desenho de estudo é transversal e observacional. Foi utilizada uma metodologia mista, com um enfoque principal nos métodos quantitativos. A utilização de uma metodologia quantitativa permitiu, numa primeira fase, caracterizar a coparentalidade dos pais, o apoio social, as dificuldades e capacidades dos filhos. A metodologia quantitativa permitiu, sobretudo, descrever e analisar relações entre variáveis.

Numa segunda fase, com a metodologia qualitativa procurou-se encontrar algumas explicações para esses padrões e aprofundar a relação entre algumas variáveis. A metodologia qualitativa permitiu tornar o processo mais dialógico e interativo, gerando interrogações e reflexões sobre os dados e a realidade estudada. A investigação qualitativa tem “(...) *potencial para esclarecer significações pessoais, explicar a experiência humana, apresentar “histórias” ricas em detalhes, compreender, gerar teorias sobre processos que vão mudando ao longo do tempo, explicar a diversidade assim como padrões e temas, e preservar condições históricas culturais e contextuais.*”(Wilson & Hutchinson, 1997, p. 64).

## **3. Amostra**

A amostra foi composta por 96 pais e mães (48 mães e 48 pais) de 48 crianças e 2 Educadoras de Infância. Participaram no estudo 78 pais (48 mães e 30 pais), o que fez uma taxa de adesão de 81,25%. Das crianças que participaram, 38 tinham idades compreendidas entre os 2 e 3 anos, e 12 tinham idades compreendidas entre os 4 e os 5 anos.

A amostra é não probabilística, sendo composta por pais com crianças em idade pré-escolar que frequentavam uma IPSS do Concelho de Cascais.

No estudo qualitativo participou um sub-grupo da amostra do estudo quantitativo, composto por 10 mães, sendo a amostra não probabilística homogénea.

A amostra do **estudo quantitativo** caracteriza-se da seguinte forma:

A amostra é composta por 48 mães (61,54% da amostra) e 30 pais. A idade média das mães é de 33 anos (DP = 5,992) e dos pais é de 35 anos (DP = 7,212 ). Em relação ao estado civil, de acordo com o Quadro 1, os pais separados são mais frequentes, seguindo-se

aos pais em união de facto e dos pais casados.

**Quadro 1 Características Gerais da Amostra - Estado Civil dos Pais**

Estado Civil	Mãe (n=48)	Pai (n=30)
Solteiro	2 (4,2%)	2 (6,3%)
Separados	<b>17 (35,4%)</b>	<b>11 (34,4%)</b>
Divorciados	2 (4,2%)	1 (3,1%)
Casados	13 (27,1%)	9 (28,1%)
União de Facto	14 (29,2%)	9 (28,1%)

De acordo com o Quadro 2, que se segue, a maior parte dos pais e mães apresenta um nível de escolaridade situado entre o 2º e 3º ciclo. O nível sócio-económico é baixo, situando-se para ambos os pais, no nível “até 2 vezes o rendimento mínimo nacional”, uma vez que 40% da amostra tem um salário menor ou igual ao rendimento mínimo nacional (RMN), sendo a maioria da amostra composta por trabalhadores não qualificados. O tipo de habitação está entre a categoria: “modesta com mínimo de conforto” e “Espaçosa e confortável”, para pais e mães.

No que diz respeito ao agregado familiar, a amostra apresenta maior percentagem de famílias nucleares, e em segundo lugar, uma percentagem significativa de famílias monoparentais femininas.

**Quadro 2 Características Gerais da Amostra - Pais**

<b>Nível de Escolaridade</b>	<b>Mãe</b>	<b>Pai</b>
<b>Ensino Primário</b>	5 (10,4%)	4 (13,3%)
1º Ciclo	4 (8,3%)	2 (6,6%)
2º Ciclo	13 (27,1%)	<b>14 (40,9%)</b>
3º Ciclo	<b>20 (41,8%)</b>	8 (26,7%)
Licenciatura	6 (12,5%)	3 (10,0%)
<b>Nível Socioeconómico</b>	<b>Mãe</b>	<b>Pai</b>
Até 4 vezes RMN <sup>1</sup>	2 (4,2%)	3 (10,0%)
Até 2 vezes RMN	<b>25 (52,1%)</b>	<b>14 (46,7%)</b>
Menos ou Igual RMN	<b>15 (31,3%)</b>	5 (16,7%)
Subsídios	6 (12,5%)	8 (26,7%)
<b>Profissão</b>	<b>Mãe</b>	<b>Pai</b>
Nível I Trabalhadores Por Conta Própria	1 (2,1%)	1 (3,3%)
Nível II Trabalhadores Liberais	6 (12,5%)	9 (30,0%)
Nível III Trabalhadores Não Qualificados	<b>41 (85,4%)</b>	<b>20 (66,7%)</b>
<b>Situação Profissional</b>	<b>Mãe</b>	<b>Pai</b>
Empregado	<b>39 (81,3%)</b>	<b>20 (66,7%)</b>
Desempregado	9 (18,8%)	10 (33,3%)
<b>Tipo de Habitação</b>	<b>Mãe</b>	<b>Pai</b>
Habitação Espaçosa e Confortável	<b>17 (35,4%)</b>	<b>11 (36,7%)</b>
Habitação Modesta com Mínimo de Conforto	<b>19 (39,6%)</b>	<b>10 (33,3%)</b>
Habitação Degradada com Poucos Recursos	10 (20,8%)	7 (23,3%)
Habitação Imprópria (Anexos, Quartos)	2 (4,2%)	2 (6,7%)
<b>Estrutura do Agregado Familiar</b>	<b>Mãe</b>	<b>Pai</b>
Numerosa	4 (8,3%)	1 (3,3%)
Nuclear	<b>23 (47,9%)</b>	<b>15 (50,0%)</b>
Alargada		4 (13,3%)
Biparental	9 (18,8%)	9 (30,0%)
Monoparental Feminina	10 (20,8%)	
Monoparental Masculina		2 (3,3%)

De acordo com o Quadro 3, apresentado em baixo, a amostra de crianças é maioritariamente composta por crianças do sexo masculino. As crianças tinham, na maioria, 4 e 5 anos de idade.

<sup>1</sup> RMN: Rendimento Mínimo Nacional

<b>Quadro 3 Características Gerais da Amostra - Crianças</b>			
<b>Sexo</b>			
Feminino		18 (37,5%)	
Masculino		<b>30 (62,5%)</b>	
<b>Idade</b>			
3 Anos		9 (18,8%)	
4 Anos		<b>19 (39,6%)</b>	
5 Anos		<b>17 (35,4%)</b>	
6 Anos		3 (6,3%)	
<b>Idade</b>	M	DP	Min-Máx
	4,29	,85	1-6

A amostra do **estudo qualitativo** caracteriza-se da seguinte forma:

As 10 mães, que compõem o sub-grupo da amostra do estudo qualitativo têm idades compreendidas entre os 22 e os 46 anos ( $M = 32$ ,  $DP = 8,55$ ). São todas separadas, na maioria, há menos de 2 anos. Estas são famílias, quase todas, monoparentais femininas, na maioria com 1 a 2 filhos, como referido no Quadro 4.

<b>Quadro 4 Características Gerais da Amostra – Mães</b>	
<b>Tipo de Família</b>	
Monoparental Feminina	<b>7 (70,00%)</b>
Biparental	2 (20,00%)
Reconstituída	1 (10,00%)
<b>Tempo de Separação</b>	
Menos de 2 anos	<b>7 (70,00%)</b>
Mais de 2 anos	3 (30,00%)
<b>Número de Filhos</b>	
1 Filho	<b>4 (40,00%)</b>
2 Filhos	<b>4 (40,00%)</b>
3 Filhos	2 (20,00%)

No que diz respeito ao sub-grupo da amostra de crianças, ilustrada no Quadro 5, esta é composta, na maioria, por crianças do sexo masculino, distribuindo-se, mais ou menos, de forma semelhante, entre idades. Na altura da separação dos pais, as crianças

tinham, na sua maioria, menos de 2 anos.

**Quadro 5 Características Gerais da Amostra - Crianças**

<b>Sexo</b>	
Feminino	2 (20,00%)
Masculino	8 (80,00%)
<b>Idade Atual</b>	
3 Anos	4 (40,00%)
4 Anos	3 (30,00%)
5 Anos	3 (30,00%)
<b>Idade na Altura da Separação</b>	
Menos de 2 anos	7 (70,00%)
Mais de 2 anos	3 (30,00%)
<b>Adaptação Segundo a Perceção das Mães</b>	
Boa Adaptação	3 (30,00%)
Adaptação Nem Boa Nem Má	3 (30,00%)
Má Adaptação	4 (40,00%)

#### **4. Instrumentos do Estudo Quantitativo**

##### **Questionário Sócio-demográfico**

Este primeiro questionário (Apêndice C) era composto por 15 questões, maioritariamente de resposta fechada, embora constassem, também, perguntas de resposta aberta. As perguntas analisavam os dados pessoais de cada progenitor, como a idade, escolaridade, sexo, nacionalidade; o nível sócio-económico, ( analisado a partir da situação profissional, da profissão, do rendimento e do tipo de habitação); o estado civil e a residência. Para os casais divorciados o questionário incluía 7 questões adicionais, que pretendiam avaliar o tipo de divórcio/separação, a idade da criança na altura do divórcio/separação, a existência de regulação das responsabilidades parentais, as horas que cada progenitor passa com o seu filho, a adaptação da família e da criança ao divórcio/separação dos pais e a existência de violência durante a relação do casal.

##### **Questionário da Coparentalidade (QC)**

O questionário da coparentalidade (Anexo I), (Margolin et al., 2001; adaptado por

Pedro & Ribeiro, 2008) pretende medir os níveis de suporte e coordenação entre ambos os pais ou figuras parentais, no que concerne ao desempenho das suas funções e responsabilidades na educação da criança.

Este instrumento é composto por 14 itens, que se encontram agrupados segundo três dimensões diferentes que permitem avaliar a coparentalidade – a cooperação (itens 1 a 5), a triangulação (itens 6 a 9) e o conflito (itens 10 a 14).

A dimensão cooperação refere-se ao quanto os pais se apoiam, valorizam e respeitam um ao outro, enquanto pais. A dimensão triangulação diz respeito ao grau em que um dos pais cria um aliança com o filho que menospreza ou exclui o outro progenitor. A última dimensão refere-se ao conflito entre os pais no que concerne às questões da parentalidade, a frequência com que os pais discutem ou estão em desacordo acerca do filho, o quanto se menosprezam mutuamente enquanto pais (Margolin et al., 2001).

O objectivos dos autores ao criarem o QC foi incluir a cooperação, a triangulação e o conflito num questionário breve que avaliasse exclusivamente a coparentalidade de forma estandardizada. Os autores partem da premissa de que os pais (pai e mãe) podem providenciar uma perspectiva mais compreensiva da coparentalidade (Margolin et al., 2001).

As respostas aos diferentes itens são dadas de acordo com uma escala de Likert de cinco pontos, na qual o 1 corresponde a “Nunca” e o 5 corresponde a “Sempre”. A pontuação final obtida reflecte as percepções que os pais têm um do outro relativamente ao desempenho das funções parentais e suporte mútuo. Desta forma, os valores da coparentalidade correspondentes à figura materna são obtidos através das respostas da figura paterna ao questionário e vice-versa. (Margolin et al., 2001).

Este instrumento apresenta bons índices de consistência interna, relativamente às três dimensões que permite estudar, sendo que os valores de alpha de Cronbach, no estudo de validação do questionário, variam entre 0.69 e 0.87 (Margolin et al., 2001).

Na amostra do presente estudo, os valores de alpha de Cronbach são ligeiramente superiores ao do estudo original, sendo que para a mãe variam entre 0,91 e 0,72, e para o pai variam entre 0,86 e 0,73.

### **Questionário Medical Outcomes Study Social Support Survey - MOS-SSS-**

O Questionário Medical Outcomes Study Social Support Survey - MOS-SSS- (Sherbourne & Stewart, 1991; Adaptado por Fachado, Martinez, Villalva & Pereira, 2007). Este Questionário (Anexo II) consta de 20 itens. Através da primeira questão: *quantos amigos íntimos e familiares próximos tem?* é avaliado o apoio social estrutural. Importa apenas salientar, que neste estudo, nesta primeira questão, é pedido aos pais que identifiquem, de forma independente, o número de amigos e o número de familiares. Os restantes 19 itens avaliam o apoio funcional, a partir de cinco dimensões: o apoio material - provisão de recursos práticos e ajuda material; apoio emocional - capacidade da rede social em satisfazer as necessidades individuais em relação a problemas emocionais, por exemplo situações que exijam sigilo e encorajamento em momentos difíceis da vida; apoio afetivo -demonstrações físicas de amor e afeto; a interacção social positiva - contar com pessoas com quem relaxar e divertir-se e o apoio informativo - contar com pessoas que aconselhem, informem e orientem. Estes itens são avaliados numa escala de Likert de 1(nunca) a 5 (sempre).

O objetivo deste instrumento é a análise da dimensão da rede social dos indivíduos e os níveis percebidos de apoio emocional, material, afetivo e interacção social positiva.

O estudo da versão portuguesa revela valores elevados de consistência interna, apresentando 0,88 para o apoio material, 0,87 para o apoio afetivo, 0,87 para a interacção positiva e de 0,92 para o apoio emocional.

Na amostra do presente estudo, os valores de alpha de Cronbach da mãe para o apoio material é de 0,87, para o apoio afetivo é de 0,88, para a interacção social positiva é de 0,79 e para o apoio emocional é de 0,95. Em relação ao pai os valores de alpha de Cronbach para o apoio material é de 0,91, para o apoio afetivo é de 0,80, para a interacção social positiva é de 0,56 e para o apoio emocional é de 0,93. Com a exceção da escala de interacção social positiva para o pai, as escalas revelam todas elevados níveis de consistência interna.

### **Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)**

O Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ), (Anexo III) foi criado por Goodman em 1997 e adaptado por Filomena Gaspar em 2000, com o objetivo de avaliar o

desenvolvimento sócio-emocional da criança e do adolescente. Consiste em 25 itens organizados em cinco escalas, cada uma composta por cinco itens. Quatro sub escalas estão definidas como indicadores de dificuldades, ao nível dos problemas emocionais, problemas comportamentais, hiperatividade e problemas de relacionamento com os colegas. Existem três categorias de resposta numa escala tipo Likert (“não é verdade”, “è um pouco verdade”, “é muito verdade”). O questionário tem uma pontuação total de dificuldades e cinco subescalas compostas por cinco itens cada: Hiperactividade, Problemas de Comportamento, Problemas de Relacionamento com os Colegas, Sintomas Emocionais e Comportamento Pró-social.

Existe ainda um relatório de impacto suplementar de auto-relato e para pais e professores que fornecem informações úteis adicionais (Goodman, 1999). Os resultados do questionário são calculados pela soma das pontuações dos itens, na escala de três pontos que é utilizada para cada item: 0 = não é verdade, 1 = é um pouco verdade, 2 = é muito verdade. A versão portuguesa (Fleitlich, Loureiro, Fonseca, & Gaspar, n. d.) evidenciou boas capacidades psicométricas num estudo levado a cabo por Gaspar (manuscrito não publicado), numa população de crianças entre os 3 e os 6 anos de idade.

Foi utilizada a versão do questionário para para educadores/professores: direccionada a crianças de 3 anos e outra versão para crianças dos 4 anos aos 16 anos.

Os valores de alpha de Cronbach validados no estudo de (Gaspar, s.d.) são de 0,59 para a escala de sintomas emocionais, 0,72 para a escala de problemas de comportamento, 0,86 para a escala de hiperactividade, 0,58 para escala de problemas de relacionamento com colegas, 0,86 para a escala pro-social.

Para a amostra do presente estudo, os valores de alpha de Cronbach para a escala dos sintomas emocionais é de 0,63, dos problemas de comportamento é de 0,84, da hiperatividade é de 0,89, dos problemas de relacionamento com os colegas é de 0,73 e do pro-social é de 0,85. Estes valores são superiores ao do estudo original.

#### **4. Instrumentos do Estudo Qualitativo**

##### **Guião de Entrevista:**

Na segunda fase do estudo, de cariz qualitativo, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas. A opção por este tipo de entrevista visou garantir que todas

as entrevistadas respondessem às mesmas questões, permitindo, todavia, alguma flexibilidade na adaptação ao entrevistado e ao conteúdo das suas respostas.

O guião de entrevista, que se encontra no Apêndice E, foi elaborado posteriormente à análise de dados do estudo quantitativo, de forma a poder integrar no estudo qualitativo os assuntos mais importantes a aprofundar. As entrevistas abordavam três grandes temas, respondidos com base na perceção das mães. O primeiro tema versava a adaptação da criança ao divórcio, concretamente a perceção da mãe sobre eventuais dificuldades na criança e a existência ou não de mudanças na vida da criança e da mãe após o divórcio. O segundo tema abordava a coparentalidade após a rutura conjugal, nomeadamente a caracterização do tempo da criança com os progenitores ou outros membros da família, a caracterização da coparentalidade, ao nível da cooperação e conflito, a tomada de decisões sobre a criança e a relação da criança com o pai. O terceiro tema centrava-se na parentalidade após a rutura conjugal, abordando-se os principais desafios mais difíceis na educação da criança, bem como os fatores protetores e de stress inerentes à mesma.

### **Esquema “Convoy Model”**

O apoio social foi abordado a partir do esquema “convoy model”, (Kahn e Antonuci, 1980) tendo sido solicitado aos participantes para preencherem dois esquemas, um de acordo com a época anterior ao divórcio, e outro referente ao período atual, após o divórcio.

No seu esquema “convoy model”, os autores propõem uma estrutura onde é possível analisar o apoio social recebido e solicitado, sendo apresentado em três círculos concêntricos e hierárquicos com o participante representado no centro. No primeiro círculo devem estar representadas as pessoas mais próximas do participante, estando representadas nos círculos seguintes as pessoas menos próximas.

Além da identificação do número de pessoas, que constituem a rede social das mães, foi acrescentado ao esquema original, uma legenda com os diferentes tipos de apoios, associados a cores diferentes, que cada pessoa providencia às mães, escolhidos com base no questionário de apoio social utilizado no estudo quantitativo. Assim, as mães foram questionadas quanto ao apoio emocional, afetivo, material e relacionando com os tempos livres, associado a cada uma das pessoas que constituíram a sua rede de apoio.



Os participantes foram recrutados para ambos os estudos a partir de contacto telefónico. Antes do preenchimento, foi dado o consentimento informado para cada participante ler e assinar, através do qual foi explicada a natureza e os objetivos de estudo, garantida a confidencialidade e o carácter voluntário da participação no mesmo. (Apêndice B) Os questionários que constavam do protocolo de investigação foram respondidos com a ajuda do investigador, que fazia as questões e registava as respostas, em contexto de gabinete técnico.

Os questionários do SDQ foram respondidos individualmente pelas Educadoras de Infância, em relação às crianças da sua sala.

### **Estudo Quantitativo**

A amostra do estudo quantitativo, foi recolhida mediante se cumprissem os seguintes requisitos: famílias com filhos em idade pré-escolar que frequentassem a IPSS do Concelho de Cascais escolhida para o estudo. O interesse pela idade pré-escolar dos filhos, como selecção da escolha fundamenta-se pelo facto desta ser a faixa etária que apresenta maior risco ecológico e desenvolvimental para trajetórias sociais e emocionais desadaptadas em situação de divórcio, em comparação com crianças de faixas etárias mais elevadas.

### **Estudo Qualitativo**

No estudo qualitativo foi ainda pedida autorização às mães, mediante o consentimento informado (Apêndice D), para a gravação da entrevista. As entrevistas foram gravadas na totalidade para posterior transcrição.

As mães foram seleccionadas para as entrevistas pelo facto das suas percepções sobre a adaptação dos seus filhos ao divórcio terem coincidido com as percepções das Educadoras sobre as dificuldades dos mesmos, avaliadas no estudo quantitativo. Esta questão foi de extrema importância para a selecção desta amostra, pela consistência entre observadores, quanto à adaptação das crianças.

## **6. Procedimentos de Análise de Dados**

### **Estudo Quantitativo**

Os dados quantitativos foram sujeitos a análise estatística com recurso ao SPSS 20® (Statistical Package for the Social Sciences), versão 20, a partir do qual se efetuaram as estatísticas descritivas e inferenciais. Os testes estatísticos realizados foram seleccionados em função das características das variáveis e da verificação dos pressupostos necessários.

A estatística descritiva foi realizada com o recurso ao cálculo das frequências, médias, medianas, desvio padrão, valores mínimos e máximos, individualmente, para o grupo de mães e de pais.

Na estatística inferencial, dada a dimensão da amostra e características das variáveis, recorreu-se à estatística não paramétrica. Para comparação entre grupos recorreu-se ao teste de Wilcoxon, quando se tratavam de amostras emparelhadas e ao teste de Mann Witney, quando se tratavam de amostras independentes.

De forma a analisar a relação entre, as variáveis, nos grupos de casais casados/união de facto e nos casais divorciados/separados, foram calculados os coeficientes de correlação de Spearman.

### **Estudo Qualitativo**

Os dados recolhidos com as entrevistas foram sujeitos à análise temática, de acordo com os pressupostos de Braun e Clarke (2006), e com recurso ao software QSR NVIVO 10®.

A primeira fase foi dedicada principalmente a uma leitura global das entrevistas, de forma a identificar os dados mais pertinentes e criar as primeiras impressões sobre os dados, pois o objetivo era a compreensão do conteúdo e a sua correspondência aos objetivos definidos para o estudo qualitativo. Numa segunda fase, procedeu-se a uma leitura mais precisa dos dados, iniciando, ao mesmo tempo, a elaboração da lista de possíveis categorias a codificar, tendo em conta que o próprio guião de entrevista fora já construído com base em alguns conceitos identificados no estudo quantitativo, como fundamentais. Posteriormente, foram identificados os grandes temas a codificar, de forma

a desenhar alguns padrões, fazendo um esboço de uma possível árvore de categorias. Por fim, esta foi revista e definida de acordo com os objetivos, ao mesmo tempo que se procedeu à codificação dos excertos. Assim, os temas foram continuamente revistos e reorganizados na árvore de categorias (Apêndice F). Numa última fase, procedeu-se à construção de matrizes, por forma a encontrar padrões de relação entre os conteúdos das categorias, bem como entre categorias e os diversos atributos dos participantes.

## Capítulo III

### Resultados

#### Resultados do Estudo Quantitativo

##### 1.1 Situação de Divórcio/Separação dos Pais

De acordo com o Quadro 6, que segue em baixo, o tempo de duração da relação dos pais, é em média de 4 anos, sendo que, a maioria dos pais, divorciou-se ou separou-se do cônjuge há cerca de 3 anos. A maioria dos casais teve uma separação por mútuo consentimento.

**Quadro 6 Variáveis relativas à situação de divórcio/separação dos pais (n = 31)**

Duração da relação entre os pais das crianças (anos)	
Média	3,71
DP	3,25
Mín-Máx	0-11
Tempo de Divórcio	
Média	2,84
DP	2,63
Mín-Máx	0-12
Tipo de Divórcio	
Divórcio por consentimento	3 (14,3%)
Separação sem consentimento	5 (23,8%)
Separação por consentimento	<b>13 (61,9%)</b>

Cerca de 69,6% dos pais não regularam o exercício das responsabilidades parentais, sendo que, em todas as situações, 30,4% dos pais que regularam, o poder paternal foi

atribuído à mãe. Destes pais, 71,4% afirma que o acordo estabelecido é cumprido pela outra parte e apenas 28,6% afirma que o acordo não é cumprido pelo ex-cônjuge. A maior parte dos pais, cerca de 70%, afirma que durante a sua relação não houve episódios de violência conjugal ou familiar.

## **1.2 Adaptação da Criança ao Divórcio/Separação**

As crianças tinham, em média 2 anos quando os seus pais se divorciaram ou separaram.

De acordo com a percepção das mães, a adaptação das crianças ao divórcio/separação foi na sua maioria “nem boa nem má” ou “boa”, enquanto que os pais, consideraram que a adaptação dos filhos foi entre “má” ou “nem boa nem má”. Os pais e as mães que afirmam que a criança teve dificuldades na altura do divórcio/separação, referem que estas dificuldades se manifestaram principalmente ao nível do seu bem-estar. No entanto, apenas dos pais terem indicado, com maior frequência, a má adaptação da criança ao divórcio/separação, apenas três dos pais foram capazes de especificar as áreas de adaptação mais afetadas. Em relação à adaptação das famílias, as mães consideraram que as suas famílias adaptaram-se “bem” ao divórcio/separação, enquanto que a maioria dos pais afirma, que a adaptação foi “nem mal nem bem” e “bem”(Quadro 7).

A maior parte dos progenitores passa entre 20 a 30 horas com o seu filho por semana, o que perfaz cerca de 4 a 5 horas diárias.

**Quadro 7 Adaptação da criança ao divórcio/separação dos pais (n = 32)**

<b>Idade da Criança no Divórcio (anos)</b>	<b>Mãe</b>	<b>Pai</b>
<b>Média</b>	2,20	2,20
<b>DP</b>	1,51	1,03
<b>Mín-Máx</b>	0-6	1-4
<b>Horas Com a Criança (n = 98)</b>		
<b>Média</b>	26,4	19,8
<b>DP</b>	6,25	9,88
<b>Mín-Máx</b>	3-35	0-30
<b>Adaptação da Criança ao Divórcio</b>		
<b>Muito Má</b>	1 (5,0%)	3 (25,0%)
<b>Má</b>	4 (20,0%)	4 (33,3%)
<b>Nem Boa Nem Má</b>	8 (40,0%)	4 (33,3%)
<b>Boa</b>	7 (35,0%)	1 (8,3%)
<b>Dificuldades da Criança ao Divórcio</b>		
<b>Nenhuma</b>	3 (25,0%)	
<b>Bem-estar</b>	5 (41,7%)	2 (66,7%)
<b>Sono</b>	2 (16,7%)	1 (33,3%)
<b>Quase Todas</b>	2 (16,7%)	
<b>Adaptação da Família ao Divórcio</b>		
<b>Muito mal</b>	1 (5,0%)	
<b>Mal</b>	5 (25,0%)	1 (8,3%)
<b>Nem Mal Nem Bem</b>	2 (10,0%)	5 (41,7%)
<b>Bem</b>	10 (50,0%)	5 (41,7%)
<b>Muito Bem</b>	2 (10,0%)	1 (8,3%)

### 1.3 Coparentalidade – Casais Casados/União de Facto e Casais Divorciados/separados

Como se pode constatar pela observação do Quadro 8, as mães casadas/união de facto por comparação às mães divorciadas/separadas, relatam maiores níveis de cooperação, sendo estas diferenças estatisticamente significativas. Ao nível da triangulação, a diferença entre mães casadas e divorciadas está próximo da significância estatística, observando-se uma tendência para as mães divorciadas, que relatam níveis mais elevados de triangulação. No que diz respeito, ao conflito, a diferença entre pais casados e

divorciados está próximo da significância estatística, verificando-se uma tendência para os pais divorciados relatarem níveis mais elevados de conflito com o ex-cônjuge.

**Quadro 8 Coparentalidade em Pais Casados/União de Facto e Divorciados/Separados**

	Mães Divorciadas	Mães Casadas	Teste de Mann Whitney	Pais Divorciados	Pais Casados	Teste de Mann Whitney
<b>Cooperação</b>	n =19	n=26		n=11	n=17	
<b>Média</b>	16,26	21,19		19,82	22,82	
<b>Mediana</b>	18,00	23,00	346,500	21,00	24,00	104,000
<b>Desvio Padrão</b>	7,233	4,327	p= 0,021	5,980	2,128	p= 0,643
<b>Triangulação</b>						
<b>Média</b>	5,89	4,15	190,000	7,91	4,18	66,500
<b>Mediana</b>	4,00	4,00	p =0,061	4,00	4,00	p = 0,208
<b>Desvio Padrão</b>	4,122	0,464		6,171	0,529	
<b>Conflito</b>						
<b>Média</b>	14,68	14,23	225,500	15,73	12,71	55,000
<b>Mediana</b>	14,00	13,00	p = 0,619	15,00	13,00	p = 0,073
<b>Desvio Padrão</b>	3,362	3,166		4,174	2,144	

#### **1.4 Apoio Social - Casais Casados/União de Facto e Casais Divorciados/Separados**

Como se pode verificar no Quadro 9, observam-se diferenças estatisticamente apenas em relação a duas dimensões do apoio social, a interacção social positiva e o apoio afetivo. Estas diferenças surgem apenas no caso das mães e não dos pais e traduzem-se por níveis mais elevados de interacção social positiva e de apoio afetivo nas mães casadas/união de facto por comparação às mães divorciadas/separadas.

**Quadro 9 Apoio Social em Pais Casados/União de Facto e Divorciados/Separados**

Número de Amigos	Mães		Teste de Mann Whitney	Pais		Teste de Mann Whitney
	Casadas	Divorciadas		Casados	Divorciados	
<b>Média</b>	1,35	2,20		1,82	3,73	
<b>Mediana</b>	1,00	1,00	210,000	2,00	2,00	79,000
<b>Desvio Padrão</b>	1,62	2,55	p=0,250	1,81	5,31	p=0,5165
<b>Mínimo</b>	0	0		0	0	
<b>Máximo</b>	5	10		5	18	
<b>Número de familiares</b>						
<b>Média</b>	4,15	2,60		3,18	2,64	
<b>Mediana</b>	3,50	2,00	329,000	3,00	3,00	99,500
<b>Desvio Padrão</b>	3,11	2,30	p=0,119	2,13	1,43	p=0,7814
<b>Mínimo</b>	0	0		1	0	
<b>Máximo</b>	10	7		9	5	
<b>Interação Social Positiva</b>						
<b>Média</b>	18,5	16,4		18,2	18,3	
<b>Mediana</b>	20,0	16,5	362,500	20,0	20,0	
<b>Desvio Padrão</b>	2,12	3,39	p= 0,017	2,22	3,10	83,000 p=0,643
<b>Mínimo</b>	14	8		13	10	
<b>Máximo</b>	20	20		20	20	
<b>Apoio Emocional</b>						
<b>Média</b>	34,8	31,5		33,0	32,3	
<b>Mediana</b>	39,5	33,0		34,0	37,0	
<b>Desvio Padrão</b>	7,26	8,70	310,500	6,59	10,1	85,500
<b>Mínimo</b>	18	16	p=0,239	19	10	p=0,711
<b>Máximo</b>	40	40		40	40	
<b>Apoio Afetivo</b>						
<b>Média</b>	14,6	13,1		14,4	14,2	
<b>Mediana</b>	15,0	15,0		15,0	15,0	
<b>Desvio Padrão</b>	1,17	2,67	345,000	1,50	1,60	101,500 p= 0,711
<b>Mínimo</b>	10	6	p=0,018	10	11	
<b>Máximo</b>	15	5		15	15	
<b>Apoio Material</b>						
<b>Média</b>	17,2	17,2		18,7	17,1	
<b>Mediana</b>	20,0	20,0	243,500	20,0	20,0	
<b>Desvio Padrão</b>	3,92	4,65	p=0,672	2,59	5,12	109,500 p=0,458
<b>Mínimo</b>	8	8		11	4	
<b>Máximo</b>	20	20		20	20	

### **1.5 Dificuldades e Capacidades da Criança, em Casais Casados/União de Facto e em Casais Divorciados/Separados**

Ainda de acordo com o segundo objetivo de estudo, procurou-se caracterizar as dificuldades totais das crianças que constituem a amostra e o impacto percebido das mesmas (Quadro 10).

Verifica-se que, em ambos os grupos, é a categoria sem dificuldades que apresenta a maior percentagem de crianças. No entanto, observa-se uma percentagem considerável de crianças que apresentam dificuldades pequenas no grupo dos pais casados/união de facto e uma percentagem considerável de crianças que apresentam dificuldades grandes no grupo dos pais divorciados/separados, embora não se verifiquem diferenças estatisticamente significativas. Os dois grupos não apresentam, também, diferenças estatisticamente significativas entre si, no que diz respeito ao impacto das dificuldades, embora os valores se proximem da significância estatística, como indicou o teste de Mann-Witney (M-W: 114,500,  $p = 0,097$ ).

**Quadro 10 Dificuldades Totais das Crianças, nos pais casados/união de facto e pais divorciados/separados**

<b>Dificuldades Totais</b>	<b>Pais casados/união de facto</b>	<b>Pais divorciados/separados</b>
Sem Dificuldades	9 (45,0%)	11 (42,3%)
Dificuldades Pequenas	7 (35,0%)	5 (19,2%)
Dificuldades Grandes	3 (15,0%)	10 (38,5%)
Dificuldades Muito Grandes	1 (5,0%)	0 (0,0%)
<b>Total das Dificuldades em Três Categorias<sup>2</sup></b>		
Normal	10 (50,0%)	10 (38,5%)
Limitrofe	7 (35,0%)	7 (26,9%)
Anormal	3 (15,0%)	9 (34,6%)
<b>Impacto das Dificuldades</b>		
Média	2,07	0,82
Mediana	2,00	1,00
Desvio Padrão	1,907	0,982

### **1.6 Relação entre Coparentalidade e Apoio Social**

De forma a cumprir o terceiro objetivo de estudo, procurou-se analisar a relação, a

<sup>2</sup> As três categorias de dificuldades foram calculadas de acordo com as pontuações definidas no manual de cotação do questionário de capacidades e dificuldades, versão para professores, Marzocchi et al, (2007).

partir do coeficiente de Spearman, entre a coparentalidade e o apoio social em cada um dos dois grupos, pais separados/divorciados e casados/união de facto.

Em relação aos pais divorciados/separados (Quadro 11), observa-se uma associação positiva estatisticamente significativa entre número de familiares e triangulação percebida pela mãe. Por seu lado, a cooperação percebida pela mãe na relação com o ex-cônjuge apresenta associações positivas estatisticamente significativas, de magnitude elevada, com duas dimensões do suporte social percebido pela mãe, interação social positiva e apoio afetivo. No que diz respeito aos pais, não se verificam associações estatisticamente significativas entre as dimensões do apoio social e da coparentalidade.

**Quadro 11 Correlações entre Coparentalidade e Apoio Social, nos pais divorciados/separados**

<b>Mãe</b>		<b>Mãe</b>	
	<b>Cooperação</b>	<b>Triangulação</b>	<b>Conflito</b>
<b>Número Amigos</b>	0,219	0,302	0,271
<b>Número Familiares</b>	0,101	0,471*	0,138
<b>Interação Positiva</b>	0,685**	-0,024	0,049
<b>Apoio Emocional</b>	0,756**	-0,139	-0,063
<b>Apoio Afetivo</b>	0,511*	-0,013	0,022
<b>Apoio Material</b>	0,220	0,130	0,062
<b>Pai</b>		<b>Pai</b>	
<b>Número Amigos</b>	-0,506	0,493	0,232
<b>Número Familiares</b>	0,142	-0,247	-0,144
<b>Interação Positiva</b>	0,172	-0,305	-0,201
<b>Apoio Emocional</b>	-0,201	-0,055	-0,168
<b>Apoio Afetivo</b>	0,311	-0,524	-0,122
<b>Apoio Material</b>	-0,060	-0,201	0,025

Relativamente aos progenitores casados/união de facto, não se observam associações estatisticamente significativas entre as dimensões do apoio social e da coparentalidade percebidas pela mãe. Por outro lado, no caso dos pais, observa-se uma associação negativa estatisticamente significativa entre o apoio material e o conflito percebido pelo pai. Em relação à cooperação percebida na relação com a ex-cônjuge, observa-se uma associação positiva estatisticamente significativa, de magnitude elevada,

com uma dimensão do suporte social percebido pelo pai, apoio afetivo. Por seu lado, o conflito percebido pelo pai na relação com a ex-cônjuge apresenta associações negativas estatisticamente significativas de magnitude elevada, com uma dimensão do suporte social percebido pelo pai, apoio material e apoio afetivo (Quadro 12).

**Quadro 12 Correlações entre Coparentalidade e Apoio Social, nos pais casados/união de facto**

	Mãe		
	Cooperação	Triangulação	Conflito
Número Amigos	0,036	0,149	-0,080
Número Familiares	-0,248	-0,062	-0,151
Interacção Positiva	0,187	-0,247	-0,291
Apoio Emocional	0,213	-0,171	-0,281
Apoio Afetivo	0,335	-0,129	-0,245
Apoio Material	0,265	-0,300	-0,143
	Pai		
Número Amigos	0,112	-0,169	0,185
Número Familiares	0,151	-0,067	-0,122
Interacção Positiva	0,082	-0,038	-0,373
Apoio Emocional	0,278	-0,024	-0,291
Apoio Afetivo	0,611**	-0,280	-0,622**
Apoio Material	0,431	-0,117	-0,739**

### **1.7 Relação entre o Apoio Social e as Dificuldades e Capacidades das Crianças**

De forma a cumprir o terceiro objetivo de estudo, procurou-se analisar a relação, a partir do coeficiente de Spearman, entre o apoio social e as dificuldades e capacidades das crianças, em cada um dos dois grupos, pais casados/união de facto e pais divorciados/separados.

No que diz respeito aos progenitores divorciados/separados, observa-se no Quadro 13, que existe uma associação positiva estatisticamente significativa, de magnitude moderada, entre o número de amigos da mãe e as dificuldades, ao nível dos problemas com os colegas, das crianças. No caso dos pais, verifica-se que existe uma associação negativa

estatisticamente significativa, de magnitude elevada, entre o número de familiares e as dificuldades, ao nível dos sintomas emocionais da criança.

**Quadro 13**  
Correlações entre o Apoio Social e as Dificuldades e Capacidades da Criança, nos pais divorciados/união de facto

<b>Mãe</b>	<b>Sintomas Emocionais</b>	<b>Problemas de Comportamento</b>	<b>Hiperatividade</b>	<b>Problemas com Colegas</b>	<b>Prosocial</b>
Número de Amigos	0,076	-0,109	0,144	0,507*	0,021
Número de familiares	0,217	0,255	0,007	-0,094	0,203
Interacção Positiva	-0,217	-0,027	-0,110	-0,049	0,214
Apoio Emocional	-0,214	-0,103	-0,155	0,012	0,092
Apoio Afetivo	-0,129	0,013	-0,253	0,037	0,218
Apoio Material	0,015	0,285	-0,039	0,056	0,037
<b>Pai</b>					
Número de Amigos	0,487	-0,476	-0,320	0,191	0,243
Número de familiares	-0,742**	0,403	0,592	-0,127	-0,380
Interacção Positiva	-0,011	0,024	-0,296	0,087	0,293
Apoio Emocional	-0,022	-0,149	-0,049	-0,015	0,224
Apoio Afetivo	0,018	-0,040	-0,409	-0,090	0,422
Apoio Material	0,312	-0,184	-0,307	0,455	0,530

Relativamente aos pais casados/união de facto, observa-se no Quadro 14, que existe uma associação negativa estatisticamente significativa, de magnitude moderada, entre a interacção social positiva da mãe e as dificuldades, ao nível dos sintomas emocionais, das crianças.

**Quadro 14**  
**Correlações entre o Apoio Social e as Dificuldades e Capacidades da Criança, nos pais casados/união de facto**

<b>Mãe</b>	<b>Sintomas Emocionais</b>	<b>Problemas de Comportamento</b>	<b>Hiperatividade</b>	<b>Problemas com Colegas</b>	<b>Prosocial</b>
<b>Número de Amigos</b>	-0,030	-0,170	-0,206	-0,130	0,307
<b>Número de familiares</b>	-0,364	-0,065	-0,118	-0,208	-0,065
<b>Interacção Positiva</b>	-0,394*	0,175	0,068	-0,270	-0,047
<b>Apoio Emocional</b>	-0,160	-0,149	-0,086	-0,272	0,113
<b>Apoio Afetivo</b>	-0,254	-0,002	-0,009	-0,300	0,034
<b>Apoio Material</b>	-0,330	0,169	0,107	-0,275	-0,386
<b>Pai</b>					
<b>Número de Amigos</b>	0,097	0,166	0,320	-0,086	0,352
<b>Número de familiares</b>	-0,240	0,182	0,233	0,074	-0,368
<b>Interacção Positiva</b>	0,331	0,316	0,345	0,161	-0,330
<b>Apoio Emocional</b>	-0,190	0,028	0,272	0,106	-0,071
<b>Apoio Afetivo</b>	-0,075	0,060	0,015	0,227	-0,358
<b>Apoio Material</b>	-0,104	0,136	0,132	0,073	-0,323

## 1.8 Relação entre a Coparentalidade e as Dificuldades e Capacidades da Criança

No grupo dos pais divorciados/separados não se observam associações estatisticamente significativas entre as dimensões da coparentalidade e as dificuldades e capacidades da criança. Contudo, o coeficiente de correlação entre a triangulação percebida pela mãe e os sintomas emocionais da criança apresenta uma magnitude moderada (Quadro 15).

**Quadro 15**  
Correlações entre a coparentalidade as Dificuldades e Capacidades da Criança, nos pais divorciados/separados

<b>Mãe</b>	<b>Sintomas Emocionais</b>	<b>Problemas de Comportamento</b>	<b>Hiperatividade</b>	<b>Problemas com Colegas</b>	<b>Prosocial</b>
<b>Cooperação</b>	0,009	-0,257	-0,217	0,006	0,138
<b>Triangulação</b>	0,382	-0,026	0,080	0,045	0,158
<b>Conflito</b>	-0,011	0,076	0,271	-0,201	-0,037
<b>Pai</b>					
<b>Cooperação</b>	-0,249	0,299	-0,163	0,062	-0,005
<b>Triangulação</b>	-0,011	-0,024	0,129	-0,397	0,065
<b>Conflito</b>	0,102	-0,042	0,000	-0,169	-0,089

Em relação aos pais casados/união de facto, verifica-se uma associação positiva estatisticamente significativa, de magnitude moderada, entre a triangulação percebida pelo pai e os problemas de comportamento da criança. Observa-se, ainda, uma correlação negativa entre a triangulação percebida pelo pai em relação à ex-cônjuge e os sintomas emocionais da criança, de magnitude moderada, mas que não é estatisticamente significativa (Quadro 16).

**Quadro 16**

Correlações entre a coparentalidade as Dificuldades e Capacidades da Criança, nos pais casados/união de facto

Mãe	Sintomas Emocionais	Problemas de Comportamento	Hiperatividade	Relacionamento com Colegas	Prosocial
<b>Cooperação</b>	0,041	-0,031	-0,061	0,083	0,051
<b>Triangulação</b>	0,019	0,096	-0,186	-0,120	0,162
<b>Conflito</b>	0,351	-0,123	0,034	0,027	-0,101
Pai					
<b>Cooperação</b>	-0,115	-0,145	-0,105	-0,029	0,033
<b>Triangulação</b>	-0,300	0,478*	0,280	0,109	-0,245
<b>Conflito</b>	0,162	0,056	0,063	0,091	0,152

## 2. Resultados do Estudo Qualitativo

A análise temática das entrevistas semiestruturadas resultou numa árvore de categorias constituída por 6 categorias principais. A primeira categoria diz respeito à *adaptação da criança ao divórcio* (45 referências), como resposta ao primeiro objetivo do estudo. Esta categoria apresenta três subcategorias, especificamente as mudanças que ocorreram após o divórcio (18 referências), respondendo ao segundo objetivo do estudo, a percepção da mãe acerca da adaptação à separação (19 referências), e a percepção do pai sobre a adaptação da criança (10 referências).

A segunda categoria que surgiu foi a *coparentalidade* (28 referências), com 5 subcategorias. Tendo surgido 2 variáveis referentes à coparentalidade positiva, como a cooperação (8 referências), e a boa comunicação (6 referências). No que diz respeito à coparentalidade negativa, surgiu o conflito (11 referências) e a inexistência de relação entre os pais (2 referências). Ainda em relação à coparentalidade, concretamente, à tomada

de decisão sobre a vida dos filhos (10 referências), surgiram respostas de tomada de decisão partilhada (2 referências) e individual (8 referências). Esta categoria surgiu no âmbito do quarto objetivo do estudo, que pretendia perceber os fatores que contribuem para uma coparentalidade positiva e negativa.

A terceira categoria surgiu no âmbito do quinto objetivo do estudo e aborda a *parentalidade das mães* (48 referências), organizada em duas subcategorias: fatores opostos (34 referências) e fatores facilitadores (15 referências).

A quarta categoria identificada foi a *relação com o pai* (15 referências) e as duas últimas dizem respeito à organização do *tempo com a criança* (14 referências) e dos seus *tempos livres* (10 referências), de forma a responder ao terceiro objetivo de estudo, a partir do qual se procurou perceber com quem a criança passa mais tempo e que atividades realiza, relacionando com as dificuldades, identificadas pelas Educadoras de Infância no estudo quantitativo, das mesmas.

### **2.1 Adaptação da Criança à Separação**

Quando questionadas sobre a opinião que os pais dariam relativamente à adaptação da criança, 7 mães disseram que esta seria congruente com a sua, sendo que apenas 3 afirmaram o contrário.

Das 19 referências à percepção da mãe acerca da adaptação da criança à separação, 8 dizem respeito a percepções negativas e 11 a percepções positivas, o que permitiu distinguir entre a adaptação negativa e positiva. Relacionando a adaptação da criança com a sua idade, na altura do divórcio, verifica-se que, em relação às 7 crianças com menos de 2 anos, as suas mães percebem uma adaptação positiva das mesmas, enquanto que nas 3 crianças entre os 2 e 5 anos, as mães percebem uma adaptação negativa das mesmas.

Relativamente às mudanças na vida da criança, após o divórcio dos pais, as mães identificaram essencialmente dois tipos de mudanças: ao nível das rotinas (16.7% das referências nesta categoria) e ao nível da diminuição do tempo com o pai (55.6%). Ao mesmo tempo, 4 mães não identificaram mudanças na vida da criança (27.8% das referências).

Quando relacionadas com as dificuldades nas crianças, identificadas pelas Educadoras de Infância, verifica-se que as 6 mães que identificaram a mudança na diminuição do tempo com o pai, 3 têm filhos sem dificuldades, 1 tem um filho com

dificuldades pequenas e 2 têm filhos com dificuldades grandes. As 3 mães que identificaram as mudanças de rotinas, 2 têm filhos com dificuldades pequenas e 1 tem um filhos com dificuldades grandes. As 4 mães que não identificam mudanças, todas têm filhos com dificuldades pequenas.

Ainda em relação às mudanças na vida das crianças, relacionando com o tipo de família da subamostra, verifica-se que em relação à diminuição do tempo com o pai, 5 mães que identificam esta mudança, são famílias monoparentais femininas e 1 é família biparental. Em relação às mudanças de rotinas, 2 mães que o identificam, são monoparentais femininas e 1 é família reconstituída. No que diz respeito às mães que não identificam mudanças, 3 são monoparentais femininas e 1 é família reconstituída.

## **2.2 Coparentalidade**

Num primeiro momento, procurou-se relacionar as subcategorias emergentes da coparentalidade com as dificuldades das crianças, identificadas pelas Educadoras de Infância. No que concerne à coparentalidade positiva, verificou-se que, das 4 das mães que referem situações de boa comunicação com os pais dos filhos, 2 têm filhos sem dificuldades e as outras 2 têm filhos com dificuldades pequenas. Das 3 mães que referem situações de cooperação com os pais das crianças, 2 têm filhos sem dificuldades e 1 tem um filho com dificuldades pequenas. Percebendo a relação face à coparentalidade negativa, das 4 mães que referiram situações de conflito, 3 têm filhos com dificuldades pequenas, 1 tem um filho com dificuldades grandes e a outra mãe tem um filho sem dificuldades. Quanto à mãe que refere não ter relação com o pai da criança, o seu filho apresenta dificuldades grandes.

Quando se relaciona a coparentalidade com a perceção da adaptação da criança, por parte das mães, verifica-se a mesma tendência, como exemplifica a Figura 5, seguidamente apresentada.

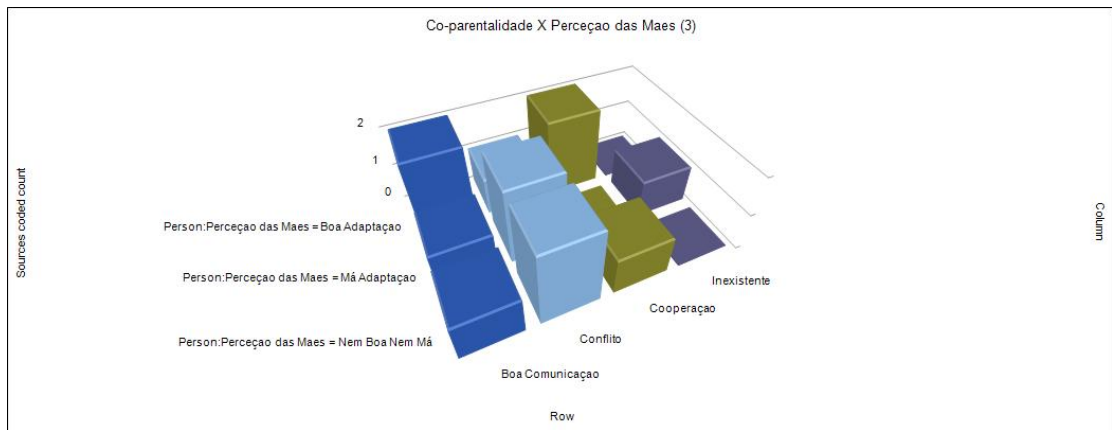


Figura 5 - A Relação entre a Coparentalidade e a Percepção das Mães sobre a Adaptação da Criança à Separação dos Pais.

Ainda no que diz respeito a esta subcategoria, relacionando-a com a idade atual da criança, como ilustra a Figura 6, constata-se que, relativamente às crianças com 3 anos de idade, as suas mães fazem 8 referências a situações de conflito e 2 referências a uma boa comunicação. Quanto às crianças com 4 anos de idade, as suas mães fazem 2 referências a situações de boa comunicação, 7 referências a cooperação e 2 referências sobre a inexistência de relação com o pai do filho. As mães das crianças com 5 anos de idade fazem 3 referências ao conflito, 2 à boa comunicação e 1 à cooperação.

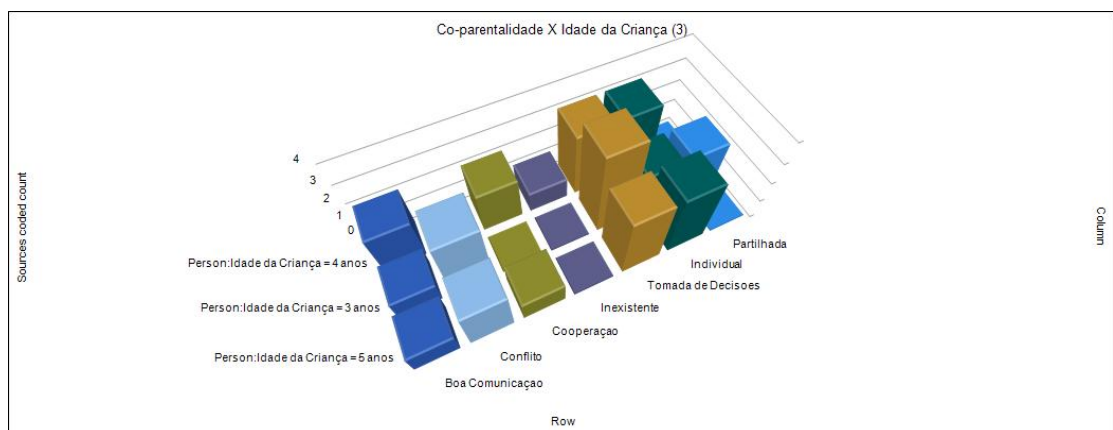


Figura 6 - A Relação entre a Coparentalidade e a Idade Atual das Crianças

No que diz respeito, à relação entre a idade atual das mães e as subcategorias da coparentalidade, as mães com menos de 30 anos referiram maioritariamente situações de conflito (9 referências num total de 11) e fizeram as 2 únicas referências sobre a inexistência de relação com os pais dos filhos. Sobre as situações de boa comunicação, fizeram 2 referências, num total de 7 referências sobre a categoria. Ao nível da cooperação, não fizeram quaisquer referências.

Por outro lado, as mães com mais de 30 anos, referiram mais situações de boa comunicação (4 referências num total de 7 referências sobre esta categoria). Estas mães foram as únicas a referir situações de cooperação, tendo feito as 8 referências sobre esta categoria. Sobre o conflito, estas mães apenas fizeram 2 referências.

Quanto à forma de tomar decisões sobre os assuntos da criança, ser individual ou partilhada, 8 mães referiram tomar as decisões de forma individual e apenas 2 afirmaram tomar as decisões de forma partilhada.

### **2.3 Parentalidade das Mães**

Os fatores identificados como opostos à parentalidade exercida pelas mães dizem respeito essencialmente a dificuldades financeiras (16 referências), a falta de apoio estrutural (6 referências), a falta de tempo (5 referências), a dificuldade na autoridade (5 referências), a acumulação de tarefas (5 referências), ao aumento de responsabilidade (3 referências) e à ausência do pai (1 referência). Por outro lado, os fatores facilitadores correspondem especificamente ao apoio estrutural (8 referências), ao temperamento da criança (6 referências) e à relação positiva com o pai (1 referência).

De acordo com a Figura 7, em relação aos fatores facilitadores da parentalidade, verifica-se que 4 das 8 mães que identificam o apoio estrutural, os seus filhos têm 3 anos de idade. Duas mães que identificam este apoio, os seus filhos têm 4 anos e as outras 2 mães, têm filhos de 5 anos. Das 6 mães que identificam o temperamento da criança como um fator facilitador, 4 têm filhos de 3 anos, 1 tem um filho de 4 anos e a outra mãe tem um filho de 5 anos. Relativamente à única mãe que identifica a relação positiva com o pai da criança como facilitador, o seu filho tem 4 anos.

No que diz respeito aos fatores opostos, as dificuldades económicas foram o fator mais apontado pelas mães, tendo sido referido por 9 mães, 4 das quais têm filhos de 3 anos, 3 têm filhos de 4 anos e as outras 2, os seus filhos têm 5 anos de idade. A falta de tempo foi referida por 4 mães, 2 os seus filhos têm 3 anos, 1 tem um filho de 4 e a outra de 5 anos. A dificuldade na autoridade foi referida por 3 mães, 2 delas têm filhos de 3 anos e a outra mãe tem um filho de 5 anos. A acumulação de tarefas foi referida por 4 mães, 2 delas têm filhos de 5 anos, as restantes têm de 3 e 4 anos. A ausência do pai, apenas é referida por uma mãe, cujo filho tem 4 anos.

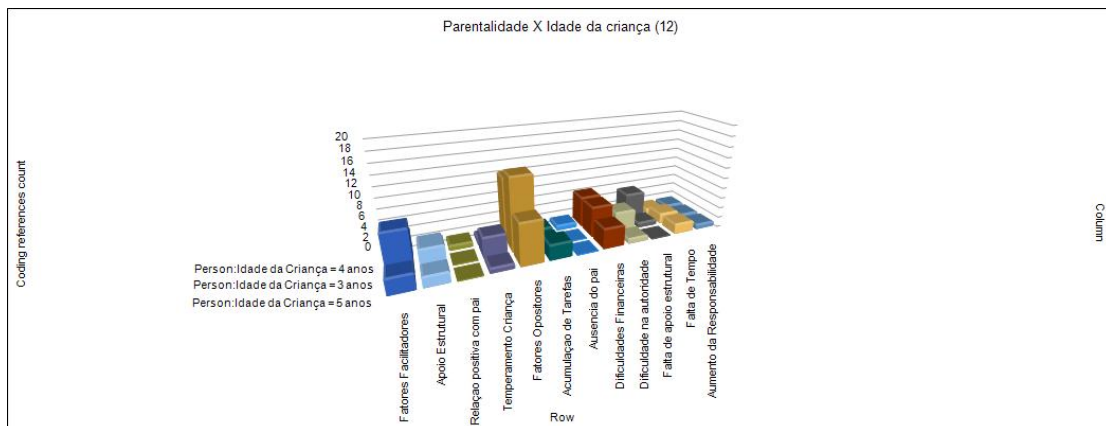


Figura 7 – A Relação da Parentalidade com a Idade Atual da Criança

No que diz respeito à relação destas subcategorias com a adaptação da criança, percebida pelas mães, verifica-se, de acordo com a Figura 8, que das 8 mães que fazem referência ao apoio estrutural como principal fator facilitador, 4 têm filhos com má adaptação, 3 têm filhos com nem boa nem má adaptação e 1 tem um filho com boa adaptação. As 6 mães que referem o temperamento da criança como um importante fator, 2 têm filhos com boa adaptação, 2 com má adaptação e 2 com nem boa nem má adaptação. Quanto à única mãe que refere a relação positiva com o pai como fator facilitador, refere que o seu filho tem boa adaptação.

Em relação aos fatores opositores, das 9 mães que referem as dificuldades financeiras como principal fator opositor, 4 têm filhos com má adaptação, 3 têm filhos com nem boa nem má adaptação e 2 têm filhos com boa adaptação. Outro fator mais referido é a falta de tempo, sendo que das 4 mães que o referem, 3 têm filhos com boa adaptação e 1 tem um filho com má adaptação. O aumento de responsabilidades é referido por 3 mães, todas com filhos com boa adaptação. A acumulação de tarefas é referida por 4 mães, 2 têm filhos com boa adaptação, 1 tem um filho com má adaptação e 1 tem um filho com nem boa nem má adaptação.

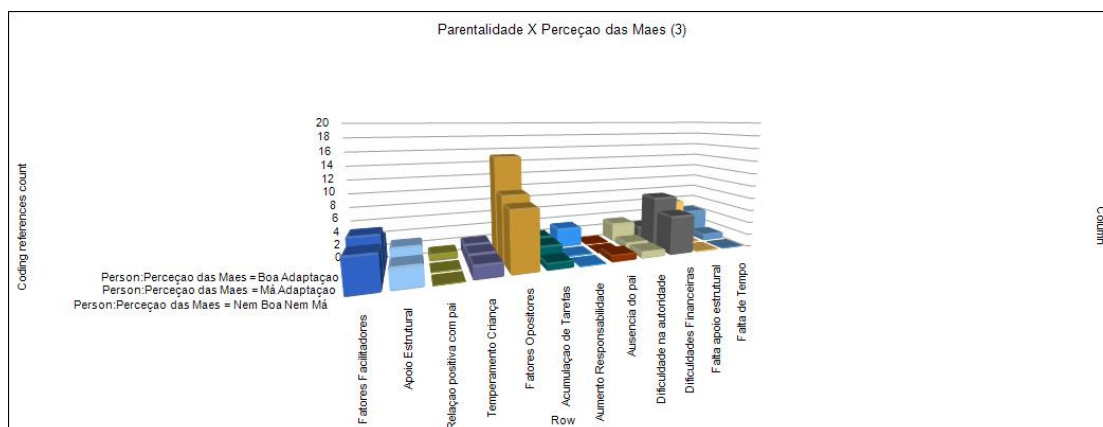


Figura 8 – A relação entre a Parentalidade e Adaptação da Criança, a partir das Percepções das Mães.

## 2.4 Relação com o Pai

Relativamente ao contacto que as crianças têm com o pai, este ocorre sobretudo com uma frequência mensal (7 referências) ou semanal (6 referências), sendo que surgiu apenas uma referência à inexistência de relação com este. Quando se relaciona a idade atual da criança com a frequência da relação que mantêm com o pai, verifica-se que as 4 crianças com 3 anos, 3 mantêm uma relação de frequência mensal com o pai e 1 de frequência semanal. As 3 crianças com 4 anos, 2 mantêm uma relação de frequência semanal e 1 não tem qualquer tipo de relação com o pai. Por fim, as 3 crianças com 5 anos de idade, todas mantêm uma relação de frequência mensal com o pai.

## 2.5 Tempo da Criança

Relativamente às pessoas com quem a criança passa a maioria do seu tempo, são essencialmente a mãe (7 referências), os avós (4 referências) e os irmãos (3 referências). Quando questionadas sobre com quem a criança passa mais tempo, verificou-se que, das 6 crianças que passam mais tempo com as mães, 4 crianças apresentam dificuldades pequenas e 2 crianças não apresentam dificuldades. As 4 crianças que passam mais tempo com os avós, 2 têm dificuldades pequenas, 1 não têm dificuldades e a outras tem dificuldades grandes. As 3 crianças que passam mais tempo com os irmãos, 2 têm dificuldades pequenas e a outra, dificuldades grandes.

Na relação do número de filhos com a distribuição do tempo da criança percebe-se que as 6 crianças que passam mais tempo com as mães, 3 das suas mães têm 2 filhos, 2

das mães têm 1 filhos e a outra mãe tem 3 filhos. Das 4 crianças que passam mais tempo com os avós, 2 das mães têm 2 filhos e as outras 2 mães têm 1 filhos. As 3 crianças que passam mais tempo com os irmãos, 2 das mães têm 3 filhos e a outra mães tem 2 filhos.

Quanto ao tempo livre da criança, 6 mães referem que este é sobretudo passado em casa e 4 referem fora de casa.

## **2.6 Apoio Social**

A variável do apoio social foi analisada através do preenchimento do esquema “convoy model”, um em relação à rede atual, e outro em relação à rede anterior à separação. Esta análise foi realizada quanto ao número de pessoas que constituem a rede atual e a anterior à separação, à distribuição do número de pessoas por cada círculo de proximidade, e ao tipo de apoio mais e menos solicitado. Procurou-se ainda identificar as principais diferenças entre a rede atual e a rede anterior à separação.

## **2.7. Número de Pessoas**

Em relação ao número de pessoas, 5 mães identificaram na rede atual, no total, 5 pessoas. As outras 5 mães, identificaram mais de 10 pessoas na sua rede. Três das mães que identificaram mais de 10 pessoas na sua rede têm filhos que, segundo as Educadoras de Infância e as próprias mães, não apresentam dificuldades.

Em relação às redes anteriores à separação, 3 mães tinham redes inferiores a 10 pessoas e 7 das mães tinham redes com mais de 10 pessoas. Tal como nas redes atuais, 3 mães de crianças sem dificuldades tinham redes com mais de 10 pessoas.

Comparando com as redes atuais, 3 das mães tinham antes da separação redes sociais mais pequenas, 2 mães tinham redes iguais e 5 mães tinham redes maiores do que as atuais.

## **2.8. Tipos de Apoio Solicitados**

Quatro tipos de apoio fizeram parte do esquema: apoio emocional, afetivo, material e de tempos livres. Quer na rede atual, quer na anterior à separação, os tipos de apoio mais solicitados foram os mesmos, o apoio emocional e de tempos livres. O apoio menos solicitado foi o apoio afetivo e material. Apenas 1 mãe solicita todos os tipos de apoio em ambas as redes sociais, sendo de notar que o seu filho não apresenta dificuldades.

O pai dos filhos é identificado na rede por 5 mães, 2 mães afirmam que o pai presta todos os apoios, 2 mães afirmam que o pai presta, apenas, o apoio de tempos livres, e 1 mãe afirma que o pai presta apoio de tempos livres, material e emocional. O apoio de tempos livres é, o único, solicitado por todas estas mães.

### **2.9. Tipo de Pessoas que Prestam o Apoio**

O apoio emocional e de tempos livres, identificados como os apoios mais solicitados em ambas as redes, são, na maioria, prestados, em primeiro lugar, pela família materna e, em segundo lugar, pelos filhos mais velhos. O apoio material, quando solicitado, é prestado, também, pela família materna. O apoio afetivo, quando solicitado, é, normalmente, prestado pelos filhos e pelo elemento da família materna mais próximo que, segundo a maioria das mães, é a avó materna.

Os filhos mais velhos, quando existem, prestam sempre apoio nos tempos livres, apoio emocional e afetivo. Os filhos mais novos prestam apoio emocional e afetivo.

Em alguns casos, nomeadamente em 5 das mães, as vizinhas fazem parte da sua rede, surgindo no primeiro círculo, sendo prestadoras, sobretudo, do apoio em tempos livres e emocional.

No que concerne ao pai do filho, das 5 mães que colocam o pai na rede atual, 2 mães colocam-no no primeiro círculo, e as restantes 3 mães colocam-no no segundo círculo. Das 3 crianças que não apresentam dificuldades, 2 delas têm o pai presente na sua rede social.

A família paterna não é colocada na rede atual, pela maioria das mães, pois apenas 3 mães colocam a família do pai na sua rede atual. Destas 3 mães, 1 coloca a família paterna no primeiro círculo, 1 mãe coloca no segundo e a outra mãe coloca no terceiro círculo. Duas das mães que colocam a família paterna na sua rede, concretamente a que coloca no primeiro e terceiro círculo, os seus filhos não apresentam dificuldades.

### **3. Círculos de Proximidade**

Na rede atual o primeiro círculo é, na maioria, preenchido com a família materna, as vizinhas e amigas mais próximas. O segundo círculo é preenchido com amigos, que constituem uma minoria, e alguma família mais afastada e família paterna. O terceiro círculo é preenchido apenas por 7 das mães, na maioria por amigos, família materna mais

afastada e família paterna.

## **Capítulo IV**

### **Discussão dos Resultados**

Neste capítulo serão discutidos os resultados de cada um dos estudos, em, primeiro lugar, o estudo quantitativo e em, segundo lugar, o estudo qualitativo. Pretende-se com este capítulo, discutir os resultados em função dos objetivos propostos, inicialmente, procurando, também, compreender os resultados à luz do enquadramento teórico, apresentado no primeiro capítulo.

#### **1. Discussão do Estudo Quantitativo**

##### **1.1 Situação de Divórcio/Separação dos Pais e adaptação da criança a partir das perceções das mães e das Educadoras de Infância**

No que diz respeito ao estado civil, os resultados revelam um maior número de separações, face ao número de divórcios. Por sua vez, as separações superam, também, o número de pais casados, o que contraria as estatísticas nacionais, que de acordo com os resultados provisórios dos censos de 2011 do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população casada era a predominante, constituindo cerca de 47% da população, face à população divorciada, que constituía apenas 6 a 7% da população. Contudo, considerando a área da grande lisboa, onde habitam os pais que constituem a amostra deste estudo, os valores da população divorciada são os mais altos a nível nacional, de 7,2% a 7,5% no total da população nacional.

A família nuclear é a estrutura familiar predominante, apesar da percentagem de casais separados ser a mais elevada, pois cerca de 56,3% dos casais estão casados ou em união de facto, o que era esperado, face aos dados estatísticos do INE. Verifica-se, também, um número significativo de famílias monoparentais femininas, o que vai de encontro, aos últimos recenseamentos feitos à população em 2001, que indicavam uma percentagem de 10,0% de núcleos monoparentais femininos, o que pressupõe um aumento

de 2,3 pontos percentuais face à proporção existente em 1991 (9,2%). Por seu lado, no recenseamento de 2011 observa-se uma percentagem de 1,6 para as famílias monoparentais masculinas. A área da grande Lisboa é a que regista maior número destes agregados. A literatura, também, refere a predominância das famílias monoparentais femininas, face às monoparentais masculinas, este resultado era esperado, uma vez que em caso de rutura conjugal, são maioritariamente os homens que transitam das família, sendo a mulher o centro do sistema familiar, no sentido da responsabilização, dos papéis e das funções desempenhadas (Sousa et al, 2007). O tempo que as crianças passam com os seus pais, reflete, também, esta centralização do papel da mãe na vida destas crianças, no sentido em que os resultados indicam que pais passam, em média, 20 a 30 horas semanais com os filhos, sendo que é com as mães, que passam mais horas.

Os resultados indicam que em situação de rutura conjugal, as responsabilidades parentais não são, normalmente, reguladas. No entanto, os pais que regulam afirmam que as responsabilidades parentais são cumpridas. O facto destes pais não recorrerem aos tribunais ou mesmo ao sistema de mediação familiar, é também, reflexo da ausência de formalização nas suas relações, onde predominam as uniões de facto, cujo tempo de duração é de cerca de 4 anos. Estes resultados podem estar relacionados com o contexto social destas famílias, uma vez que nas famílias mais pobres são frequentes as ruturas e reconciliações nas relações, quando por exemplo as relações amorosas começam e terminam em pouco tempo, o que leva por vezes à saída de um membro e ao regresso pouco tempo depois, havendo por isso tendência para uma maior instabilidade na estrutura e nas relações (Alarcão, cit por Sousa et al, 2007).

Quanto à adaptação das crianças ao divórcio, de acordo com as perceções das mães, a adaptação foi considerada na sua maioria “nem boa nem má” ou “boa”. Os pais também partilham uma opinião semelhante, embora menos otimista, qualificando-a entre “nem boa nem má” e “má”. A perceção das Educadoras de Infância, também, indica que a maioria das crianças, não apresenta dificuldades, embora ainda se verifique uma percentagem considerável de crianças com dificuldades. Na comparação dos dois grupos, das crianças de pais divorciados/separados e das crianças de pais casados/união de facto, não se observaram diferenças estatisticamente significativas.

O facto de não se terem verificado diferenças estatisticamente significativas, pode dever-se à pequena dimensão do número de crianças que compuseram a amostra, e ao facto

da informação ter sido fornecida pelas Educadoras, que poderão não ser as avaliadoras mais adequadas para determinados problemas das crianças.

Quanto à adaptação da família ao divórcio, as mães qualificam-na de “bem”, enquanto que os pais qualificam-na de “nem mal nem bem” ou “bem”. Apesar das opiniões entre pais e mães divergirem um pouco, ambas as respostas são tendencialmente positivas.

A leitura dos resultados deve ter em consideração que estas famílias partilham, na sua maioria, uma cultura de pobreza, caracterizada pelos baixos rendimentos, pela baixa qualificação profissional e pelo tipo de habitação “modesta com mínimo de conforto”. A tendência para a existência de uma percentagem significativa de crianças com dificuldades nestas famílias é consistente com os estudos que referem a pobreza e as dificuldades económicas, como influências negativas para o comportamento dos pais e ao bem-estar emocional, físico, intelectual e social das crianças. Conger, Rueter, & Elder (cit por Russel & Heaton, 2008). Segundo os mesmos autores, estas circunstâncias sociais e económicas, influenciam diretamente as emoções, os desejos e os comportamentos das pessoas, tornando a parentalidade numa tarefa mais complicada, estando sujeita a situações de maior stress.

Um estudo de Duncan e Magnuson (cit por Russel e Heaton, 2008) observou esta relação, quando comparou crianças de famílias ricas, com crianças de famílias pobres, tendo concluído que as crianças pobres têm maior risco de não completar a escola, de ter comportamentos desajustados e de serem abusadas e negligenciadas. Bradley e Corwyn (cit por Russel e Heaton, 2008), referem que os mecanismos que determinam a influência destes contextos, no bem-estar da criança, são, essencialmente, a má nutrição, a falta de estimulação do ambiente familiar, problemas mentais e de saúde dos pais, as influências negativas dos bairros e dos vizinhos e a dificuldade de interação na relação dos pais com a criança.

## **1.2 Coparentalidade, em casais casados/união de facto e em casais divorciados/separados**

Os resultados revelam apenas uma diferença estatisticamente significativa entre os casais casados/união de facto e os casais divorciados/separados, relativamente à coparentalidade. Os dois grupos apresentam diferenças significativas em relação à

cooperação percebida pela mãe, na medida em que as mães divorciadas apresentaram valores mais baixos. Este é um resultado esperado, dado poder existir, como referem os estudos de Maccoby et al. (1991), um maior risco das famílias após a separação terem, também, níveis mais elevados de conflito parental e das suas relações coparentais serem descomprometidas, logo menos cooperantes. A coparentalidade, mais do que a partilha de responsabilidade da educação dos filhos, significa que os pais cooperam entre si no suporte às decisões do outro e que absorvem essas decisões na sua própria relação individual com os filhos (Maccoby et al, 1991). É espéctável então que a coparentalidade esteja comprometida nos casais após a separação, uma vez que durante este período existe alguma dificuldade em isolar a relação conjugal do passado, da relação coparental do presente e ocorra, também, o declínio do envolvimento do pai não residente com a criança. Segundo os autores, este tipo de coparentalidade é frequente nos casais divorciados/separados, pois traduz o envolvimento dos pais de forma individual, em que os mesmos praticam uma parentalidade paralela, expressa a partir de uma comunicação rudimentar, no que diz respeito às questões de educação dos filhos.

Floyd e Zmich, (cit por Margolin et al, 2001) aprofundam mais esta questão e referem que as mães percebem a aliança parental de forma menos positiva do que os pais, que segundo os autores, deve-se ao facto das mães terem, geralmente, a seu cargo um maior número de responsabilidades. Este aspeto é ainda referido por Rusell e Russell, (cit por Margolin et al, 2001), que sugere que as mães percebem um envolvimento global maior com os seus filhos, do que com os pais.

Ao nível da triangulação e do conflito, não se verificaram diferenças significativas entre os dois grupos, o que não vai de encontro ao esperado. A justificação destes resultados, pode estar relacionada com a pequena dimensão da amostra. No entanto, as diferenças relativas ao conflito percebido pelos pais e à triangulação percebida pelas mães, estão próximas da significância estatística. Deste modo, os resultados revelam uma tendência para se observarem níveis mais elevados de conflito, nos pais divorciados/separados e níveis mais elevados de triangulação, nas mães divorciadas/separadas.

A indicação de níveis, tendencialmente, mais elevados destas dimensões negativas da coparentalidade, nos pais divorciados/separados, face aos pais casados/união de facto é um resultado comum, na maioria dos estudos revistos.

Por outro lado, os resultados entre os dois grupos não revelam diferenças estatisticamente significativas a nível do conflito interparental, que é considerando um fator de risco importante para os problemas de ajustamento na criança.

O tempo de divórcio/separação da maioria dos casais, deste estudo, é em média de 3 anos, o que poderá ser um fator a ter em conta, na medida em que, pode significar, que este casais, já não se encontrem no período mais conflituoso da relação. Segundo Hetherington et al (1998) nos divórcios ou separações mais conflituosas, os sentimentos de raiva, ansiedade, isolamento, impulsividade apresentam níveis mais elevados, no após, imediato, do divórcio, podendo manter-se elevados, até dois anos depois da rutura.

Em síntese, podemos concluir que, por comparação aos casais casados/união de facto, os casais divorciados/separados apresentam níveis mais baixos de coparentalidade traduzidos por níveis mais baixos de cooperação percebida pela mãe e níveis, tendencialmente, mais elevados, de triangulação percebida pela mãe e de conflito percebidos pelos pais. O que se opõe à conceptualização de coparentalidade defendida por Margolin et al (2001), cuja coparentalidade só é considerada alta, quando os pais apresentam níveis baixos de conflito e de triangulação e, por outro lado, níveis mais elevados de cooperação.

Esta questão, vai de encontro ao que refere Feinberg (2003), de que o divórcio não constitui, em si, um fator de risco, mas sim um fator que atua em conjunto com outros fatores de risco, como a ausência dos pais, a desvantagem económica e o conflito interparental. Assim, pode hipotetizar-se que a coparentalidade, dos pais que constituem este estudo, não constitui nem um fator de risco, nem de protecção, no ajustamento da criança, devido principalmente ao facto dela ser exercida, na maioria dos casos, apenas pela mãe, e por ser caracterizada pelo descomprometimento da relação entre os pais.

### **1.3 Apoio social, em casais casados/união de facto e em casais divorciados/separados**

O apoio social é considerado um importante fator protetor na resiliência das crianças e famílias expostas a diferentes tipos de adversidade. Em famílias que passaram por uma situação de rutura conjugal, o apoio social pode ser um importante fator atenuador dos efeitos de stress a que estão mais sujeitos estes pais, sendo isto ainda mais relevante

em famílias provenientes de contextos sociais de maior desvantagem. Green, Furrer e McAllister (2007), sugerem que os pais, que percebem e recebem suporte social positivo, têm melhores relações com os seus filhos e melhores capacidades parentais.

No que se refere, à comparação dos casais divorciados/separados com os casados/união de facto, os dados revelaram diferenças significativas, entre os dois grupos, nas dimensões interação social positiva e apoio afetivo, verificando-se níveis mais elevados nas mães casadas/união de facto. Assim, das seis dimensões do apoio social avaliadas, apenas, se observam diferenças estatisticamente significativas em duas das dimensões e apenas quando se consideram as perceções das mães. Estes resultados estão de acordo com os resultados do estudo de Copeland e Harbaugh (2010), que também não encontrou diferenças entre o apoio social recebido pelas mães casadas/união de facto e as mães divorciadas/separadas.

#### **1.4 Relação entre coparentalidade e apoio social**

No que diz respeito à relação entre a coparentalidade e o apoio social, os dados obtidos, especificamente, nos casais divorciados/separados, revelaram que quando a triangulação da mãe aumenta, o número de familiares, incluídos na rede social, é também mais elevado, o que era esperado, tendo em conta que a família constitui a principal fonte de apoio, principalmente neste tipo de famílias (Sousa et al & Warren, (cit por Copeland e Harbaugh, 2010). Observa-se, também, uma associação positiva entre a cooperação interparental percebida pela mãe, e duas das dimensões do apoio social, interação social positiva e apoio afetivo. Esta associação parece integrar-se no modelo de coparentalidade de Feinberg (2003), no sentido em que indica que o apoio social atua como alicerce às tarefas coparentais e como resposta às situações de stress vivenciadas pelos progenitores, na medida em que quanto maior for o apoio recebido, sobretudo, das redes primárias (por.ex: amigos e família), mais facilitada e potenciada estará a coparentalidade dos pais e, consequentemente, a adaptação dos filhos. Por seu lado, os pais não apresentaram valores significativos, o que pode estar relacionado com a baixa variabilidade dos resultados.

Relativamente aos casais casados/união de facto, observou-se que quando o conflito dos pais é elevado, o apoio afetivo e material percebido é menor, o que no sentido negativo, também indica que existe uma relação de causa-efeito entre a coparentalidade e o apoio social. Feinberg (2003), refere-se a esta questão, indicando que nos casais

casados/união de facto, a maior fonte de apoio social são os próprios cônjuges, o que provoca uma maior diminuição desse apoio, quando os mesmos percebem níveis mais elevados de conflito.

Esta relação positiva entre a coparentalidade dos pais e o apoio social, indica a possibilidade do apoio social atuar como um mecanismo protetor da relação parental. Garbarino e Sherman (cit por Ceballo e Macloyd, 2002), estudaram o efeito do apoio social em dois bairros semelhantes nas características de empobrecimento, mas distintos, nos números de crianças maltratadas e abusadas pelos pais. Os autores observaram que quando os pais utilizam menos os recursos do bairro e partilham menos apoio com os vizinhos, amigos e família, se verificam maiores riscos de abuso das crianças. Estes resultados sugerem que o isolamento social reduz a disponibilidade de recursos para a família, sendo, por isso, os níveis de apoio social, também, dependentes dos contextos em que habitam os pais. No sentido positivo, pais com níveis altos de apoio social são, geralmente, mais afetivos e consistentes na sua coparentalidade, e, inclusive, mais sensíveis às questões dos filhos.

### **1.5 Relação entre Apoio Social e Dificuldades e Capacidades da Criança**

No que concerne à relação entre o apoio social e as dificuldades e capacidades da criança, nos casais divorciados/separados, os resultados mostraram que quando, os problemas com os colegas das crianças aumentam, o número de amigos da mãe, incluídos na rede social, é também mais elevado. Este é um resultado difícil de explicar, devendo poder ser averiguado num estudo posterior.

Em relação aos pais, quando os sintomas emocionais da criança aumentam, o número de familiares, incluídos na rede social, é também mais elevado. Estes dados, revelam indícios de que o apoio social, pode funcionar como mecanismo protetor da resiliência na criança, a partir do apoio dado aos pais. Ceballo e Macloyd (2002) sugerem que as crianças que vivem em condições adversas, como os contextos empobrecidos, têm, com maior probabilidade, um desenvolvimento emocional e comportamental mais positivo e, assim, maior capacidade de resiliência, quando os seus pais apresentam níveis mais elevados de apoio social, sob a forma, de fortes laços de vizinhança, apoio familiar, relações pessoais próximas, participação em grupos da comunidade e apoio de instituições locais. Feinberg (2003) refere que níveis mais baixos de apoio social, estão relacionados

com o agravamento dos sintomas emocionais nas crianças.

Em relação aos casais casados/união de facto não se verificaram associações estatisticamente significativas.

### **1.6 Relação entre Coparentalidade e Dificuldades e Capacidades da Criança**

Apenas se observou uma associação positiva estatisticamente significativa de magnitude moderada, entre a triangulação percebida pelo pai e os problemas de comportamento da criança, nos pais casados/união de facto. Apesar de não ser estatisticamente significativa, observou-se uma associação considerável, negativa, entre a triangulação percebida pelos pais e os sintomas emocionais da criança.

No que diz respeito aos pais divorciados/separados, observa-se uma correlação positiva, de magnitude moderada, entre a triangulação percebida pela mãe em relação ao ex-cônjuge e os sintomas emocionais da criança, próximo da significância estatística.

Estas duas associações permitem inferir que a triangulação entre os pais, parece ser a dimensão que tem pior impacto no comportamento dos filhos, e a que está associada a maiores níveis de conflito interparental. Na maioria dos casos, as coligações deformam os comportamentos coparentais, em que o pai excluído da triangulação tem dificuldade em colocar em prática os seus princípios educativos, dado que o outro progenitor participa e incentiva o desrespeito da sua autoridade por parte do filho (Margolin et al, 2001).

Os resultados permitem verificar, mais uma vez, que não existem diferenças entre os pais divorciados/separados e os pais casados/união de facto.

Os resultados entre estas duas dimensões, permite confirmar que o impacto da coparentalidade, só consegue ser avaliado, em conjunto com o processo e a estrutura familiar (Feinberg, 2003).

## **2. Discussão do Estudo Qualitativo**

Os resultados encontrados neste estudo permitiram explorar e entender melhor alguns resultados do estudo quantitativo, essencialmente, no que se refere à relação da

coparentalidade e apoio social com a adaptação da criança ao divórcio, bem como à caracterização e influência dos fatores opostos e facilitadores da parentalidade das mães. Procurou-se, assim, explorar estes temas de acordo com a idade das crianças e com a sua adaptação à rutura conjugal dos pais, sobretudo da perspectiva das mães e, também, das Educadoras de Infância.

Verificamos, num primeiro momento, que a adaptação da criança à separação pode diferir consoante a sua idade, pois dentro da idade pré-escolar, as crianças mais pequenas (com 3 anos), parecem ter uma adaptação mais difícil, do que as crianças mais velhas (de 4 e 5 anos). A revisão de literatura mostrou que a maioria dos autores refere a idade pré-escolar como a mais propícia ao risco perante o processo de separação, no sentido em que estas crianças estão menos preparadas para lidar com as consequências de forma realista, demonstrando-se mais ansiosas com a possibilidade de abandono e o sentimento de culpa pela rutura dos pais. Amato e Keith (2001) reforçam a necessidade de considerar as diferenças desenvolvimentais decorrentes da idade, uma vez que, quando se isola o nível desenvolvimental de outras variáveis moderadoras, observa-se que quanto mais elevado e integrado o nível de desenvolvimento da criança, melhores os índices de adaptação à separação dos pais.

No que diz respeito à coparentalidade, é possível verificar que as mães de crianças sem dificuldades assumem que estão mais vezes em cooperação e comunicação com o pai do seu filho, e menos vezes em conflito. Por outro lado, as mães que têm crianças com dificuldades pequenas e grandes assumem o oposto, no sentido em que estão mais vezes em conflito do que em cooperação e comunicação com o pai do filho. Estes resultados vão de encontro ao que dizem autores como Sbarra e Emery (2008), que referem que os processos familiares, como a parentalidade inadequada, conflito interparental e a desestruturação familiar, explicam muitos dos comportamentos de externalização encontrados entre as crianças dos pais divorciados.

Por sua vez, as mães com crianças de 3 anos afirmam ter, na maior parte das vezes, uma coparentalidade conflituosa com os pais dos seus filhos, sendo de notar que estas crianças apresentam uma adaptação negativa à separação. Relativamente às mães de crianças com 4 e 5 anos, que apresentam uma adaptação mais positiva, afirmam ter, na maior parte das vezes, uma relação coparental de cooperação e comunicação com o pai dos seus filhos. E sobre esta questão, algumas mães referiram o seguinte:

“A cumplicidade, a comunicação e o respeito que temos um pelo outro, vem do nosso filho e já justifica a boa relação que temos. O pai está sempre presente no meu discurso para com o meu filho, e faz sempre parte das mensagens que tento transmitir-lhe.” (Mãe, cujo filho apresenta uma boa adaptação à separação)

“O pai não sabe ter uma conversa, não conseguimos comunicar um com o outro. O facto de ele não me apoiar em nada e ser muito desligado do filho, também agrava as coisas.” (Mãe, cujo filho apresenta uma má adaptação à separação)

“O pai agredia-me à frente do meu filho, quando o vinha buscar. Hoje não falamos, é tudo através da escola.” (Mãe, cuja filha apresenta uma má adaptação à separação)

Os dados mostram, também, que as mães mais jovens referem mais situações que refletem uma coparentalidade conflituosa, relativamente às mães mais velhas, que referem mais situações de uma coparentalidade cooperativa e de boa comunicação com o pai dos seus filhos. Tal pode estar relacionado com a maturidade das mães e a sua capacidade para resolver conflitos, o que pode estar associado ao que é referido por Copeland e Harbaugh (2010), quando afirma que a auto-estima e o auto-domínio pode ser afetada e diminuir devido aos novos desafios que surgem com a parentalidade, principalmente nas mães mais jovens, percebendo, as mães com maior auto-domínio e capacidade de responsabilidade, menores níveis de conflito e de stress parental. Os autores explicam esta questão, dizendo que as mães mais jovens, têm maior probabilidade de estarem menos preparadas para assumir a responsabilidade da parentalidade, necessitando por isso de maior suporte social, ao nível informativo, emocional e material. Quando as dificuldades destas mães, ainda ocorrem em meios mais pobres e desprovidos do suporte, de que as mesmas tanto necessitam, a sua tarefa torna-se ainda mais complicada.

No que diz respeito à tomada de decisão sobre a vida da criança, os dados são claros e demonstram que são as mães que decidem, individualmente, sobre a vida dos filhos. Esta questão poderá estar relacionada com a ausência do pai, pois verifica-se que

apenas 2 crianças têm um contacto semanal com o pai, tendo as restantes um contacto mensal com o mesmo. Ao nível da contribuição monetária destes pais, no apoio à parentalidade das mães, verifica-se que apenas dois dos 10 pais dão este apoio às mães, sendo ainda de notar que os seus filhos não apresentam dificuldades.

Sobre a tomada de decisões, as mães foram claras nas suas respostas:

“ Tomo-as eu, decido tudo sozinha” (Mãe, cujo filho apresenta má adaptação à separação)

“ Tomo eu sozinha, só transmito ao pai no fim de estar feito. O pai diz que, se for para bem dos meninos, para eu fazer.” (Mãe, cujo filho apresenta nem boa nem má adaptação à separação)

“Tomo eu sozinha, não consulto o pai” (Mãe, cujo filho apresenta má adaptação à separação)

“Primeiro penso sozinha na decisão que tenho de tomar e só depois consulto o pai, dando a minha sugestão, normalmente o pai diz: Tu é que sabes.” (Mãe, cujo filho apresenta boa adaptação à separação).

Em relação às mudanças na vida das crianças, os dados revelam que as mães cujos filhos não apresentam dificuldades, identificam como principal mudança a ausência do pai. Por outro lado, as mães cujos filhos apresentam dificuldades pequenas e grandes, identificam, com maior frequência, mais de uma mudança, concretamente a ausência do pai e a alteração das rotinas na vida das crianças.

Esta questão integra os fatores de risco para a adaptação da criança ao divórcio, referidos por Hetherington et al (1998), no sentido em que a autora afirma ser determinante para o mau ajustamento da criança, a ausência do pai não residente, a carência socioeconómica da família e o stresse parental. A maior parte dos estudos refere que existe uma relação positiva entre o contacto com o pai não residente e o ajustamento da criança Amato ( cit por Sigal, A. Sandler, I. Wolchik, S. & Braver, S., 2011) e os resultados do presente estudo confirmam, também, a importância da presença do pai para a adaptação das crianças ao divórcio e separação dos pais.

Em relação a outras mudanças que possam existir, como a alteração das rotinas,

Moxnes (2003) refere que a mudança de residência após a separação pode constituir um risco para o bem-estar da criança, podendo apresentar estas crianças maiores problemas de comportamento em comparação com crianças, que após a separação parental não mudam de residência. O autor justifica o impacto desta mudança, pelo facto de implicar muitas vezes que as crianças tenham de mudar as suas rotinas, os amigos, vizinhos e alguns hábitos. Segundo o autor estas e outras mudanças que ocorram terão de ser acompanhadas pelos pais e muito bem preparadas, de modo a que não cause mais stress na criança.

Alterações em relação ao tempo são, também, uma mudança que ocorre na vida da criança, já que a criança deixa de passar a maior parte do seu tempo com os pais, para passar a estar mais tempo, na amostra do presente estudo, com a mãe e com outros membros da família, geralmente materna. Os dados revelam alguma tendência para o facto das crianças sem dificuldades passarem mais tempo com as mães e fazerem mais atividades fora de casa, enquanto as crianças com dificuldades parecem partilhar o seu tempo com os avós, mãe e irmãos e fazer mais atividades dentro de casa. Os dados mostram, concretamente, que as crianças, cujas mães afirmam passar mais tempo em casa e afirmam estar menos tempo com estas, apresentam uma adaptação negativa. Por outro lado, as crianças cujas mães afirmam fazer com as mesmas, também, outras atividades fora de casa e estar mais tempo com os seus filhos, apresentam uma adaptação positiva. Esta questão pode dever-se à importância que tem para o desenvolvimento da criança, a experiência e a prática de atividades pedagógicas fora de casa, com outras crianças e noutros ambientes, e o facto de ser importante para a criança a realização de programas e de momentos em conjunto com os pais, que não sejam apenas dentro de casa, em contexto de rotina diária.

Ainda em relação às mudanças na vida da criança, é importante referir que todas as mães que não identificaram mudanças na vida da criança, têm filhos com dificuldades, de acordo com a avaliação das educadoras de infância. As seguintes expressões podem ilustrar esta questão.

“ O meu filho não estranhou as mudanças, até porque as rotinas dele não mudaram (...).” (Mãe, cujo filho apresenta má adaptação à separação)

“Não mudou muita coisa, o pai já não passava muito tempo em casa.” (Mãe, cujo filho apresenta má adaptação à separação)

“ A mudança que houve foi passar a ver menos o pai, as crianças não deviam sofrer, mas acabam sempre por ser elas a sofrer.” (Mãe, cujo filho apresenta nem boa nem má adaptação à separação)

“Com a ausência do pai, tentei estar mais com ele, para que ele sentisse menos a falta do pai.” (Mãe, cujo filho apresenta boa adaptação à separação)

“A mudança maior foi estar menos tempo com o pai, sentir a ausência dele”.  
(Mãe, cuja filha apresenta má adaptação à separação)

A questão da prática de atividades, dentro ou fora de casa, está relacionada com a dificuldade das mães em terem o tempo necessário para estar com os seus filhos. De facto, há mais mães a realizar atividades com os seus filhos dentro de casa, devido, sobretudo, a questões económicas e de falta de tempo. Esta questão é referida por vários autores, como Ceballo e Macloyd ( 2002), Minuchin (1998), Russell e Heaton (2008), Baunes et al (2006) e Vries et al (2011), que referem as dificuldades económicas como um fator de risco para a família. Contudo, é também uma característica neste tipo de famílias, que em conjunto com outros fatores pode dificultar o ajustamento da criança à separação.

No que concerne à parentalidade exercida pelas mães, pode constatar-se que as mães afirmam mais vezes ter mais fatores opostos à sua parentalidade, do que fatores facilitadores. Este aspeto vai de encontro ao contexto e à realidade destas famílias, normalmente mais opostora do que facilitadora. Concretamente, as mães apontam, como esperado, as dificuldades económicas, a falta de tempo, a acumulação de tarefas e o aumento de responsabilidade como os fatores mais opostos. Estes fatores opostos são referidos na literatura como habituais entraves e dificuldades destas mães, no exercício da sua parentalidade (Sousa et al, 2008, Alarcão, 2002, Hetherington,1998 & Amato, 2001). Por outro lado, apontam o apoio estrutural existente e o temperamento da criança como os fatores mais facilitadores, o que é corroborado pela literatura. Por exemplo, Sarason et al. (1983) afirma que o apoio social contribui, tanto para o ajustamento positivo e o desenvolvimento pessoal adequado, como funciona como amortecedor contra os efeitos do *stress*.

Em relação aos fatores facilitadores e opostos, as mães referiram as seguintes situações:

“ Ter dificuldade em conseguir gerir o dinheiro e não ter capacidade económica para tudo.” (Mãe, cujo filho apresenta má adaptação à separação)

“Não ter muito tempo e mais apoio na educação do meu filho. Fico angustiada e stressada por às vezes não ter com quem o deixar.” (Mãe, cujo filho apresenta boa adaptação à separação)

“Falta de tempo para estar com ele, para o ajudar nas dificuldades qu tem na escola” (Mãe, cujo filho apresenta boa adaptação à separação)

“Ele percebe muito bem e aceita quando eu digo que não posso. Não faz birras.” (Mãe, cujo filho apresenta boa adaptação à separação)

“ Acho que é o facto de ele ser uma criança fácil”. (Mãe, cujo filho apresenta nem boa nem má adaptação à separação)

A partir dos resultados que relacionam os fatores facilitadores e opostos da parentalidade com a adaptação da criança, sem que os dados sejam muito claros e exatos, é ainda assim possível identificar alguma tendência, no sentido em que as mães cujas crianças apresentam má adaptação referem como principal oposição as dificuldades económicas. Por outro lado, as mães cujas crianças apresentam boa adaptação referem as dificuldades económicas, mas também outras oposições, como a falta de tempo, a acumulação de tarefas e o aumento de responsabilidade.

A caracterização da rede social de cada uma das mães permitiu verificar que estas mães têm, no geral, redes sociais pequenas, mas que providenciam um suporte efetivo, e que as suas redes sociais atuais são maiores do que as redes anteriores à separação. Sobre esta questão, algumas mães justificavam-na desta forma:

“ O facto de ter ficado sozinha após a separação, fez com que as pessoas se aproximassem para me ajudar. Enquanto estive junta, diziam: Tens um homem em casa, ele que te ajude.” (Mãe, cujo filho apresenta nem boa nem má adaptação à separação)

“A relação que tinha com o pai do meu filho era muito isolada, porque ele prendia-me muito, ele próprio não tinha muitas relações.” (Mãe, cujo filho apresenta boa adaptação à separação)

Sousa et al (2007) referem, também, a dimensão das redes sociais, afirmando que, tendencialmente, as mulheres apresentam redes mais pequenas, quando comparadas com os homens, contudo mais suportivas e com um maior número de elementos que prestam níveis mais elevados de apoio.

As mães com maior número de pessoas na sua rede de apoio são as mães cujos filhos não apresentam dificuldades na adaptação à separação. Este aspeto vai de encontro aos estudos de alguns autores, como Sarason e Sarason (1982), que referem nos resultados de um dos seus estudos que as pessoas que se veem como tendo um apoio social mais elevado, têm uma perspetiva da vida mais agradável e esperançosa, do que aquelas de apoio social mais baixo.

Particularmente para este tipo de famílias, outros autores, como Atree et al. (2004), referem ainda as relações podem ajudar os pais e as crianças a enfrentar as situações de stress, a partir do desenvolvimento de capacidades de resiliência.

No entanto, ainda segundo a mesma autora, estas famílias, devido ao contexto em que estão inseridas, podem não encarar este suporte como um recurso, o que pode explicar a dimensão das suas redes sociais, e ainda o facto destas mães não solicitarem apoio material, como demonstram os dados do estudo. O estudo de Ceballos e McLoyd ( cit. por Green, Furrer & McAllister, 2007) refere também esta questão, indicando que o apoio social pode ter um impacto diferente nas famílias cronicamente stressadas.

Em relação à presença do pai na rede social, percebeu-se na nossa amostra que das três crianças que apresentam boa adaptação à separação, duas têm o seu pai presente na rede social da mãe. Estes resultados vêm confirmar, como já foi dito anteriormente, a influência da presença do pai no contacto com a criança e na rede social da mãe, na adaptação da criança à separação dos pais.

Ainda a partir dos resultados do estudo, verifica-se que as redes sociais das mães são muito centradas na família materna, sendo muito pouco mencionada a família paterna, sobre o qual algumas mães justificavam com as seguintes respostas.

“ É normal não ter contacto com a família do pai do meu filho, porque a relação de parentesco terminou.” (Mãe, cujo filho apresenta má adaptação à separação)

“ A família do pai afastou-se e eu deles, a relação de parentesco não faz sentido alimentar” (Mãe, cujo filho apresenta má adaptação à separação)

Os tipos de apoio mais solicitados pelas mães é o emocional e de tempos livres, tal como referem os estudos de Atree (2004).

Estes autores referem ainda que o suporte informal é, acima de tudo, centrado na mulher, sendo esta quem providencia e recebe o mesmo, o que pode, de certa forma, justificar a ausência do pai da maior parte das redes sociais destas famílias. Esta ideia vai de encontro ao que referem alguns estudos, de que a mulher é o centro do sistema familiar, face às responsabilidades parentais, aos papéis que desempenha, e conseqüentemente à tomada de decisão sobre a vida dos seus filhos, como comprovam os resultados dos estudos (Sousa et al, 2007).

## **Capítulo V**

### **Conclusão**

Esta investigação teve como finalidade perceber a relação entre a coparentalidade e o apoio social no ajustamento da criança ao divórcio/separação, tendo como pano de fundo o contexto desfavorecido em que habitam estas famílias. A partir dos resultados, conseguiu-se identificar alguns pontos de relação da coparentalidade e do apoio social no ajustamento da criança ao divórcio/separação dos pais. Verificou-se, também, que os fatores de influência, para a criança, são variados, sendo estes determinados, quando atuam em conjunto, o que é confirmado por autores como Amato e Keith (2001) e Hetherington et al (1998).

Na comparação dos pais casados/união de facto com os pais divorciados/separados, realizada no âmbito do estudo quantitativo, destaca-se o facto das mães

divorciadas/separadas terem apresentado níveis mais baixos de cooperação percebida na relação com o ex-cônjuge, o que vai de encontro às características das relações coparentais descomprometidas, definidas por Maccoby et al. (1991), e que parecem adequar-se ao tipo de coparentalidade apresentada por estes pais. A ausência de significância estatística nos níveis de conflito dos pais divorciados/separados não era esperada, no entanto pode constituir mais um indicador de que estes pais apresentem o tipo de coparentalidade anteriormente definido.

Os pais avaliam de forma satisfatória a adaptação das crianças ao divórcio. Também as Educadoras de Infância, através da avaliação das suas dificuldades e capacidades em contexto de jardim de infância, indicam que a maioria das crianças não apresenta dificuldades. No entanto, é importante realçar o facto de existir uma percentagem significativa de crianças com dificuldades pequenas, podendo haver uma tendência para que estes dados possam ser significativos, em futuros estudos, em que a dimensão da amostra seja mais elevada.

O estudo qualitativo indicou, também, que as crianças com adaptação positiva parecem ter pais que relatam estar mais vezes em cooperação e comunicação. Por outro lado, as crianças com uma adaptação negativa têm pais que relatam estar mais vezes em conflito. Contudo, o estudo quantitativo apenas encontrou relação, no sentido negativo, entre a triangulação percebida pelos pais e os sintomas emocionais dos filhos, o que dá apenas algumas pistas de que a coparentalidade poderá ser um fator importante a aprofundar, em investigações futuras.

No estudo qualitativo, quando se relacionou a idade atual das crianças com a existência ou não de dificuldades na criança, de acordo com as Educadoras de Infância, observou-se que as crianças com três anos parecem não apresentar dificuldades, em relação às crianças com quatro e cinco anos. No estudo quantitativo não foi possível perceber esta relação, o que não permite indicar se a idade pré-escolar constitui ou não a idade de maior dificuldade para a criança, na adaptação ao divórcio, como indicam vários autores (Hetherington, 1998; Amato & Keith, 2001; Poussin & Lebrun, 1997; Wallerstein & Kelly, 1971; Fry & Addington, 1985 & Kurdec, 1981).

No estudo qualitativo, verificou-se que a idade das mães parece, também, ser um fator a ter em conta, no sentido em que as mães com menos de 30 anos estão mais vezes em conflito, do que as mães com mais de 30 anos, que estão mais vezes em cooperação e

comunicação. A possível relação entre a idade das mães e a coparentalidade pode dever-se a fatores de personalidade e maturidade, decorrentes da idade, como é referido no estudo de Copeland e Harbaugh (2010).

Em relação à parentalidade exercida pelas mães, analisada no estudo qualitativo, pode concluir-se que estas mães identificam mais fatores opostos do que facilitadores, incidindo principalmente nas dificuldades económicas, na falta de tempo e na acumulação de tarefas. Tal pode estar relacionado, diretamente, com as características físicas onde estes pais habitam e a falta de recursos do seu meio, inerentes aos contextos pobres, que determinam a baixa escolaridade, a sua baixa qualificação profissional e o baixo rendimento que auferem. Em relação aos fatores opostos, os resultados indicaram, ainda, que parece haver relação entre a presença de maiores dificuldades económicas para os pais e a existência de maiores dificuldades na criança.

Os fatores facilitadores que parecem ter maior influência na parentalidade das mães são o temperamento da criança e o apoio social, no sentido em que o apoio que recebem é uma ajuda essencial e determinante na sua e na vida da criança. Os dados do estudo quantitativo mostram que as mães divorciadas/separadas percebem níveis mais elevados de interação social positiva e apoio afetivo, quando comparadas com as mães casadas/união de facto, o que pode ser explicado pelo tempo de divórcio, a ausência de níveis mais elevados de conflito e uma maior mobilização da rede social de apoio, que possa trazer às mães mecanismos compensatórios de apoio. O estudo qualitativo mostra que as redes de apoio das mães tendem a aumentar depois da separação, o que pode estar, também, na base do aumento do apoio afetivo e de interação social positiva nestas mães, como comprova o estudo quantitativo.

Ainda sobre as questões da parentalidade, as decisões das mães sobre as questões de vida dos seus filhos são tomadas de forma individual. Este aspeto pode estar relacionado com o facto da família ser de tipo monoparental feminino, na qual a mãe é a figura parental central, sendo o pai, nestes casos, mais ausente, pois o tempo que a maioria dos pais passa com os seus filhos é de frequência mensal. Outra questão que parece ser importante diz respeito ao apoio material fornecido pelos pais, dado que das dez mães que integraram o estudo qualitativo, apenas duas referiram que os pais contribuem com uma pensão de alimentos. Nestes dois casos, os seus filhos não apresentam dificuldades e as suas mães relatam mais situações de cooperação e comunicação com o ex-cônjuge.

As mudanças de rotinas na vida das crianças parecem indicar maior dificuldade para a sua adaptação ao divórcio. A ausência do pai, como uma das mudanças identificadas pelas mães, não constitui, por si só, um fator de dificuldades para a criança. As crianças que passam mais tempo com a mãe parecem ter uma melhor adaptação ao divórcio, em comparação com crianças que passam mais tempo com outras figuras familiares, como os avós e os irmãos. Este resultado vai de encontro ao que é defendido por Fulmer, (cit por Sousa et al, 2007) quando refere que a parentalidade pode degradar-se, quando se dispersa por várias figuras, pois a existência de várias figuras potencialmente parentais, não significa ter pais e, a maior parte, das vezes implica a probabilidade de haver ausências de referências para a criança, porque a tarefa de cuidar fica a cargo de quem, na rede social, tiver mais disponibilidade para o fazer.

Recolheram-se em ambos os estudos algumas pistas que permitem considerar o apoio social como uma variável de influência para a adaptação da criança ao divórcio, através do apoio que é dado, sobretudo, às mães, constituindo assim uma variável importante a aprofundar em futuros estudos. Em primeiro lugar, porque a partir do estudo qualitativo percebeu-se que é sentido pelas mães como um dos principais fatores facilitadores da sua parentalidade. Em segundo lugar, porque as mães que têm maior número de pessoas na sua rede de apoio têm filhos sem dificuldades, o que parece indicar a influência deste apoio na adaptação da criança. Os resultados do estudo quantitativo também indicam que quando os sintomas emocionais das crianças aumentam, o aumento do número de familiares, incluídos na rede social dos pais divorciados/separados, é também mais elevado.

A família materna, em especial a avó, é uma das figuras de referência para as mães, providenciando-lhe todos os tipos de apoio. A presença do pai na rede da criança parece, também, ter influência na sua adaptação, no sentido em que as crianças sem dificuldades têm os seus pais integrados nas suas redes e estes contribuem, ainda, com algum tipo de apoio, nomeadamente o material e de tempos livres. Por seu turno, as mães destas crianças apresentam mais situações de cooperação e comunicação com os pais. O apoio emocional e de tempos livres são os mais solicitados pelas mães, o que coincide com o estudo quantitativo, já que as mães apresentam valores mais elevados neste tipo de apoio.

O tempo que o pai passa com a criança e o apoio material que o mesmo providencia à mãe parecem, assim, ser dois fatores de influência na promoção da presença do pai na vida da criança.

Com base nos testemunhos das mães nas entrevistas foi possível apontar alguns indicadores que podem, também, contribuir para a adaptação da criança ao divórcio. A mãe, após a rutura conjugal, torna-se na figura parental decisora e cuidadora da criança, na maioria destas famílias. A clarificação e justificação dada, sobretudo, pela mãe, sobre a rutura conjugal e a redefinição do papel dos pais, é fundamental para o comportamento da criança, podendo ajudar a tranquilizá-la ou a inquietá-la, no sentido em que algumas mães referiam que o cuidado em manter a imagem positiva e presente do pai promove a continuidade positiva da sua parentalidade. Assim, pensa-se que a relação que a mãe tem com o pai determina a relação deste com a criança. O apoio dado pelos pais, sobretudo ao nível material, influencia a perceção da mãe sobre a coparentalidade exercida pelo pai. O apoio dado pela família paterna após o divórcio tende a diminuir, segundo a maioria das mães, justificando-se, de acordo com a opinião das mesmas, com o rompimento do vínculo conjugal.

Pode, ainda, concluir-se que as circunstâncias a que a família está sujeita, como o efeito das desvantagens económicas e sociais na parentalidade, parecem ter maior impacto no aumento do stress parental, do que a situação de divórcio ou separação dos pais. (Copeland & Harbaugh, 2010)

## **Limitações**

As limitações de ambos os estudos, prendem-se, fundamentalmente, com a reduzida dimensão da amostra, sobretudo no que diz respeito à amostra de pais do estudo quantitativo, na medida em que limitou o poder dos testes estatísticos. Por outro lado, esta é uma amostra de conveniência, que não será representativa de toda a população de famílias pobres em situações de rutura conjugal.

O apoio no preenchimento dos questionários e a realização das entrevistas pelo investigador e técnico de referência para os pais, bem como as questões sobre assuntos mais pessoais para os casais, pode ter induzido as respostas, por questões de desejabilidade social e preservação da intimidade.

Por outro lado, a natureza transversal do estudo impede a averiguação da causalidade nas associações encontradas, sendo necessário para este efeito a realização de um estudo de natureza longitudinal.

As Educadoras de Infância avaliaram o ajustamento das crianças, contudo não terão sido as melhores avaliadoras, pois não tiveram oportunidade de observar as crianças noutros contextos para além do jardim de infância.

## **Contributos**

Os principais contributos do estudo decorrem da utilização de uma metodologia mista, que permitiu a captação de resultados e o estudo de algumas variáveis com maior profundidade e de forma mais compreensiva, sobretudo no contexto das famílias multidesafiadas, em contexto de pobreza.

Da mesma forma, a utilização de três fontes de informação (pai, mãe e educadora de infância), permitiu alargar o olhar sobre os temas e, assim, captar uma visão mais completa da realidade.

## **Implicações para a Mediação Familiar e Social**

Vários autores que têm dedicado os seus estudos à intervenção com este tipo de famílias, como aquelas que retratámos neste estudo, introduzem hoje uma visão diferente das mesmas, que acredita nas capacidades de mudança e evolução destas famílias. Este estudo opta, também, por se guiar por este princípio e, a partir dele, tecer algumas linhas de orientação na área da mediação familiar.

A mediação familiar integra-se na intervenção com estas famílias no sentido de poder potencializar estes pais na resolução positiva dos seus conflitos, pois para muitos deles a separação e o divórcio acarretam mudanças na sua função parental, por vezes de ausência e de quebra do vínculo com a criança, uma vez que predominam nesta amostra muitos agregados monoparentais. De forma a evitar esta consequência, os conflitos dos pais devem ser regenerados através do seu *empowerment*, das suas capacidades de decisão, responsabilidade pelo processo de mudança e promoção do bem-estar dos próprios filhos. Acredita-se, deste modo, que a mediação familiar, tendo como base, especialmente, o

modelo transformativo de Bush e Folger (2005), pode servir este propósito, pelo facto de não dar ao processo o objetivo exclusivo do acordo entre as partes, mas enfatizar o alcance da melhoria da comunicação e, acima de tudo, de uma coparentalidade positiva.

O conhecimento destes pais sobre o processo de mediação familiar é ainda diminuto, no entanto é importante destacar, de acordo com os resultados do estudo quantitativo, que a maioria dos pais que regularam as suas responsabilidades parentais no tribunal afirma que as mesmas são cumpridas, o que poderá ser um indicador de que os processos de mediação sejam uma mais-valia no apoio à sua coparentalidade.

Na prática, seria necessário que o processo de mediação, tal como está estruturado, pudesse estar mais próximo destas famílias, localmente e não apenas nas grandes cidades, a par com o sistema judicial, procurando ter uma intervenção, não apenas na crise, mas de carácter mais preventivo, ajudando assim a salvaguardar futuros conflitos.

A mediação pode revelar-se, também, importante na promoção da responsabilidade social, particularmente útil se utilizada como intervenção junto daqueles que, por circunstâncias várias, se vêm privados de certos bens e serviços essenciais, como é o caso das famílias que integraram o presente estudo. Neste sentido, pode falar-se de mediação social, que tem aqui objetivos mais amplos, que não apenas a resolução de conflitos, mas o reforço da dimensão da interculturalidade, a regulação social e a recomposição pacífica das relações humanas.

De forma concreta, a mediação social tem como objetivo a reinserção dos indivíduos na sociedade e a reconstrução dos laços sociais e de interações positivas entre os indivíduos. A intervenção deste tipo de mediação vai ao encontro da importância da promoção do apoio social e das redes de suporte para a coparentalidade e o ajustamento da criança.

De acordo com Lemaire e Poitras (2004, cit. por Oliveira et al., 2005), a mediação social insere-se, como intervenção com este tipo de famílias, numa lógica de autonomia de poder na resolução dos seus conflitos, reconhecimento e integração das necessidades dos próprios pais no espaço de decisão, proximidade com os processos de regularização e prevenção, procurando-se a redução dos conflitos, através da capacitação dos indivíduos e das suas redes de apoio. Fritz (2004, cit. por Oliveira et al., 2005) indica, ainda, que a mediação social assume relevo neste tipo de contextos por se focar nos participantes, ser

orientada para a solução, baseada na narrativa, e ser de natureza voluntária, imparcial e neutra.

Acima de tudo, a partir dos estudos realizados, pensa-se que a mediação possa ser um veículo a partir do qual o apoio social, a presença do pai não residente com a criança e a coparentalidade – indicadores essenciais no ajustamento ao divórcio – poderiam ser promovidos e definidos em colaboração com os pais, garantindo, assim, o superior interesse da criança e a promoção de uma coparentalidade positiva, no seio de contextos adversos que tornam mais difícil à família a sua função coparental.

## Bibliografia

Alarção, M. (2002). *(Des) Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.

Amato & Keith (2001). Children of Divorce in the 1990s: An update of the amato and keith (1991) meta-analysis. *Journal Of Family Psychology*, 15 (3), 355-370.

Armstrong, M.I., Birnie-Lefcovitch, S., & Ungar, M.T. (2005). Pathways between social support, family well being, quality of parenting, and child resilience: what we know. *Journal Of Child And Family Studies*, 14(2), 269-281.

Attree, P. (2005). Parenting support in the context of poverty: a meta-synthesis of the qualitative evidence. *Health And Social Care in The Community*, 13(4), 330-337.

Ausloos, G. (2003). *A Competência das Famílias*, Coleção Sistemas, Famílias e Terapias, Lisboa: Climepsi Editores.

Baunes, J., Katz, L., Konbin, J., & O'Brien, M. (Eds). (2006). Children and families in communities: Vol 4. The influence of neighbourhood and community characteristics on families and children. NSPCC: Theory, research, policy and practice.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using Thematic analysis in psychology. *Qualitative Research In Psychology*, 3, 77-101.

Campbell-Grossman, C., Keating-Lefler, R., Hudson, D. B., Fleck, M. O., & Westfall, J. (2004). Needs, concerns and social support of single, low-income mothers. *Issues In Mental Health Nursin*, 25, 381-401.

Carlson, M. J., McLanahan, S. S., & Brooks-Gunn, J. (2008). Coparenting and nonresident fathers involvement with young children after a nonmarital birth. *Demography*, 45(2), 461-488.

Ceballo, R., & McLoyd, V. C. (2002). Social support and parenting in poor, dangerous neighborhoods. *Child Development*, 73(4), 1310-1321.

Clarke-Stewart, K.A., McCartney, K., Vandell, D.L., & Owen, M.T. (2000). Effects of parental separation and divorce on very young children. *Journal of Family Psychology*, *14*(2), 304-326.

Conger, R. D., & Conger, K. J. (2008) Understanding the processes through which economic hardship influences families and children. In Crane, D., R., & Heaton, T. B. (Eds), *Handbook of families e poverty* ( Vol.5, 64-78). Los Angeles: Sage.

Cook, J.C., Buckley, C.K., Schoppe-Sullivan, S.J., & Davis, E.F. (2009). Are some children harder to coparent than others? children's negative emotionality and coparenting relationship quality. *Journal Of Family Psychology*, *23* (4), 606-610.

Copeland, D. B., & Harbaugh, B. L. (2010). Psychosocial differences related to parenting infants among single and married mothers. *Issues In Comprehensive Pediatric Nursing*, *33*, 129-148.

Cowan, C.P., Cowan, P., Pruett, M.K., & Pruett, K.(2006). An approach to preventing coparenting conflict and divorce in low-income families: strengthening couple relationships and fostering fathers' involvement. *Family Process*, *46*(1), 109-121.

Dush, C. M. K., Kotila, L., & Shoppe-Sullivan, S. J. (2011). Predictors of supportive coparenting after relationship dissolution among at-risk parents. *Journal Of Family Psychology*, *25* (3), 356-365.

Emery, R.E., Fincham, F.D., & Cummings, E.M. (1992) Parenting in context: systemic thinking about parental conflict and its influence on children. *Journal Of Consulting And Clinical Psychology*, *60*(6), 909-912.

Fachado, A. A., Martinez, A. M., Villalva, C.M., & Pereira, M.G. (2007). Adaptação cultural e validação da versão portuguesa: *questionário medical outcomes study social support survey (MOS-SSS)*. *Acta Medica Portuguesa*, *20*, 525-533.

Fagan, J., & Palkovitz, R. (2007). Unmarried, nonresident fathers involvement with their infants: a risk and resilience perspective. *Journal Of Family Psychology*, *21* (3), 479-489.

Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: a

- framework for research and intervention. *Parenting: Science And Practice*, 3 (2), 95-131.
- Fischer T. (2007) Parental divorce and children's socio-economic success: conditional effects of parental resources prior to divorce, and gender of child. *Sociology*, 41, 475-95.
- Flowerdew, J., & Neale, B. (2003). Trying to stay apace: children with multiple challenges in their post-divorce family lives. *Childhood*, 10 (2), 147-161.
- Fry, P.S., & Addington, J. (1985). Perceptions of parent and child adjustment in divorce families. *Clinical Psychology Review*, 5, 141-157.
- Goodman, R., Ford, T., Simons, H., Gatward, R., & Meltzer, H. (2003). Using the strengths and difficulties questionnaire (SDQ) to screen for child psychiatric disorders in a community sample. *International Review Of Psychiatry*, 15, 166-172.
- Green, B. L., Furrer, C., & Mcallister, C. (2007). How do relations support parenting? effects of attachment style and social support on parenting behavior in an at-risk population. *Am J Community Psychol*, 40, 96-108.
- Guba, E. & Lincoln, Y. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In Norman, D. e Yvonna, L. (Eds.), *Handbook of qualitative research*. London: Sage Publications.
- Gzybowski, L.S., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77-87.
- Hetherington, E. M., Bridges, M., & Insabella, G. M. (1998). What matters? What does not? Five perspectives on the association between marital transitions and children's adjustment. *American Psychologist*, 53 (2), 167-184.
- Hetherington, E.M.(2003). Social support and the adjustment of children in divorce and remarried families. *University of Virginia*, 10(2), 217-236.
- Jackson, A. P., Choi, J. K., & Franke, T.M. (2009). Poor single mothers with young children: mastery, relations with nonresident fathers, and child outcomes. *Social Work Research*, 33(2), 95-104.
- Jia, R., & Shoppe-Sullivan, S.J. (2011). Relations between coparenting and father

involvement in families with preschool-age children. *Development Psychology*, 47(1), 106-118.

Kahn, R. L., & Antonucci, T.C. (1980). Convoys over life course: attachment, roles, and social support. In P.B., Baltes, & O.G., Brim (Eds), *Life-Span Development and Behavior* (Vol.3, pp: 253-268). New York: Academic Press.

Kelly, J.B. (2003). Changing perspectives on children's adjustment following divorce: a view from the united states. *Psychologist And Researcher, Corte Madera*, 19(2), 237-254.

Kurdec, L. (1981). An integrative perspective on children's divorce adjustment. *American Psychology*, 36 (8), 856-866.

Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2008) Adaptação ao divórcio e relações coparentais: contributos da teoria da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 562-574.

Lucas, R. L., Fosco, G.M., Raynor, S.R., & Grych, J.H. (2010). Interparental conflict in context: exploring relations between parenting process and children's conflict appraisals. *Journal Of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 39(2), 163-175.

Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. (2001). Coparenting: a link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal Of Family Psychology*, 15(1), 3-21.

Margolin, G., Gordis, E., & Oliver, P. (2004). Link between marital and parent-child interactions: moderating role of husband-t-wife aggression. *Development and Psychopathology*, 16, 753-771.

Marzocchi, G.M., Théron, C., Capron, G., Duyme, M., Pietro, M.D., Tauleria, E.D. et al. (2007). The use of the strengths and difficulties questionnaire (SDQ) in southern european countries. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 13(2), 11-46.

Masten, A.S., & Coatsworth, J. D. (1998). The development of competence in favorable and unfavorable environments: lessons from research on successful children. *American Psychologist*, 53(2), 205-220.

Matos, A. R., & Sousa, L.M. (2004). How multiproblem families try to find support in social services. *Journal Of Social Work Practice* ,18(1), 65-80.

Mchale, J. P., Kurersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004). Growing points for coparenting theory and research. *Journal Of Adult Development*, 11(3), 221-234.

Minuchin, S., Montalvo, B., JR Guerney, B. G., Rosman, B. L., & Schumer, F. (1967). *Working with families of the slums*. United States of America: Basic Books Inc.

Moxnes, K.(2003). Risk factors in divorce: perceptions by children involved. *Childhood*, 10(2), 131-146.

Oliveira, A., & Freire, I. (2009). *Sobre... mediação sócio-cultural*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIDI).

Parkinson, L. (2008). *Mediação Familiar*. Ministério da Justiça - Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios. S.L.: Agora Comunicação.

Pereira, A. I. (2007). *Crescer em Relação: Estilos Parentais Educativos, Apoio Social e Ajustamento – Estudo longitudinal com crianças em idade escolar*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Pesce, R. P., Assis, S. G., Santos, N., & Oliveira, R. V. C., (2004). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (2), 135-143.

Pessanha, M. & Nóbrega (2008). *Vulnerabilidade e Resiliência no Desenvolvimento dos Indivíduos - Influência da qualidade dos contextos de socialização no desenvolvimento das crianças*. S.L.: Textos Universitários de ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian.

Pinquart, M., & Teubert, D. (2010). The association between coparenting and child adjustment: a meta-analysis. *Parenting: Science And Practice*, 10, 286-307.

Poussin, G., & Martin-Lebrun, E. (1999). *Os Filhos do Divórcio: Psicologia da Separação*

*Parental. Lisboa: Terramar.*

Prevatt, F. F. (2003). The contribution of parenting practices in a risk and resiliency model of children's adjustment. *British Journal Of Developmental Psychology*, 21, 469-480.

Relvas, Ana Paula. (2004). *O Ciclo Vital da Família, Perspectiva Sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.

Sarason, I. G., Levine, H. M., Basham, R.B., & Sarason, B. R. (1983). Assessing social support: the social support questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44(1), 127-139.

Sarason, I.G., & Sarason, B.R. (1982). Concomitants of social support: attitudes, personality characteristics, and life experiences. *Journal Of Personality*, 50(3), 331-342.

Sbarra, D.A., & Emery, R. E. (2008). Deeper into divorce: using actor-partner analyses to explore systemic differences in coparenting conflict following custody dispute resolution. *Journal of Family Psychology*, 22(1), 144-152.

Shope-Sullivan, S., Frosh, C, Mangelsdorf, S, & Machale, J. (2004). Associations between coparenting and marital behavior from infancy to the preschool years. *Journal of Family Psychology*, 18, 194-207.

Sigal, A., Sandler, I., Sharlene, W., & Braver, S. (2011). Do parenting education programs promote healthy postdivorce parenting? Critical distinctions and a review of the evidence. *Family Court Review*, 49 (1), 120-139.

Sluzki, C.E. (2010). Personal social networks and health: conceptual and clinical implications of their reciprocal impact. *Families Systems & Health*, 28(1), 1-18.

Sousa, L. (2008). Strengthening vulnerable families in developed countries. *Nova Science Publishers*, 1-16.

Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007) *Famílias pobres: desafios à intervenção social*. Coleção Sistemas, Famílias e Terapias. Lisboa: Climepsi

Torremorell, M. C. B. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto: Porto Editora.

Van Egeren, L.A., Hawkins, D. P. (2004). Coming terms with coparenting: implications of definition and measurement. *Journal Of Adult Development*, 11(3), 165-178.

Vaughan-Cole, B., Pett, M.A., Turner, C. W, & Wampold, B. E.(1999) Paths of influence of divorce on preschool children's psychosocial adjustment. *Journal Of Family Psychology*, 13(2), 145-164.

Vezzulla, Juan Carlos (2001). *Mediação - Teoria e prática, guia para utilizadores e profissionais*. S.L.: Ministério da Justiça – DGAE.

Wallerstein, J. S., & Kelly, J. B. (1979). Children and divorce: a review. *Nacional Association Of Social Workers*. 468-475.

Whiteside-Mansell, L., Bradley, R. H. & Mckelvey, L. (2009). Parenting and preschool child development: examination of three low-income US cultural groups. *J. Child Fam. Stud.*, 18, 48-60.

Wilson, H.S. & Hutchinson, S. A. (1997). Presenting qualitative research up close: Visual literacy in poster presentations. In J.M. Morse (Ed.) *Completing a qualitative project: Details and dialogue*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Wilson, M. N. (2008) Poor father's involvement in the lives of their children. In Crane, D., R., & Heaton, T. B. (Eds), *Handbook of families e poverty* ( Vol.22, 381-392). Los Angeles: Sage Publications.

Yeung, Q. J., & Glauber, R. (2008) Children time use and parental involvement in low-income families. In Crane, D., R., & Heaton, T. B. (Eds), *Handbook of families e poverty* ( Vol.17, 288-307). Los Angeles: Sage.

# APÊNDICES

## **APÊNDICE A**

### **Pedido de Autorização à Instituição**

Exmo. Senhor.

Presidente da Direção do CESP, P<sup>a</sup> Veríssimo Manuel Teles,

Como aluna do Mestrado em Ciências da Família (Com especialidade em Orientação e Mediação Familiar), da Universidade Católica Portuguesa, estou a desenvolver um estudo que terá como título: *“A coparentalidade e o apoio social em situação de rutura conjugal e ajustamento dos filhos: Um estudo com famílias multidesafiadas com filhos em idade pré-escolar”*.

Penso que será pertinente realizar a investigação nesta Instituição, no sentido em que poderá contribuir para a definição de orientações sobre a adaptação da criança ao processo de divórcio/separação dos pais, especialmente em famílias multidesafiadas com as quais a Instituição desde sempre desenvolveu a sua intervenção. Irá permitir também às Educadoras de Infância, a partir de novos instrumentos de avaliação, compreender melhor o ajustamento das crianças e assim ter um diagnóstico mais concreto sobre a família. Aos Assistentes Sociais e ao Psicólogo poderá ainda trazer novas pistas de intervenção com as famílias.

Assim venho por este meio requerer autorização para realizar a referida investigação no Centro Social da Paróquia de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> de Conceição de Abóboda, concretamente para a recolha dos dados e para a análise dos documentos necessários ao desenvolvimento do estudo.

Se possível a recolha dos dados iniciar-se-ia no início do mês de Fervreiro de 2012 através da realização de inquéritos por questionário a ambos os progenitores da criança e às educadoras de infância das respetivas salas. Numa segunda fase, serão feitas entrevistas às mães. Pretende-se que a população-alvo seja constituída pelas 50 famílias com crianças em idade pré-escolar e pelas 2 Educadoras de Infância afetas à respetiva resposta social.

Agradeço desde já a atenção dispensada,

Com os Melhores Cumprimentos,

Rita Verças.

A orientadora:

---

(Dr.<sup>a</sup> Ana Isabel Pereira)

A Co-orientadora:

---

(Dr.<sup>a</sup> Rita Francisco)

Lisboa, 24 de Janeiro de 2012

## **APÊNDICE B**

### **Consentimento Informado do Estudo Quantitativo**

## Consentimento Informado

*A coparentalidade e apoio social em situação de rutura conjugal e ajustamento dos filhos:  
Um estudo com famílias multidesafiadas com filhos em idade pré-escolar.*

A investigação para a qual pedimos a sua colaboração está a ser realizada no âmbito de uma tese de mestrado em ciências da família, do Instituto de Ciências da Família da Universidade Católica Portuguesa.

O objetivo desta investigação é compreender o impacto da relação entre os pais no ajustamento de crianças em idade pré-escolar. Para tal, foi reunido um conjunto de questões elaboradas especificamente para pais, que responderão de acordo com a sua experiência e opinião pessoais. A análise destes dados vai permitir compreender como é que a relação entre os pais e com a comunidade influenciam o bem-estar das crianças.

Por tudo isto, a sua colaboração é extremamente importante!

A participação no estudo é voluntária, não havendo quaisquer consequências para quem se recusar participar. Os dados disponibilizados para este estudo são confidenciais, o que quer dizer que só os investigadores poderão ter acesso a estes dados.

Os resultados globais do estudo posteriormente serão partilhados numa reunião de pais no início do próximo ano letivo.

Desde já, agradecemos a sua disponibilidade para participar neste estudo. Sem o seu contributo seria impossível realizar esta investigação.

Muito Obrigada!

---

Tomei conhecimento do objetivo do estudo e do que tenho de fazer para participar. Fui informado(a) que tenho o direito a recusar participar e que a minha recusa em fazê-lo não terá consequências para mim.

Assim, declaro que aceito participar na investigação.

Rubrica (Por favor não indicar o nome ou outro dado que permita a sua identificação):

\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Rita Verças

CESPA:

E-mail: [ritaverças.cespa@gmail.com](mailto:ritaverças.cespa@gmail.com)

Telf: 214210527

**APÊNDICE C**  
**Questionário Sócio-Demográfico**

## Questionário Sócio-Demográfico

Data \_\_\_\_\_

É muito importante que leia atentamente e **responda a todas as questões**. Deixar questões em branco inutiliza todo o questionário e impossibilita que as suas respostas sejam incluídas na investigação.

**Quando não tiver a certeza acerca de um valor ou resposta, por favor, responda com dados aproximados.**

### **Parte I. Dados Sócio - Demográficos**

#### 1. Sexo

Feminino  Masculino

#### 2. Idade

\_\_\_\_\_ anos

#### 3. Escolaridade

Até que ano de escolaridade estudou?

\_\_\_\_\_

#### 4. Nacionalidade

\_\_\_\_\_ Se não for Portuguesa, há quantos está em Portugal ? \_\_\_\_\_

#### 5. Situação Profissional

Empregado(a) Profissão \_\_\_\_\_  
 Desempregado Desde \_\_\_\_\_  
 Estudante Ano Escolar \_\_\_\_\_

#### 6. Profissão

Nível I Trabalhadores Por Conta Própria  
 Nível II Trabalhadores Liberais  
 Nível III Trabalhadores Não Qualificados

#### 7. Rendimento Mensal

Vencimento > Até 4 vezes o RMN  
 Vencimento > Até 2 vezes o RMN  
 Vencimento < / = RMN  
 Subsídios

#### 8. Tipo de Habitação

Habitação Espaçosa e Confortável  
 Habitação Modesta com Mínimo de Conforto  
 Habitação Degradada com Poucos Recursos

Habitação Imprópria (Anexos, Quartos)

9. Estado Civil

Solteiro(a)

Casado(a)

União de Facto

Separado(a)

Divorciado(a)

Viúvo(a)

10. Com quem vive atualmente ?

\_\_\_\_\_

11. Alguma vez viveu com o pai/mãe do seu filho ou esteve casado(a) com ele(a) ? Durante quanto tempo ?

\_\_\_\_\_

10.1 Se já está divorciado(a)/separado(a), há quanto tempo é que se divorciou/separou?

\_\_\_\_\_

10.2. O divórcio/separação foi litigioso ou por mútuo acordo ?

\_\_\_\_\_

10.3. Que idade tinha o seu filho(a) quando se separou/divorciou ?

\_\_\_\_\_

12. Existe regulação das responsabilidades parentais ? Como foi regulada ?

Sim  Não

Tribunal

Sistema de Mediação Familiar

11.1 Que acordo foi regulado ?

\_\_\_\_\_

11.2 Em que medida o acordo é cumprido?

\_\_\_\_\_

13. Em média quantas horas por semana passa com o seu filho(a) ?

\_\_\_\_\_

14. Como é que descreve a adaptação do seu filho(a) ao divórcio/separação ?

1. Muito má
2. Má
3. Nem má, nem boa
4. Boa
5. Muito boa

15. Acha que o divórcio/separação causou dificuldades ao seu filho ?

Escolares/Aprendizagem: \_\_\_\_\_

Relação com amigos: \_\_\_\_\_

Em casa: \_\_\_\_\_

No seu bem-estar: \_\_\_\_\_

Na alimentação: \_\_\_\_\_

No sono: \_\_\_\_\_

16. Acha que a família conseguiu lidar bem com a divórcio/separação?

1. Muito mal
2. Mal
3. Nem mal nem bem
4. Bem
5. Muito bem

17. Em algum momento da sua união ou casamento houve violência com o pai/mãe do seu filho(a) ?

\_\_\_\_\_

## **APÊNDICE D**

### **Consentimento Informado do Estudo Qualitativo**

## Consentimento Informado

*A coparentalidade e apoio social em situação de rutura conjugal e ajustamento dos filhos:  
Um estudo com famílias multidesafiadas com filhos em idade pré-escolar.*

A investigação para a qual pedimos a sua colaboração está a ser realizada no âmbito de uma tese de mestrado em ciências da família, do Instituto de Ciências da Família da Universidade Católica Portuguesa.

O objetivo desta investigação é compreender o impacto da relação entre os pais no ajustamento de crianças em idade pré-escolar. Para tal, foi reunido um conjunto de questões elaboradas especificamente para pais, que responderão de acordo com a sua experiência e opinião pessoais. A análise destes dados vai permitir compreender como é que a relação entre os pais e com a comunidade influenciam o bem-estar das crianças.

Por tudo isto, a sua colaboração é extremamente importante!

A participação no estudo é voluntária, não havendo quaisquer consequências para quem se recusar participar. Os dados disponibilizados para este estudo são confidenciais, o que quer dizer que só os investigadores poderão ter acesso a estes dados.

Os resultados globais do estudo posteriormente serão partilhados numa reunião de pais no início do próximo ano letivo.

Desde já, agradecemos a sua disponibilidade para participar neste estudo. Sem o seu contributo seria impossível realizar esta investigação.

Muito Obrigada!

---

Tomei conhecimento do objetivo do estudo e do que tenho de fazer para participar. Fui informado(a) que tenho o direito a recusar participar e que a minha recusa em fazê-lo não terá consequências para mim.

Assim, declaro que aceito participar na investigação e que esta entrevista seja gravada apenas para fins de investigação.

Rubrica (Por favor não indicar o nome ou outro dado que permita a sua identificação):

\_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Rita Verças  
CESPA:  
E-mail: [ritavercas.cespa@gmail.com](mailto:ritavercas.cespa@gmail.com) Telf: 214210527

**APÊNDICE E**  
**Guião de Entrevista**

## Guião de Entrevista Semiestruturada Individual

Blocos Temáticos	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Observações
<b>I Informação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pedir permissão para a gravação áudio da entrevista</li> <li>2. Proceder à apresentação</li> <li>3. Explicitar objetivos da entrevista</li> <li>4. Aspectos deontológicos</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Fazer a apresentação da entrevistadora;</li> <li>2.2. Fazer a apresentação da progenitora;</li> <li>3.1. Fornecer à progenitora a informação sobre: objetivos, finalidade, duração e conteúdo da entrevista – assinatura do consentimento informado.</li> <li>4.1. Agradecer à progenitora a sua colaboração;</li> <li>4.2. Garantir a confidencialidade;</li> <li>4.3. Informar a progenitora sobre o direito à não resposta;</li> <li>4.4. Assegurar o esclarecimento de eventuais dúvidas da progenitora.</li> </ol>	
<b>II Dificuldades e Capacidades da criança</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Perceber que fatores contribuem para a adaptação da criança ao divórcio</li> <li>2. Caracterizar as mudanças que ocorreram na vida das crianças após a separação dos pais</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.1 Perceber qual a opinião da mãe sobre a adaptação da criança à separação, e qual seria a opinião do pai, segundo a mãe.</li> <li>2.1 Identificar Mudanças que ocorreram na vida das crianças após a separação</li> </ol>	

	3. Caracterizar o tempo que as crianças passam com cada progenitor e outros elementos da família	3.1 Perceber de que forma o tempo que os pais estão com a criança se relaciona com a adaptação da mesma à separação  3.2 Perceber com que elementos da família a criança passa a maior parte do seu tempo	
<b>III Coparentalidade</b>	4. Caracterizar a coparentalidade positiva e negativa dos pais	4.1 Perceber quais os fatores que contribuem para uma coparentalidade positiva, ao nível da coopearação e comunicação entre os pais e negativa, ao nível do conflito ou da inexistência de relações.	
<b>IV Parentalidade</b>	5. Caracterizar a parentalidade exercida pelas mães	5.1 Perceber quais os fatores facilitadores que influenciam a parentalidade das mães, no sentido de ajudarem as mães na educação dos seus filhos.  5.2 Perceber quais os fatores opostos que influenciam a parentalidade exercida pelas mães, no sentido de limitarem e tornarem mais difícil a tarefa das mães.	
<b>V Apoio Social</b>	6. Caracterizar a rede social das mães	6.1 Explorar com maior pormenor o apoio emocional, afetivo, material e de tempos livres recebido pelas mães, a partir do esquema <i>convoy model</i> .	

<b>VI Finalização</b>		7.1. Perguntar á progenitora se quer acrescentar algo que julgue relevante  7.2. Perguntar á mãe se existe alguma questão que queira esclarecer ou fazer alguma sugestão.	
-----------------------	--	---	--

**APÊNDICE F**  
**Árvore de Categorias**

## Árvore de Categorias

<b>Nome das Categorias</b>	<b>Número de Referências</b>
<b>1. Adaptação da Criança à Separação dos Pais</b>	45
1.1 Mudanças Após a Separação dos Pais	18
1.1.1 Mudanças de Rotinas	3
1.1.2 Diminuição do Tempo com o Pai	10
1.1.3 Não Houve mudanças	5
<b>1.2 Percepção da Mãe</b>	19
1.2.1 Percepções Negativas	8
1.2.2. Percepções Positivas	11
<b>1.3 Percepção da Pai</b>	10
1.3.1 Congruente com a Opinião da Mãe	7
1.3.2. Incongruente com a Opinião da Mãe	3
<b>2. Coparentalidade</b>	28
2.1 Boa Comunicação	6
2.2 Cooperação	8
2.3 Conflito	11
2.4 Inexistência de Relação	2
<b>2.5 Tomada de Decisão</b>	10
2.5.1 Decisão Partilhada	2
2.5.2 Decisão Individual	8
<b>3. Maioria do Tempo da Criança</b>	14
3.1 Com os Avós	4
3.2 Com os Irmãos	3
3.3 Com a Mãe	7
<b>4. Parentalidade</b>	48
<b>4.1 Fatores Facilitadores</b>	15
4.1.1 Apoio Estrutural	8

4.1.2 Temperamento da Criança	6
4.1.3 Relação Positiva com o Pai da Criança	1
<b>4.2. Fatores Opositores</b>	34
4.2.1 Dificuldades Financeiras	16
4.2.2 Falta de Apoio	6
4.2.3 Falta de Tempo	5
4.2.4 Dificuldade na Autoridade	5
4.2.5 Acumulação de Tarefas	5
4.2.6 Mais Responsabilidade	3
4.2.7 Ausência do Pai	1
<b>5. Relação com o Pai</b>	15
5.1 Frequência Semanal	6
5.2 Frequência Mensal	7
5.3 Inexistente	1
<b>6. Tempos Livres da Criança</b>	10
6.1 Realização de Atividades Em Casa	6
6.2 Realização de Atividades Fora de Casa	4

# **ANEXOS**

## **ANEXO I**

### **Questionário da Coparentalidade (CO)**

### Questionário da Coparentalidade - QC

(Gayla M., Elana B. G. & Richard S. J., 2001)

(Versão Portuguesa: Marta Pedro & M. Teresa Ribeiro, 2008)

Pense agora com que frequência o pai do vosso(a) filho(a) actua deste modo consigo. Depois de escolher a sua resposta, assinale-a com um círculo.

O pai ...

	Nunca	Raramente	Às vezes	Normalmente	Sempre
1. ... conta-me muitas coisas acerca do nosso filho.	1	2	3	4	5
2. ... põe-me a par de tudo o que acontece durante o dia-a-dia do nosso filho.	1	2	3	4	5
3. ... fala muito bem de mim ao nosso filho.	1	2	3	4	5
4. ... pergunta a minha opinião sobre assuntos relacionados com o ser pai/ser mãe.	1	2	3	4	5
5. ... participa na resolução dos problemas disciplinares relacionados com o nosso filho.	1	2	3	4	5
6. ... diz coisas cruéis acerca de mim, ou que me magoam, em frente do nosso filho.	1	2	3	4	5
7. ... usa o nosso filho contra mim.	1	2	3	4	5
8. ... quando discutimos, tenta manipular o nosso filho para que este tome o partido de um de nós.	1	2	3	4	5
9. ... envia-me mensagens pelo nosso filho em vez de falar directamente comigo.	1	2	3	4	5
10. ... e eu temos regras diferentes no que diz respeito à alimentação, rotinas diárias, hora de deitar ou trabalhos de casa do nosso filho.	1	2	3	4	5
11. ... e eu temos níveis diferentes de exigência relativamente ao comportamento do nosso filho.	1	2	3	4	5
12. ... discute comigo por causa do nosso filho.	1	2	3	4	5
13. ... concorda com as minhas decisões relativas à disciplina do nosso filho.	1	2	3	4	5
14. ... enfraquece, pouco a pouco, a minha posição de mãe.	1	2	3	4	5

### Questionário da Coparentalidade - QC

(Gayla M., Elana B. G. & Richard S. J., 2001)  
(Versão Portuguesa: Marta Pedro & M. Teresa Ribeiro, 2008)

Pense agora com que frequência a mãe do vosso(a) filho(a) actua deste modo consigo. Depois de escolher a sua resposta, assinale-a com um círculo.

A mãe ...

	Nunca	Raramente	Às vezes	Normalmente	Sempre
1. ... conta-me muitas coisas acerca do nosso filho.	1	2	3	4	5
2. ... põe-me a par de tudo o que acontece durante o dia-a-dia do nosso filho.	1	2	3	4	5
3. ... fala muito bem de mim ao nosso filho.	1	2	3	4	5
4. ... pergunta a minha opinião sobre assuntos relacionados com o ser pai/ser mãe.	1	2	3	4	5
5. ... participa na resolução dos problemas disciplinares relacionados com o nosso filho.	1	2	3	4	5
6. ... diz coisas cruéis acerca de mim, ou que me magoam, em frente do nosso filho.	1	2	3	4	5
7. ... usa o nosso filho contra mim.	1	2	3	4	5
8. ... quando discutimos, tenta manipular o nosso filho para que este tome o partido de um de nós.	1	2	3	4	5
9. ... envia-me mensagens pelo nosso filho em vez de falar directamente comigo.	1	2	3	4	5
10. ... e eu temos regras diferentes no que diz respeito à alimentação, rotinas diárias, hora de deitar ou trabalhos de casa do nosso filho.	1	2	3	4	5
11. ... e eu temos níveis diferentes de exigência relativamente ao comportamento do nosso filho.	1	2	3	4	5
12. ... discute comigo por causa do nosso filho.	1	2	3	4	5
13. ... concorda com as minhas decisões relativas à disciplina do nosso filho.	1	2	3	4	5
14. ... enfraquece, pouco a pouco, a minha posição de pai.	1	2	3	4	5

## **ANEXO II**

# **Questionário Medical Outcomes Study Social Support Survey - MOS-SSS-**



## MOS Social Support Survey

(Versão original: Sherbourne & Stewart, 1991, Versão portuguesa: Fachado, Martinez, Villalva & Pereira, 2007)

As seguintes questões fazem referência ao **apoio ou ajuda de que dispõe**.

1. Aproximadamente, **quantos amigos íntimos ou familiares próximos tem?** (Pessoas com as quais está à vontade e pode falar de tudo o que quiser). Escreva o número de amigos íntimos e familiares próximos.

Nós procuramos outras pessoas para ter companhia, assistência ou outro tipo de ajuda. Com que frequência dispõe de cada um dos seguintes tipos de apoio quando precisa?

	Nunca	Raramente	Às vezes	Quase sempre	Sempre
2. Alguém que o(a) ajude, se tiver de estar de cama.					
3. Alguém com quem falar quando precise.					
4. Alguém que lhe dê conselhos se tiver problemas.					
5. Alguém que o(a) leve ao médico quando necessite.					
6. Alguém que lhe dê sinais de carinho, amor ou afecto.					
7. Alguém com quem passar um bom bocado.					
8. Alguém que lhe dê informação para o ajudar a entender uma situação.					
9. Alguém em quem confiar ou com quem falar de si próprio e das suas preocupações.					
10. Alguém que lhe dê um abraço.					
11. Alguém com quem possa relaxar.					
12. Alguém para preparar as suas refeições se não as puder fazer.					
13. Alguém cujo conselho deseje.					
14. Alguém com quem fazer coisas que o(a) ajudem a esquecer os seus problemas.					
15. Alguém que o(a) ajude nas tarefas diárias se ficar doente.					
16. Alguém com quem falar dos seus medos e problemas mais íntimos.					
17. Alguém que lhe dê conselhos para ajudar a resolver os seus problemas pessoais.					
18. Alguém com quem se divertir.					
19. Alguém que compreenda os seus problemas.					
20. Alguém a quem amar e que o(a) faça sentir-se querido(a).					

## **ANEXO III**

# **Questionário de Capacidades e Dificuldades da Criança (SDQ)**

## Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ-Port)

Pr 3/4

Instruções: Encontra a seguir 25 frases. Para cada uma delas marque, com uma cruz, um dos seguintes quadrados: Não é verdade; É um pouco verdade; É muito verdade. Ajuda-nos muito se responder a todas as afirmações o melhor que puder, mesmo que não tenha a certeza absoluta ou que a afirmação lhe pareça estranha. Por favor, responda com base no comportamento do aluno / da aluna nos últimos seis meses ou neste ano escolar.

Nome da criança .....

Masculino/Feminino

Data de nascimento .....

	Não é verdade	É um pouco verdade	É muito verdade
É sensível aos sentimentos dos outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É irrequieto/a, muito mexido/a, nunca pára quieto/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Queixa-se frequentemente de dores de cabeça, dores de barriga ou vômitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Partilha facilmente com as outras crianças (guloseimas, brinquedos, lápis, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Enerva-se muito facilmente e faz muitas birras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem tendência a isolar-se, gosta mais de brincar sozinho/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Obedece com facilidade, faz habitualmente o que os adultos lhe mandam	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem muitas preocupações, parece sempre preocupado/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gosta de ajudar se alguém está magoado, aborrecido ou doente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sossega. Está sempre a mexer as pernas ou as mãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem pelo menos um bom amigo/uma boa amiga	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Luta frequentemente com as outras crianças, ameaça-as ou intimida-as	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Anda muitas vezes triste, desanimado/a ou choroso/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em geral as outras crianças gostam dele/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Distrai-se com facilidade, está sempre com a cabeça no ar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em situações novas é receoso/a, muito agarrado/a e pouco seguro/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É simpático/a e amável com crianças mais pequenas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Refila frequentemente com os adultos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As outras crianças metem-se com ele/a, ameaçam-no/a ou intimidam-no/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sempre pronto/a a ajudar os outros (pais, professores ou outras crianças)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É capaz de parar e pensar antes de fazer as coisas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pode ser mau/má para os outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dá-se melhor com adultos do que com outras criança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem muitos medos, assusta-se com facilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Geralmente acaba o que começa, tem uma boa atenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Tem algum outro comentário ou preocupação? Descreva.

**Por favor, vire a folha - há mais algumas questões no outro lado**

Em geral, parece-lhe que este aluno / esta aluna tem dificuldades em alguma das seguintes áreas: emoções, concentração, comportamento ou em dar-se com outras pessoas?

Não	Sim- dificuldades pequenas	Sim- dificuldades grandes	Sim- dificuldades muito grandes
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Se respondeu "Sim", por favor responda às seguintes questões sobre essas dificuldades:

• Há quanto tempo existem essas dificuldades?

Menos de 1 mês	1-5 meses	6-12 meses	Mais de 1 ano
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

• Essas dificuldades incomodam ou fazem sofrer o aluno / a aluna?

Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

• Essas dificuldades perturbam o dia-a-dia do aluno / da aluna nas seguintes áreas?

	Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
RELAÇÕES COM OS COLEGAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NA APRENDIZAGEM NO JARDIM DE INFÂNCIA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

• Essas dificuldades são uma sobrecarga para si ou para o grupo?

Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Assinatura .....

Data .....

Educador/Educador da educação especial/Outro (por favor, indique quem):

**Muito obrigado pela sua colaboração**

